

Dina Isabel Mota Cristo

A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime
de Salazar e Caetano (1958 -1974)

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa, 15 de Abril de 1999

Tese de mestrado orientada pelo Prof. Dr. Francisco Rui Cádima e apoiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), do Ministério da Ciência e Tecnologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, para obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação.

Dina Isabel Mota Cristo

A rádio em Portugal e o Declínio do Regime
de Salazar e Caetano (1958 -1974)

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa, 15 de Abril de 1999

*À memória da minha avó,
Balbina de Jesus Timóteo.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que ajudaram a construir esta obra, apoiando-a de uma ou outra forma. À FCSH da Universidade Nova de Lisboa, ao meu orientador, à JNICT, aos centros de documentação por que passei, às testemunhas que ouvi e aos meus pais. A todos, o meu muito obrigado.

*«Não é por as coisas serem difíceis
que não devemos ousar.
É por não ousarmos
que elas se tornam difíceis»*

INTRODUÇÃO PRÉVIA

Estudar as relações entre a rádio portuguesa e o regime do Estado Novo entre os anos 1958 e 1974 é o principal objectivo desta investigação. As fontes estão pouco organizadas, a informação está dispersa e muitas vezes inacessível. Dado o carácter quase pioneiro desta primeira recolha sistemática de dados, não me proponho mais do que apresentar uma primeira abordagem aproximativa à uma realidade tão extensa, rica e ao mesmo tempo tão desconhecida. Nesse sentido, desejo apenas dar uma contribuição para o estudo da história de uma década da rádio em Portugal, sem pretender mais do que possibilitar um primeiro olhar, necessariamente incompleto e insuficiente, ainda que, o mais fiel possível aos dados e testemunhos reunidos.

As relações entre a rádio e o poder político no final do antigo regime estão tão pouco estudadas, e por isso tão incompreendidas, quanto afinal se revelam extraordinariamente importantes para a compreensão do poder discretamente manipulador da consciência das massas, realizado através de um meio sonoro, tão intensamente utilizado como forma de defesa de uma opinião pública favorável aos valores de «Deus, pátria e família».

O regime serviu-se da rádio assim como a rádio se serviu do regime, como forma garantida de crescer e se expandir. Maioritariamente oficial e/ou oficiosa, a rádio portuguesa, constituída pela ondas hertzianas de aquém e de além mar, nascida e criada no contexto do Salazarismo, estava bem inserida nos condicionalismos socio-político-económico coevo.

Aprendeu a gerir as condições adversas, a ultrapassar a dificuldades e a superar os obstáculos. E será assim que, dando continuidade a uma rádio tradicional, nascerá neste período uma nova rádio. Esta opor-se-á à anterior, da qual contestará o discurso, os temas, as posturas. Apresentará uma inovação, essencialmente estética, durante o salazarismo, forçando cada vez mais o conteúdo, no marcelismo. As novidades que propõe vão beliscando cada vez mais intensamente o regime, que se incomoda. Habitado a uma rádio-espectáculo, à base de emissões directas, anteriormente, e depois de passagem de discos, antes entremeados com uma conversa que nada diz e depois sem quase nada dizer, fechada na cabina, o regime assusta-se com tamanha audácia. Aos poucos, as rádios privadas, Renascença e Rádio Clube, concorrendo entre si e com a emissora oficial, vão arriscando sucessivos elementos de contraste com a "maçadora nacional". Desde 1958 que vão paulatinamente preparando a revolução. Conteúdos excepcionais, sons raramente ouvidos, locais e pessoas habitualmente desconsiderados e tudo sedimentado em novas experiências, na Rádio Universidade e na Rádio em África. Além de uma aprendizagem sobre a sua especificidade, centrada sobretudo na rapidez e no imediato, explorada sobretudo pela informação, a rádio vai assumindo protagonismo e aos poucos vai-se desinibindo e ganhando auto-confiança. Privilegiada pela relação dialogante e próxima que mantinha com a censura, exercida pelos próprios responsáveis das estações, e pela possibilidade de utilizar o directo como fuga ao controlo manobrado, a rádio atinge um estatuto particular. Dá algumas ferradelas ao regime, sofre também algumas perseguições, mas convive bem com o poder. Limitadamente, a rádio resiste. Emitida e consumida por um grupo restrito de pessoas, preocupadas sobretudo com a exploração da realidade, com verdade, a rádio nova vai ser a voz diferente, distante da

militância política estrita, da direita ou da esquerda, que assegurará um efectivo esclarecimento da opinião pública. Nascida com o Estado Novo, nela o regime morrerá.

PARTE I - DISCURSIVIDADES: DA RÁDIO TRADICIONAL À RÁDIO NOVA

II.1. Programação

Na área da programação, o discurso radiofónico do período que decorre entre 1958 e 1974 foi influenciado pelos anos precedentes. Programas como "Talismã" (nascido em Dezembro de 1951) e "Onda do Optimismo" (que fora pela primeira vez para o ar no dia 1 de Janeiro de 1953) irão atravessar praticamente toda a época estudada, arrastando-se rotineiramente. Farão parte dos programas que, entre discos entremeados de publicidade e dois dedos de conversa, terão o

seu público, mas serão ultrapassados por novas propostas, apresentadas de forma lenta mas segura, ao longo dos anos. Fazem parte de uma rádio introvertida, virada para si mesma, envergonhada e inibida. Uma rádio de cabina, realizada à base do diálogo entre, normalmente, dois locutores, cada vez mais rendidos quer às «rodela pretas», os discos de vinil, que inundam as estações, quer à publicidade. É a rádio bonançosa, tranquila e sossegada, cuja preocupação é não mais que distrair, modelo do qual também fez parte o "Clube das Donas de Casa", vespertino, com uma audiência avaliada em cerca de 800 mil ouvintes¹. Mas os grandes êxitos de audiência eram os programas de humor, os folhetins, os discos pedidos e os programas desportivos.

Nos programas humorísticos destacavam-se a "Voz dos Ridículos" e os "Parodiantes de Lisboa", os quais obtinham cerca de 20% de audiência². O programa "Graça com todos" recebia, em 1961, uma média de 25 cartas por dia, muitas delas para a personagem de "o compadre alentejano". Com o passar dos anos, contudo, o império do riso cai em desgraça, aos olhos da crítica, que lhes aponta o excesso de anúncios, por um lado, e a perda de graça, por outro, mas mantém a massa das audiências que, em 1970, lhe assegura a liderança das preferências entre os programas publicitários, com 18,3% de escutas, de acordo com a Norma.

Ainda dentro deste modelo inicial, marcado pelo sucesso de o "Zéquinha e a Lélé", como ficou conhecido o folhetim "Força do destino", uma sequência de 54 diálogos da autoria de Aníbal Nazaré e Nelson de Barros, interpretados por Vasco Santana e Irene Velez, os folhetins radiofónicos serão, ao longo dos anos 60, um dos principais alicerces da audiência radiofónica e uma das constantes matérias de crítica: «(...) todas elas [as donas de casa] se debruçam, em ânsias, sobre o

¹"Rádio & Televisão", 19/05/73, p.16.

²Castanheira & D'Assunção - Estudo da Divisão de Emissores da ENR, 16/05/72, p.5.

caríssimo rádio estereofônico de quatro bandas ou sobre o modesto transístor comprado a bochechas ao contrabandista - quando a hora do Folhetim chega finalmente»³, analisava Óscar Pontinho. O folhetim era uma presença constante nas grelhas de programas. Fizeram furor, no Rádio Clube do Norte, "Ciúme que mata", em 1959, e no Rádio Clube Português (RCP), "o inimigo", vencedor nesta categoria nos prémios de popularidade, organizados pela revista especializada "Rádio & Televisão" e votados pelo público, em 1962, ano em que o RCP lança as suas matinés teatrais. O folhetim conheceria, em 1973, um êxito retumbante, com "Simplesmente Maria", uma novela radiofônica que relata a história de uma costureira que imigra para a cidade, torna-se criada, mas fracassa ao nível sentimental, uma vez que, ficando grávida de Alberto, um estudante, este lhe recusa o casamento. Transmitida na Rádio Renascença (RR), às 14h 15m, depois de ter passado pela Espanha, Brasil e Argentina, país de onde é natural a autora, uma advogada sob o pseudónimo de Célia Alcântara, «em poucos meses, graças a uma publicidade poderosa, Maria [a personagem principal] ultrapassou Eusébio e Amália em popularidade»⁴.

Os discos pedidos eram uma das tipologias mais ansiadas pelos ouvintes. Mesmo dispersos pelas várias emissoras, obtinham elevado número de pedidos, incluindo as emissões e as estações menos conhecidas que recebiam elevados níveis de correspondência; na Rádio Alto Douro dava entrada uma média de duas mil cartas por mês e à Rádio Pólo Norte, Emissora das Beiras, no Caramulo, chegava, mensalmente, cerca de um milhar de pedidos. O maior êxito de todos, "Quando o telefone toca" chegou a ser emitido, ao mesmo tempo, pela RR, com Joaquim Pedro, pelo RCP, com Matos Maia, e pelos Emissores Associados de Lisboa (EAL), na Rádio Peninsular, com João Paulo Dinis; preenchia então mais de metade dos 20 por cento de audiência

³"Rádio & Televisão", 06/10/73, p.42.

⁴"Rádio & Televisão", 13/10/73, p.7.

deste género. O fenómeno era de tal forma generalizado que Oscar Pontinho salienta, em crónica de espectáculos, o caso de uma Radiolândia, "país" onde se destacam os "pedintes", os que pediam discos. Numa crítica de rádio anterior, Jorge Guerra desabafava «Ufff!... Muito se pede neste País. E, especialmente, discos», a propósito, da programação dos EAL, nomeadamente da Rádio Graça, onde, em cinco horas de emissão, «(...) apenas [houve] TRÊS HORAS DE DISCOS PEDIDOS!»⁵.

Excepcionalmente, o desporto mantém-se um sector vivo e dinâmico. Vindas de uma tradição fortemente marcada pelas transmissões de hóquei em patins, «modalidade altamente radiofónica»⁶, em que Portugal era habitualmente vencedor, as transmissões desportivas eram um sucesso; em 1972, atingiam cerca de sete por cento de audiência. Quando a Federação Portuguesa de Futebol permitiu, passada a resistência inicial (que após uma primeira fase de interdição total, apenas permitia a entrada em campo dos repórteres na segunda parte dos jogos, como defesa contra o receio do afastamento do público dos estádios, obrigando os profissionais a fazer o resumo da primeira parte e só depois o relato da segunda), o relato de futebol integral, o desenvolvimento da modalidade (traduzido na cobertura simultânea de toda a jornada, no início da década, com a cobertura das participações internacionais das principais equipas portuguesas, culminado com a exibição da equipa nacional no Campeonato Mundial de Futebol, em Inglaterra, em 1966, onde ficou classificada em terceiro lugar) levou o futebol ao lugar cimeiro nas emissões desportivas e no interesse dos ouvintes. Nos anos 60, é já inconcebível qualquer jornada internacional em que participasse uma equipa portuguesa, sem a cobertura da rádio, pelo menos da EN.

⁵«Rádio & Televisão», 31/05/69, p.21.

⁶Artur Agostinho, em entrevista, 25/03/99.

O primeiro sinal de mudança surge no dia 25 de Junho de 1958, quando a RR transmite um programa de ficção científica, "A invasão dos marcianos". Matos Maia, o seu realizador, é convidado a prestar declarações na PIDE : «Não foi a Terra a invadida mas sim os estúdios da Rádio Renascença. E por fim não foram os marcianos os dominados, mas o produtor e os colaboradores do programa que tiveram de ir sob prisão, justificarem-se ao Governo Civil do «crime» de terem tentado fazer na Rádio portuguesa uma novidade, novidade que tem 20 anos nos países cultos!...»⁷. Tudo começou depois das 20 horas, quando António Revez interrompe a apresentação de Orquestras Ligeiras para dar uma notícia especial: «Às 19horas e 45, o Dr. Jorge da Fonseca, do Observatório Meteorológico de Braga, diz ter observado várias explosões de gás incandescente que ocorreram, com intervalos regulares, no planeta Marte. O espectroscópio indica que o gás é hidrogénio e se move em direcção à Terra com tremenda velocidade»⁸. O locutor completa ainda: «O professor Dr. Manuel Franco, do Observatório Astronómico de Cascais, confirma a observação do Dr. Jorge da Fonseca, e descreve o fenómeno como «um jacto de chama azul disparado por uma arma». (pausa) Em continuação da nossa rubrica com Orquestras Ligeiras, apresentamos a orquestra de Dick Jacobs em Peticots of Portugal»⁹. O impacto do programa efectuou-se quer no público (alguns ouvintes chamaram os bombeiros) quer na ruptura que representou em relação à rádio que então se realizava: «Não terá tudo sido principalmente resultado dum longo hábito de sonolência radiofónica, de repente cortada pela campanha do despertador?»¹⁰. A revista especializada, "Rádio & Televisão", explicou o modo como a emissão se desenrolou: «A estação suspendia a emissão, de vez em quando, e avisava que

⁷"Rádio & Televisão", 05/07/58, p.6.

⁸Matos Maia – A invasão dos marcianos, Publicações Dom Quixote, 1996, p.21.

⁹Idem, ibidem.

¹⁰"Rádio & Televisão", 05/07/58, p.3.

estava a transmitir «ficção»; mas quem sabia o que era «ficção» em Rádio? Conheciam-se as palestras de circunstância, as recomendações para se ver um filme cuja distribuidora sabe abrir os cordões à bolsa, os relatos da bola, os muitos «todos tomam tudo» que para aí andam, «se está constipado coma cimento armado», e, vá lá, a prosa do Leite Rosa, os perfis de Igrejas Caeiro e os foguetes de talento do «Sr. Olavo de Eça Leal». Agora «ficção»? Quem jamais em tempo algum vira sombras desse monstro na nossa Rádio?»¹¹. Era a primeira manifestação de inconformismo em relação à letargia e ao "cinzentismo" radiofónico.

No ano seguinte, também a Rádio Renascença, contrariando a tradição de o Verão ser considerado época radiofonicamente baixa, lança em Agosto a sua nova programação, inspirada no lema "mais música e menos palavras", como o programa "Bom dia e boa música". Fazia parte dessa nova grelha o "Diário do Ar", programa vespertino transmitido a primeira vez no dia 15 de Agosto de 1959, produzido por Paulo Cardoso, que impulsionou a sua componente informativa, levando os microfones para a rua, auscultando o que se passava no exterior dos estúdios. Pela primeira vez rádio ousa sair da cabina e entregar-se a alguns estímulos da vida, como a cobertura de uma prova desportiva internacional, no Canal da Mancha, realizada por Fialho Gouveia, enviado especial a Calais e Dover, relatando os incidentes ocorridos com o desportista Primo Ferreira, prestes a afundar-se. O programa privilegiava o relato, com a emoção do momento, à sua maior correcção formal "a posteriori". É o início da rádio em "mangas de camisa".

Paralelamente a esta nova sensibilidade aos acontecimentos relatáveis, inicia-se, simultaneamente, um outro novo fenómeno - o alargamento dos horários dos programas, em especial durante as horas nocturnas. Em 1959, a RR lança a "23ª Hora", um programa transmitido entre as 23h e

¹¹Idem, ibidem.

as 2h, que se iniciou em 10 de Novembro de 1959 e que permanecerá até 1974, representando uma descompressão em relação à formalidade habitual. Também em 1959, mas agora no RCP, surge durante o Inverno um programa que, ocupando as primeiras horas da emissão, vai dinamizar as noites na rádio, estabelecendo uma maior proximidade em relação aos ouvintes. O "Meia-Noite", que foi para o ar a primeira vez no dia 10 de Outubro de 1959, ao tornar-se o primeiro grande programa nocturno da rádio, reforçará, igualmente, o investimento na cobertura de factos, como o Natal, o Carnaval, a inauguração de Brasília, os Santos Populares ou ainda a comemoração da independência portuguesa, no dia 1 de Dezembro. Percursor, em algumas datas festivas, do prolongamento da emissão até às sete horas da manhã, como nos casos das noites de Natal (1959 e 1960), de Carnaval (1960 e 1961), das passagens de ano e dos seus próprios aniversários e dos do RCP (como ocorreu em 1962, aquando dos 32 anos da estação, com uma emissão especial, desde as 21h até às 4h da madrugada), o "Meia-Noite" desbravará caminho que permitirá ao RCP transformar-se na primeira estação de rádio com emissão ininterrupta. Assim, em Agosto de 1963, o Rádio Clube lança no ar um novo programa de António Miguel e Curado Ribeiro, "Sintonia 63", transmitido entre as 3h e as 6h, o que, pela primeira vez, unirá de forma contínua e regular, a madrugada à manhã. O pioneirismo destes programas fora antecedido por algumas experiências, como o programa "Madrugada", o primeiro que teve uma noite inteira no ar, "Festival da noite", que uniu, pela primeira vez, com regularidade, a noite ao dia, transmitido entre as 2h e as 7h, na Rádio Voz de Lisboa, embora apenas ao fim-de-semana, e "Enquanto os outros dormem" que, em 1962, nos EAL, se transmitia durante as mesmas cinco horas nocturnas. Mas para além da rádio que se alarga pela noite dentro, o movimento de extensão dos horários irá pressionar a sua antecipação, durante as manhãs, impondo uma rádio mais madrugadora. Em

1962, o RCP transmitirá, "Desculpe, mas já são horas", emissão com início às 6h, preenchendo pela primeira vez esse horário até às 7h.

Nesta primeira metade da década introduzem-se factores dinâmicos de modernização na rádio, como a saída da cabina e a emissão nocturna, e condições humanas de desenvolvimento, como a existência de uma nova geração, formada na "Rádio Ultramarina", precursora da rádio viva e atenta, desenvolvida designadamente por Sebastião Coelho e/ou José Maria de Almeida, e na Rádio Universidade (RU): «Para isso, reuniamos pela tarde fora experimentando novos sons, nova linguagem radiofónica, novas formas de escrever para a rádio e nova locução»¹², afirmava Adelino Gomes.

Adulta em termos técnicos, é a técnica que lhe possibilitará a renovação do discurso radiofónico, através de um novo canal autónomo do RCP que, utilizando a mais moderna tecnologia de radiodifusão, a Frequência Modulada (FM), e com uma equipa formada por uma nova vaga de jovens, irá permitir a experimentação de novas linguagens. A esta preparação técnica não é alheio o papel da Rádio Universidade na possibilidade que deu a jovens estudantes, maioritariamente universitários, de ensaiarem, desde a sua fundação, em 1950, novas linguagens técnicas e estéticas radiofónicas, dado o seu carácter totalmente amador. A RU estava na dependência da Mocidade Portuguesa, do Ministério da Educação Nacional e do Centro Universitário de Lisboa, e tinha o apoio (logístico) da EN, através da qual difundia os seus programas, primeiro através da Lisboa 2 e depois, com o mapa-tipo de 1967, da Lisboa 1. Contribuiu assim para o surgimento de programas como o "Em Órbita", marcado pela inovações no campo da estética radiofónica, fundado em 1965, por João Alexandre, Jorge Gil e Pedro Albergaria. Aos dois dedos de conversa oca e vazia entre equipas de dois locutores como lançamento de discos bem

¹²"Rádio & Televisão", 03/10/70, p.32.

conhecidos do público, estes jovens estudantes, amadores de rádio, propõem uma mensagem concisa e com conteúdo: «Era uma linguagem muito sintética, substantiva, não havia divagações ou conversa para encher tempo; não havia o tal diálogo entre normalmente uma voz masculina e feminina para preencher o espaço que mediava entre dois discos»¹³. Ensaíam uma linguagem clara e directa, dita apenas por um único locutor, sobre música seleccionada, popular inglesa e folk, como a canção de protesto de Bob Dylan ou o "Soldado universal" de Donovan. Alguns dos discos chegavam da Suíça, sendo portanto desconhecidos em Portugal; a sua transmissão era acompanhada com textos explicativos. É o início de uma rádio conscienciosa, que começa a confiar na sua peculiaridade.

Na segunda metade da década de 60, nascerá um programa que repercutirá a influência das duas características inovadoras do "Diário do Ar" e "Meia-Noite", entretanto extintos, juntando-as num único programa, nocturno, com uma inusitada dinâmica informativa, o "PBX", programa produzido pelos Parodiantes de Lisboa e inicialmente realizado por Carlos Cruz e Fialho Gouveia, nascido no dia 1 de Setembro de 1967. A rádio passa, então, a interessar-se pelo que ocorre fora das suas paredes e, mesmo à noite, dispõe-se a relatar o que vê. A rádio ensonada acorda, desperta e agita-se; rejeita a rotina e a imunidade aos imprevistos do dia-a-dia. Com enfoque na cobertura informativa, o programa explora quer o directo quer o diferido, este último em esmeradas montagens. A rádio entrega-se mais à vida. Quando ocorrem as inundações em Lisboa, em 1968, o PBX torna-se o sistema nervoso central de informações e comunicações entre o público e as entidades oficiais, ultrapassando o seu horário normal. A rádio deixa de padecer de autismo profundo, passa a reagir. O seu ritmo e dinamismo são feitos com base em acontecimentos como a nuvem de pirilampos no dia das mentiras, um banho à meia-noite ou

¹³Entrevista de Alexandra Lucas Coelho a Jorge Gil, Antena 1, 01/04/97.

cantigas populares, mas a ruptura estética é profunda porque agita as águas do mar parado, mexe com o "stablishment", torna-se incomodativa.

Os lentos sinais do despertar da rádio para a vida e para si própria, ao longo dos últimos anos do Salazarismo, desaguardam já na era marcelista, quando, um pouco emancipada, reivindica uma atitude activa perante a realidade que a cerca, tornando-se mais atenta e segura. À rádio alheada da realidade e viciada no sistema "disco-anúncio-duas-tretas", opõe-se uma nova rádio: observadora, curiosa e crítica, uma rádio com alma.

Fruto de uma ideia original do corpo redactorial e director da revista "Flama", nasce em 2 de Janeiro de 1968, na RR, o "Página Um", programa pioneiro ao nível das preocupações político-sociais, fundado pela citada revista, a Rádio Renascença e um elemento da empresa construtora J. Pimenta, sendo transmitido entre as 19.30h e as 21h, de segunda a sábado. Utilizando quer a doutrina social da Igreja, por um lado, quer as crónicas de estações como a BBC, a Voz da América ou a Deutche Welle, por outro, o programa auto-protege-se e, gradualmente, começa a emitir músicas e palavras seleccionadas, colando-se à "nova canção portuguesa" que, como explicava Adriano Correia de Oliveira, «surgiu em oposição a um "status quo" que nos dava apenas letras de tipo evasivo, tendentes a alhearem as pessoas dessas realidades [portuguesa actual]»¹⁴. Este facto é uma inovação quer em relação à quantidade, rara, quer à qualidade da música portuguesa até então habitual, já que dos 391 programas de música ligeira que a EN transmitiu, em 1965, por exemplo, Madalena Iglésias, António Calvário, Simone, Tony de Matos, António Mourão e Maria da Fé se encontravam entre os mais ouvidos. A canção de intervenção passa a fazer parte das listas de intérpretes que, algumas vezes actuavam em directo, para uma audiência

¹⁴"Rádio & Televisão", 18/11/72, p.7.

constituída por cerca de 80% de jovens, de acordo com os estudos divulgados (embora não identificados), da época. As ligações de alguns elementos do programa, quer aos cantores quer às suas editoras, permitia o acompanhamento das edições do "canto livre". «Até ao momento em que "Página Um" apareceu havia um certo medo, como que um abafar da canção social. Nós começámos a divulgar o Luís Cília (o segundo disco) e a transmitir, quase diariamente, o dr. José Afonso e o Adriano Correia de Oliveira (...). O Fausto, por exemplo, foi considerado a "Revelação do Ano 69" e o José Afonso a "confirmação 69"»¹⁵ comentava, José Manuel Nunes, produtor, realizador e apresentador do programa. O texto, que representava cerca de 20% da emissão, era constituído por crónicas da Assembleia Nacional (originais do jornalista Viriato Dias, lidas em directo), local de onde também chegava, clandestinamente, o som do que lá se passava, e que foi transmitido até se ter revelado interessante, mesmo após intervenção política de Marcelo Caetano em sentido contrário. Além das crónicas menos inofensivas (havia, entre outros apontamentos de teatro, com Maria Emília Correia, de cinema, com José Vieira Marques), emitia outras de política internacional, as quais acabariam por levar à suspensão do programa, em 1972. Neste ano, o "Página Um" receberia - em ex-aequo com o "Tempo Zip" e "Vértice" - o prémio da Casa da Imprensa, atribuído, por unanimidade, com o objectivo de distinguir o esforço realizado no sentido de dar corpo a um novo conceito de rádio, baseado «(...) num trabalho colectivo de prospecção da realidade circundante»¹⁶. «O "Página Um"», comentava José Manuel Nunes, em 1971, «é feito por uma equipa e o nosso objectivo, como rádio, é atingir o ouvinte, não apenas sob a forma de um disco, mas alertá-lo para os

¹⁵Idem, 25/12/71, p.22.

¹⁶"Rádio & Televisão", 27/04/72, p.22.

problemas que o rodeiam»¹⁷. Mesmo que tal o aflija: «temos também de incomodar o ouvinte, não lhe dar só boas notícias, levar-lhe um pouco da realidade, mesmo que ela seja feia e desagradável»¹⁸.

Num programa que não foi permitido pela censura, a equipa decide fazer a cobertura da gravação de um disco de José Afonso. Nesta emissão, em que os excertos de música iniciais eram significativos, «companheiros de aventuras, vinde comigo viajar, a noite é negra, a vida é dura, não faço gosto em voltar», a apresentação do conteúdo do programa seria feito nos seguintes moldes: «A "Página 1" teve oportunidade de estar presente, durante três sessões de gravação do último LP do José Afonso, "Venham mais cinco", com direcção e arranjo do José Mário Branco. Assistiu às gravações Francisco Fanhais. Os depoimentos que a "Páginal" recolheu do José Afonso, do José Mário Branco e do Francisco Fanhais, não são apenas uma recolha fortuita e momentânea de afirmações despidas de significado; pelo contrário, querem mostrar quem são três dos mais significativos nomes da nova música portuguesa. Esta emissão de "Páginal" preparada por João Alferes Gonçalves, José Videira e José Manuel Nunes quer ser a leitura consequente das palavras daqueles três compositores e intérpretes portugueses. Não existem acasos nesta emissão, mas pontos de reflexão e análise às afirmações produzidas. Finalmente, esta emissão não pode ser encarada separadamente do contexto que rodeia a sua transmissão. Feito este esclarecimento, aqui está "Uma noite em Paris"»¹⁹.

Esta rádio nova, socialmente empenhada, contagiou não só consumidores como produtores, nomeadamente na própria RR, onde, no ano de 1970, tem início um novo programa, preocupado sobretudo com o seu conteúdo: «De parte das pessoas que fazem o TEMPO ZIP há uma preocupação de levar ao público os temas de

¹⁷«Rádio & Televisão», 25/12/71, p.21.

¹⁸Adelino Gomes, em entrevista, 01/04/99.

repercussão social e, ao mesmo tempo, provocar no público uma reacção consciente ao estímulo que lhe é transmitido (...). A inércia a que o público está habituado tem sido um travão. A primeira grande dificuldade é afastar o público de um determinado tipo predominante de Rádio, mais ou menos fútil e vazio, e despertá-lo para a realidade que o deve preocupar»²⁰. Transmitido no horário entre as 0h e as 3h, o "Tempo Zip" veio ocupar as duas últimas horas da "23ª Hora" e entrar em concorrência directa com o "PBX", do qual haviam aliás transitado dois elementos (Carlos Cruz e Fialho Gouveia). Emitido no mesmo horário, a sua criação veio provocar no "PBX" uma reacção que se pautou por uma nova linha (a partir do dia 15 de Abril de 1970) e novos meios (como a aquisição de um helicóptero), assegurada por Paulo Cardoso, que lhe imprimiria um novo dinamismo transmitindo emissões como a de o "Eléctrico chamado PXB". Gabriel Valle, crítico de rádio, salientava em Junho de 1972 o papel de "Página Um" e "Tempo Zip" para o despertar de uma rádio mofa, que vivia praticamente adormecida e estagnada: «Através de operações por telefone, de reportagens no exterior, inventam o interesse no público pela existência de uma rádio que já não é simples objecto de decoração ou de acompanhamento de fundo. «Fazer rádio é a nossa forma de intervir. Fazer rádio é a nossa forma de estar no tempo. A rádio nova existe e existem pessoas que não estão na rádio para vender detergentes». Procura-se a relação do jornalista com a rádio, de uma rádio formativa e informativa. Já passou o tempo do caixote de música e de anúncios, do locutor fulano-ignorado-e-indiferente. «A rádio é onde está presente o homem e a sua consciência, o homem e os seus problemas, o homem e o seu tempo, o homem que fale de frente.

¹⁹Arquivo Histórico da RDP, "Uma noite em Paris".

²⁰"Rádio & Televisão", 27/04/72, p.24.

Acabou a narração do «coisa nenhuma». É o tempo de estar aqui»²¹.

A rádio, já desperta, agita-se, anima-se, injectando vida nos programas nocturnos. A noite passa a ser um horário nobre e, em 1970, a "Rádio & Televisão" reporta o fenómeno: «A rádio comercial portuguesa passa neste momento por uma fase de intensa actividade, expressa sobretudo numa ruptura com um passado ainda recente de esquema rotineiro e manso, sonolento e doce. A nova fase tem maior incidência na programação nocturna, a que ultrapassa a meia-noite, durante as horas que foram durante muito tempo consideradas mortas. Esse tempo é agora aproveitado pelas estações emissoras para o lançamento dos seus programas de maior audiência. O horário passou a ser disputado a peso de ouro pelos produtores. Num ápice, o que era noite, silêncio e quietude tornou-se vida, ritmo, actividade, bulício. Revelou-se um número considerável de ouvintes, atentos e despertos. A noite tem gente. Vibração. Nervos. Acção e sentido. Descobri-la e descobrir-se foi a palavra chave da Rádio. Modernizar-se, actualizar-se, ganhando vivacidade e consciência de si própria e dos ouvintes foi o caminho. Saiu do estúdio. Deixou o remanso dormente. Acordou e ajudou a despertar. Sacudiu insónias e roupagem descolorida. Animou-se. Começou a vestir de cores vivas. Descobriu a reportagem, a crónica, e redescobriu o disco. Dinamizou-se, acreditando que o suor é necessário ao prestígio, tornando-o sólido, vivo e verdadeiro. Escolheu um caminho. E segue-o»²². Em 1970, a RR inaugura a sua emissão contínua ao lançar "Estamos consigo na madrugada", entre as 3h e as 7h, um programa que se seguia a "Tempo Zip", apresentado por José Manuel Nunes, e cujo lema era: «Consigo, que trabalha de noite, para que os outros possam viver de dia»²³. Completavam-se, assim, as emissões de 24 horas diárias entre as três

²¹"Rádio & Televisão", 17/06/72, p.XXII.

²²"Rádio & Televisão", 27/06/70, p.7.

principais estações portuguesas: o RCP transmitia "A noite é nossa", entre as 3h e as 6h, programa apresentado por Ruy Castelar, com o lema: «Enquanto estiver acordado, a noite é nossa!» e a EN transmitia o "programa da madrugada", entre as 2h e as 7h, apresentado por Raul Durão, cujo lema era «Quando a noite é mais noite, dizemos bom dia».

E serão dois programas nocturnos que elevarão a contestação ao seu mais alto nível, em Abril de 1974: o "1-8-0", iniciado no dia 21 de Setembro de 1967, transmitido entre as 22h e a 1h na Alfabeta, nos Emissores Associados de Lisboa (d direcção que reunia a Rádio Peninsular e a Rádio Voz de Lisboa), e que foi distinguido com o Prémio da Casa de Imprensa, em 1972, «(...) pela sua vivacidade e pela sua preocupação de actualidade(...)»²⁴, e o "Limite", transmitido na RR, entre as 0h e as 2h, e produzido por Leite de Vasconcelos, Carlos Albuquerque, Manuel Tomás e Costa Martins, para quem o objectivo era «(...) ir até ao limite do que é possível fazer na rádio portuguesa, não exercendo, propriamente, uma função política mas despertando as pessoas para os problemas que são os seus e para os quais devemos estar de olhos abertos»²⁵.

Estrategicamente requerida como sinal sonoro que constituísse, quer a confirmação de que as acções se desenrolariam conforme previsto, quer a informação do início das operações, em simultâneo, para as várias unidades aderentes, as senhas tornaram-se num dos elementos determinantes da Revolução, que tivera como um dos motivos próximos para a escolha de um sinal sonoro via rádio o insucesso de coordenação, ensaiado no dia 16 de Março, nas Caldas da Rainha. Na sequência deste evento, da decisão de avançar para a via militar, do "Estudo de Estado Maior", que conclui pela necessidade de, ao mesmo tempo, publicitar as operações e concentrar o seu comando numa zona secreta, é

²³"Rádio & Televisão", 20/06/70, p.32.

²⁴"Rádio & Televisão", 07/03/72, p.5.

decidido, além dos militares, para eliminar a força do regime, um objectivo fundamental a atingir: dispor de um meio de comunicação que controlasse a informação e a opinião pública. Decidido o modo de actuação, Santos Coelho é incumbido de planear, coordenar e realizar a operação. Em conjunto, com Luís Macedo, opta pelo assalto e ocupação do RCP devido não apenas às «condições ímpares de isolamento e defesa da zona»²⁶, devido à sua localização, numa zona aberta e de fácil acesso e às condições de independência face aos sistemas de energia, como a electricidade (a estação da Sampaio e Pina possuía um gerador de emergência), para além dos retransmissores, pois estava prevista a ocupação e defesa do Centro Emissor Jorge Botelho Moniz (como ocorreu, embora com atraso devido à demora na ocupação da Casa da Moeda pela Escola Prática de Engenharia), cuja manutenção permitiria a cobertura nacional, e os telefones, já que existiam aparelhos públicos e militares próximos: «O RCP oferecia condições de independência face ao contra-ataque que o poder político viesse a fazer: cortes de electricidade, cortes de telefones. Havia possibilidades de sobreviver e manter contactos; manter as comunicações e manter a rádio a funcionar. Depois, possibilidade de reconhecimento sem dar nas vistas»²⁷. Esta necessidade de conhecer fisicamente a estação era fundamental. O elemento de ligação que permitiu o acesso à estação foi Eduardo Rosa Santos, do Conselho Fiscal do RCP, colega do Colégio Militar dos dois operacionais, conquistado com um cenário suposto e parcial: «As coisas foram feitas com muita cautela; foram postas hipóteses, embora reflectissem a necessidade de ocupar o Rádio Clube. Isso aí ele sabia que aquela estação iria estar no fulcro dos acontecimentos se houvesse alguma coisa. Claro, não sabia era exactamente os contornos e a extensão da reviravolta que nós pretendíamos

²⁵«Rádio & Televisão», 23/06/73, p.10

²⁶Santos Coelho, em entrevista, 14/01/99.

fazer (...). Provocámos uma reunião em casa de um de nós, eu, o Luís Macedo, o Eduardo Rosa Santos e respectivas mulheres, e então, eu manifestei interesse e também a conversa foi conduzida de forma a que ele me convidasse a ir visitar as instalações e assim foi»²⁸. Reunido, em memória, um conjunto de informações relativas à estação e estabelecido o plano de ocupação foi depois definido o perfil do grupo de comandos: oficiais técnicos, a quem cabia controlar os técnicos do RCP: além de Santos Coelho, o único militar do Exército, eram sete da Força Aérea: Costa Neves, Delfim Moura, Sacramento Gomes, Santos Ferreira, Correia Pombinho, Mendonça da Carvalho e Santos e Silva (uma vez que Costa Martins, encarregado de encontrar os oficiais era piloto da Força Aérea, onde se encontravam militares comprometidos com a revolução, a quem foi exposta pormenorizadamente a planta das instalações).

Ao plano inicial, que contemplava apenas a transmissão de uma senha, no "Limite", cuja emissão havia sido cuidadosamente projectada, Otelio Saraiva de Carvalho introduzirá na véspera a concepção de novo sinal, através da participação de João Paulo Dinis. A primeira senha transmitida acabaria, assim, por se concretizar nos Emissores Associados de Lisboa, através do programa "1-8-0". Eram, 22h 55m, quando se ouviu: «Faltam cinco minutos para as 23 horas. O Paulo de Carvalho com o Eurofestival 74: "E depois do adeus"²⁹». Aquela que se tornaria na segunda senha seria, tal como planeada, transmitida na Rádio Renascença: «Mesmo dentro do regime percebia-se que o "Limite" era um programa com elevação, com uma carga social ou intelectual forte e que portanto a mensagem a enviar estaria dentro da linha editorial dessa emissão, mas, por outro lado, estava tão bem identificada que não havia margem para dúvidas»³⁰. Eram 0h 25m quando Leite de

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Matos Maia – Aqui emissora da liberdade, RCP, 1975, p.21.

³⁰ Santos Coelho, em entrevista, 11/03/99.

Vasconcelos passou no seu programa, "Grândola, vila morena", de José Afonso, antecedida e seguida da leitura de versos da música, ao qual se seguiu um poema de Carlos Albino, colaborador do programa, «(...) que era assim uma espécie de abertura poética para o que calculámos que se iria passar (...)»³¹. Inicialmente previsto, "Venham mais cinco" acabou por ser substituído, por constar da lista dos discos proibidos da RR.

Eram 3h 12m, quando os militares entraram no RCP, tornando-o a partir de então no posto de comando do Movimento das Forças Armadas (MFA): «Era preciso que soubessem que havia um coração a bater e uma cabeça a pensar. Havia um deus a velar e a coordenar»³². A emissão do Rádio Clube, que tinha no ar "A noite é nossa" na OM e "Vértice" no FM, seria interrompida e substituída por cantigas proibidas, de luta e marchas militares, como "A life on the ocean wave" de Russel, interpretada pela Band of H.M.Royal Marines, ficando associada à Revolução por ter precedido os vários comunicados do MFA. Estes, apelando à calma da população para que esta se mantivesse em casa e às forças militares e policiais para não intervirem, foram previamente redigidos e dactilografados, e depois lidos por Joaquim Furtado e Luís Filipe Costa, sendo os seguintes enviados por telefone. Contudo, não sem sobressaltos, uma vez que, além do isolamento dos militares no RCP, as forças afectas ao Governo reagiram, dando ordem à Hidro Eléctrica do Alentejo para cortar a energia ao RCP, pelo que foi através do sistema de emergência que se continuaram a transmitir as informações. Às 11h foi cortada a emissão de FM e às 14h o Emissor de Miramar, pelo que a percepção no Norte se tornou difícil. Aquando da leitura dos comunicados, foram também emitidas interferências, vindas do Quartel General da Legião Portuguesa, postos a circular boatos, nomeadamente o de

³¹ Matos Maia – Aqui emissora da liberdade, RCP, 1975, p.24.

³² Santos Coelho, em entrevista, 14/01/99.

que blindados da GNR iam a caminho do RCP para o destruir: «Sem luz eléctrica, com os telefones cortados, sem ar condicionado, sem estarem a funcionar os emissores da rede de Modulação de Frequência e da onda média do Porto, sujeitos aos boatos que fervilhavam trazidos por jornalistas ou civis, os militares da "operação RCP" [isolados] principiavam a enervar-se. Depois o problema das interferências provocou, também, um susto e mais nervos ainda»,³³ testemunhou Santos Coelho, à época. Este clima seria desanuviado aquando da rendição de Marcelo Caetano, no quartel do Carmo, pelas 18h.

A rádio, através do Rádio Clube, ao mesmo tempo que é elevada a protagonista do acontecimento político, atinge o limiar de simultaneidade entre o acontecimento externo, a sua enunciação e recepção, numa «fusão dos factos narrados com a narração dos factos»³⁴. Perante uma história a quente e auditiva, as palavras do repórter são uma forma de tornar inteligível a opacidade e importância daquele momento histórico, sobretudo auditivo: «Microfone aberto, ouvindo a multidão, ruídos dos carros de combate em movimento... Apenas o ambiente que podemos transmitir, porquanto as palavras de um homem não são nada perante a rodagem histórica de que estamos a ser testemunhas»³⁵, reportava Alfredo Alvela que, juntamente com outros repórteres, viveriam intensivas e contínuas horas de reportagem. «(...) Um repórter da rádio fazia a cobertura do acontecimento e, quando abraço o tenente», declarou Salgueiro Maia, «diz para o microfone: 'Agora já não percebo nada, o capitão dos revoltosos abraça a GNR!''»³⁶. E seria através da rádio que o mundo tomaria conhecimento da revolução militar, como D. Ximenes Belo, bispo de Dili: «Soube a notícia através da Rádio Renascença, pelas cinco da manhã. Que havia um Movimento das Forças Armadas. A Rádio só transmitia música

³³Matos Maia, Aqui emissora da liberdade, RCP, 1975, p. 84.

³⁴Adriano Duarte Rodrigues – Estratégias da Comunicação, Editorial Presença, p.178.

³⁵Alfredo Alvela – As vozes do 25 de Abril, RCP, s/d.

³⁶“Lusitano” in Sousa Duarte – “O último combate de Salgueiro Maia”, Expresso Revista, 03/07/93.

clássica, às vezes de tonalidade fúnebre»³⁷. A EN é mais tarde ocupada; depois de ter sido lido aos seus microfones um comunicado do Movimento das Forças Armadas, fecha a emissão às 8h45m, retomando às 21 horas do dia 25 de Abril³⁸.

Contributo decisivo para o derrube do regime, a rádio nova fora o facto mais relevante ao longo dos anos estudados na programação da rádio portuguesa. Caracterizada por um conjunto de novas propostas, radicalmente diferentes do "status quo" radiofónico habitual, assentes em conceitos, posturas e conteúdos inovadores, apresenta um novo projecto de rádio, de ruptura com a linguagem, a técnica, a estética e a ética até então formuladas. Resultado de uma nova geração de profissionais, mais cultos, mais rebeldes e mais competentes, estes afrontam a geração anterior: «Achávamos que a rádio daquele tempo era uma rádio de mau gosto, medíocre, desinteressante, feita por gente completamente instalada, escribas sentados, conformados com os seus patrões, com a estética dominante (...) era a rádio de família, uma rádio do regime, acética, pura, quer dizer... mentirosa. E quando nós vamos para lá e vamos perguntar às pessoas se gostaram do filme e uma Maria diz uma coisa qualquer, e não é um crítico, isto vem implicar trazer para a rádio um pouco da verdade e não da ilusão de um mundo que não existia»³⁹. Estes novos profissionais transportam para a rádio uma forma de estar e viver diferente e fazem um corte com a rádio tradicional, produzida por Gilberto Cotta e/ou Armando Marques Ferreira. Há um combate entre concepções divergentes; luta-se pela introdução dos novos ritmos musicais estrangeiros, por dar voz ao cidadão comum, por falar em cima dos discos. É a inovação formal, «(...) mas isso era, na dureza do regime [salazarista], uma coisa completamente perigosa (...)»⁴⁰. É uma rádio de

³⁷ Adelino Gomes – Público, 11/04/94, p.22.

³⁸ Alexandre Pais e Ribeiro da Silva – Capitães de Abril, Amigos do Livro, s/d, Vol.I, p.108, p.112.

³⁹ Adelino Gomes, em entrevista, 01/04/99.

⁴⁰ José Nuno Martins, em entrevista, 18/03/99.

intervenção estética e, nesse sentido, era já política, porque agitava, incomodava, fazia perigar a situação instalada, agitava as ondas radiofónicas. A procura de perfeição levava a que uma simples mistura de discos significasse algo mais; além de agradável, auditivamente interessante, original e criativo, consubstanciava implicitamente um conteúdo. O expoente desta rádio temática, muito mais preocupada com os autores das canções do que com os seus intérpretes, e que vai tentando alargar ao máximo o seu leque de assuntos abordados acontece durante o marcelismo. No "Tempo Zip", houve crónicas sobre Portugal com Agostinho da Silva, revista de imprensa com Joaquim Letria, poesia com Alexandre O'Neill, urbanismo com Nuno Portas. O desejo de rompimento foi profundo e consequente.

II.2. Informação

II.2.1. A actividade informativa

A informação, que já se havia revelado ao nível da programação um dos principais meios de refrescamento da rádio, inicialmente ao nível formal e posteriormente também ao nível dos conteúdos, torna-se no principal motor de

desenvolvimento do meio radiofónico. Em 1967, a crítica aplaude «(...) a evolução marcante que se pressente em todos (ou quase) os programas da noite da nossa rádio. Toda a gente parece andar de máquina na mão em busca da notícia. Será que, de repente, a rádio decidiu vir, finalmente, para a rua? Viva a iniciativa e toca a entrevistar»⁴¹. Neste modelo inclui-se o "PBX" cujos elementos «Dão reportagem. Dão acontecimento. Dão vida. Têm irreverência e atrevimento»⁴².

Actividade, no final dos anos 50, inadequada ao meio "áudio", pouco empenhada e oportuna, irá despertar ao longo dos anos seguintes o interesse da generalidade das estações e proporcionar à rádio a exploração e desenvolvimento das suas particularidades, como a rapidez e a dimensão sonora. Ao longo dos anos, a informação "noticiosa" descobrirá a sua compatibilidade com o meio radiofónico e adaptar-se-á a ele, crescendo em quantidade e em qualidade. A rádio revelará as potencialidades da informação e esta as idiossincrasias da rádio, tentando respeitá-las. E se em 1960, o sector da informação parecia à crítica, ainda dedicado ao ostracismo, ganhando apenas vida, normalmente, quando os jornais saíam para a rua, a excepção do "Diário do Ar", onde alguns dos grandes acontecimentos foram divulgados sem se esperar pela saída dos jornais, como ocorreu com a cobertura da inauguração do metropolitano, em Lisboa, prometia alterações. Registava-se já o interesse pela exploração da informação na rádio, através de realizações como o "Rádio Jornal", programa vespertino de duas horas, emitido pelo emissor de Miramar do RCP, entre as 15h15m e as 17h20m, de segunda a sexta-feira, um autêntico jornal radiofónico onde a notícia, a reportagem e a música se conjugam, realizado pelo Radio Press Office (RPO). Esta produtora independente, publicitária, estimulará a produção de carácter informativo. Com a colaboração de

⁴¹"Rádio & Televisão", 16/09/67, p.38.

⁴² Idem, ibidem.

Paulo Cardoso, chefe dos serviços de produção, em 1963, a RPO passará pela adopção de uma nova estratégia: «A «Nova Linha» é um estilo novo. Mais sintetizado, mais dinâmico - como a vida actual - mais incisivo»⁴³. Nela trabalhará Maria Helena Mensurado, a primeira jornalista radiofónica, ao redigir e dar voz aos apontamentos "Primeiras Páginas" do programa "Gazeta da Manhã" e alguns "Falando francamente" de "Os donos da noite"⁴⁴.

A repartição da informação, incluída desde 1957 na direcção dos serviços de programas e, desde 1969, na divisão de programação, vai-se, contudo autonomizando aos poucos dos programas e revelando a importância progressiva dos serviços de noticiários. Inserido neste movimento, Luís Filipe Costa, que havia sido chefe de redacção da Agência de Publicidade Artística (APA), é incumbido por Júlio Botelho Moniz e Álvaro Jorge, director de programas do RCP, de criar um serviço de noticiários apelativo que agradasse aos ouvintes. O objectivo era fundar um serviço concorrente e alternativo à Emissora Nacional, por um lado, e lucrativo, expandindo a publicidade até aos noticiários, por outro. Iniciado já nas novas instalações da Sampaio e Pina, em 1960, a nova "fábrica de novidades" revolucionará a linguagem radiofónica, tornando obsoletos os noticiários baseados em textos escritos, sem prévio tratamento adequado à linguagem específica da rádio, bem como a simples leitura de notícias ao microfone; para além de encetar um tratamento das informações disponíveis adequado ao "media" radiofónico, era o próprio profissional que as levava ao microfone. Em 1969, Luís Filipe Costa recordará à "Rádio & Televisão": «Quando o Rádio Clube Português confiou a gente nova o encargo de reformar o sistema noticioso, começámos por gravar os noticiários estrangeiros e acabámos por adoptar um tom próprio, em parte

⁴³"Rádio & Televisão", 12/01/63, p.25.

⁴⁴"Rádio & Televisão", 22/06/63, p.23.

influenciado pelo facto de todos nós termos uma experiência publicitária. Num país despolitizado como o nosso, a adopção de um serviço de noticiário em que o acontecimento chega ao ouvinte através da frase curta, concisa, sintética e insistente (característica da publicidade bem feita), pareceu-nos ser o único capaz de interessar o público. Seguimos, portanto, esta fórmula e deixamos a descrição dos factos para a Imprensa escrita. Por outro lado, abolimos progressivamente o hábito do noticiário a horas certas. O noticiário surge sempre que a notícia ou o acontecimento o justifiquem. Hoje, temos 17 noticiários por dia. Estamos convencidos de que deste modo contribuimos para combater a indiferença do público»⁴⁵. Em 1962, a "Rádio & Televisão" reportava: «Filipe Costa (e os colegas da equipa dos noticiários seguem o exemplo) transforma, diariamente, as informações das agências que os "Telex" batem a todo o instante, em apontamentos incisivos, vivos, espantosos de precisão e de análise instantânea dos acontecimentos (...). O noticiário das 0.45, valorizado pela própria voz do seu autor, foi, afinal, buscar à linguagem telegráfica o esquema de concepção ideal para uma informação radiofónica, necessariamente rápida, nervosa, concreta»⁴⁶. Recolhendo informação, através de telex e/ou de telefone, Luís Filipe Costa introduz a síntese, informação já devidamente seleccionada e tratada, dando corpo a uma nova entidade eminentemente radiofónica, independente quer dos jornais quer das informações escritas, numa «(...) "nova linguagem" informativa, incisiva, directa, última hora»⁴⁷, como explicava João Paulo Guerra, um dos elementos da equipa (da qual também faziam parte Adelino Gomes, Cândido Mota, Duarte Ferreira, Fernando Quinas, Firmino Antunes, Joaquim Furtado,

⁴⁵"Rádio & Televisão", 09/08/69, p.33.

⁴⁶"Rádio & Televisão", 15/12/62, p.7.

⁴⁷"Rádio & Televisão", 25/04/70, p.34.

Jorge Dias, Manuel Bravo, Moura Guedes, Paulo Fernando e Rui Pedro).

O primeiro noticiário do dia do RCP, transmitido durante o programa "Meia-Noite" pretendia ser mais ousado, tentando comunicar mais do que efectivamente dizia, através de uma linguagem codificada: «Faziam coisas muito cifradas, com umas grandes mensagens pelo meio; só nós é que percebíamos; meia dúzia de iniciados - o tempo com pausas no meio... amanhã céu nublado... Nós fazíamos sempre a ligação ao regime político»⁴⁸. Conforme a equipa aperfeiçoava a sua técnica de transmitir mais do que um conteúdo numa mesma mensagem, aquele que se noticiava e o que se queria transmitir, as primeiras notícias do dia iam-se tornando numa audição de culto para os ouvintes que, mais atentos, rasgavam nas frechas da informação, através de metáforas, polissemias e justaposições, a contestação ao regime: «Utilizava muitos símbolos, títulos de jornais para começar as notícias. Quando a LUAR assaltou o banco na Figueira da Foz, a notícia foi inicialmente cortada, eu não a podia dar, mas no boletim meteorológico [disse] "então amanhã saiam com gabardinas". Pausa expressiva. "Mas felizmente há luar!". E acabou assim o noticiário»⁴⁹. A resposta do "homem-notícia", como ficara conhecido o chefe dos serviços de noticiários do RCP, constituiria uma profunda transformação da concepção informativa radiofónica, obtendo em 1966, pelos mesmos, o Prémio Ondas, um prestigiado galardão espanhol que se destinava a distinguir os mais destacados profissionais e programas de rádio, que já fora anteriormente atribuído a Maria Leonor, Jaime da Silva Pinto e Mary.

Desenvolve-se igualmente a tendência para diminuir cada vez mais o hiato de tempo entre a ocorrência de um dado acontecimento e o seu relato. A rádio reportará não só cada

⁴⁸ José Manuel Nunes, em entrevista, 14/10/98.

⁴⁹ Idem.

vez em maior quantidade e mais longe, como mais próxima, ao nível temporal, da ocorrência dos factos, como sucedeu com o assassinato de John F. Kennedy: «Vinha a entrar, quando dei com o Paulo Fernando, a quem devia render, aos gritos, agarrado a um dos telexes. Estava a chegar a notícia de que os tiros tinham sido disparados. Minutos depois eu descia ao Inferno, com as máquinas matraqueando telegramas dramáticos e o telefone repenicando ininterruptamente. Foi um corrúpio esgotante entre os telexes, os receptores sintonizados para as estações americanas e o microfone, acompanhando, passo a passo, o trágico desenrolar dos acontecimentos. Durante aquela hora que terá mediado entre a primeira e a última notícia, interrompi a emissão mais de uma dúzia de vezes»⁵⁰.

Em 1964, o "Programa da Noite", da EN adopta o slogan "As notícias chegam e vão direitas ao seu receptor": «Deixaram-se para trás as fórmulas tradicionais, rígidas, e talvez um pouco solenes. «Programa da noite», em íntima colaboração com os serviços respectivos da EN, apresenta agora a notícia em cima da hora. Nada de protocolos, a antecipação conta perante a oportunidade que se pode perder»⁵¹. A rádio veste-se de diário sonoro. No seu discurso de tomada de posse, como director comercial, Júlio Botelho Moniz assinala: «Hoje trabalha-se em Rádio Clube Português como num jornal. Procuramos a actualidade diária e mantemo-nos em permanente contacto com o público»⁵². Fernando Peres anota: «Como o diário, a Rádio divulga, informa, aconselha, orienta, critica. A Rádio é a imprensa sem tinta, sem rotativa, que substitui pela voz e pelo som, pela técnica radiofónica de transmissão»⁵³. O mesmo crítico aponta, ainda, em 1963: «Começa a haver jornalismo na Rádio. Um jornalismo actuante. Os Repórteres da Rádio estão atentos. Aparecem «em cima do

⁵⁰«Antena», 1965.

⁵¹«Rádio & Televisão», 12/09/64, p.15.

⁵²«Rádio & Televisão», 13/04/63, p.9.

⁵³«Rádio & Televisão», 25/05/63, p.23.

acontecimento». As brigadas de Rádio Clube Português e da RPO têm marcado posição de relevo»⁵⁴. O projecto do programa "Contacto", que veio, efemeramente a substituir o transitório "Europa", protagonista de uma postura mais descomprimida ao microfone, ia no sentido de ser o primeiro jornal que saía para a rua, com a diferença de não ser escrito, mas falado e com especial ênfase na reportagem.

Contrastando com os serviços próprios do Rádio Clube Português, os noticiários da Rádio Renascença eram baseados na leitura de jornais: «A Renascença nessa altura estava a colar notícias do "Novidades" e do "Diário de Notícias" numa folha, às 12h 45m da tarde, e acabou. Não havia mais nada!»⁵⁵. Será nos anos 70 que a Rádio Renascença tentará lançar um novo serviço informativo, concorrencial ao RCP. Iniciado no dia 16 de Outubro de 1972, foi pela primeira vez transmitido no dia 23 seguinte, prolongando o seu período experimental até ao dia 16 de Dezembro. A Renascença passou, então, a dispor de seis serviços (manhã, almoço, jantar e noite, resumindo as últimas horas, e 11h e 17h, de actualidade). Porém, quer o impulso quer a qualidade será breve; se em Fevereiro de 1973, a equipa, com oito pessoas, menos uma que inicialmente, produzia mais de 200h de informação semanal, quatro meses mais tarde, reduzidos a três pessoas, os serviços produziam 120 horas, sem reportagens e com raros comentários, por sua vez menos ágeis e intervenientes. Desaparecem os apontamentos regulares e diários e de aliciante restava apenas o noticiário das 19h; a falta de recursos humanos especializados era o motivo apontado: «Não existem, neste momento, no meio radiofónico, profissionais preparados para exercer estas funções. Somos obrigados a recrutá-los nos meios jornalísticos, ou entre

⁵⁴«Rádio & Televisão» 27/04/63, p.24.

⁵⁵José Manuel Nunes, em entrevista, 14/09/98.

pessoas sem experiência prévia»,⁵⁶ explicava João Alferes Gonçalves que assegurava a chefia dos noticiários, após a saída de Carlos Cruz, em Fevereiro.

Por seu lado, a EN, que se tentará afastar da imagem de "diário sonoro do Governo", reflectirá o peso e a importância da actividade informativa quando introduz os mapa-tipo de 1960 e 1967, este último experimental, altura em que ressurgem o "Jornal de Actualidades" às 22h 30, tornando-se definitivo em 1968, quando são ajustados os horários dos então 20 serviços de notícias para intervalos de uma hora, uma consequência da preocupação pelo aumento constante da quantidade de serviços informativos. No início da década de 60, ainda se permitirá reforçar a sua componente de longa duração, reforçada pela variedade: «Eles tinham noticiários impressionantes com a riqueza de registos magnéticos. Gravavam tudo o que era do regime. Os noticiários eram qualquer coisa a sério. O conteúdo é que era aquele que era, mas tecnicamente irrepreensível. Cobriam o regime todo e arredores; as "cidades", "região", tudo e mais alguma coisa; bem feito»⁵⁷. No final da década, a Emissora Nacional seguirá antes uma política de maior brevidade ao propor serviços informativos preferencialmente curtos e dinâmicos e quando no final de 1968, Jorge Guerra faz o balanço do ano informativo conclui que há sintomas animadores «de uma maior síntese e tratamento das notícias»⁵⁸. Numa entrevista ao "Diário Popular", em 1971, Clemente Rogeiro declara: «A informação tem vindo a ganhar cada vez mais importância no campo de programação da EN. Tanto no primeiro como no segundo programa há noticiários ou boletins informativos praticamente de hora a hora. E isto é assim em onda média e em onda curta. Dando

⁵⁶"Rádio & Televisão", 30/06/73, p.6

⁵⁷José Manuel Nunes, em entrevista, 14/09/98.

⁵⁸"Rádio & Televisão", 21/12/68, p.15.

ao termo «informação» um sentido restrito, temos, praticamente, quarenta boletins noticiosos diários (...)»⁵⁹.

No início da década de 70, a informação havia adquirido um novo estatuto e uma nova importância: «A Rádio, longe, portanto, de ter esgotado as suas possibilidades, adquiriu pujança e vitalidade, fez-se instrumento activo e indispensável da informação. Adoptou, bem entendido, novas fórmulas. Quer dizer: evoluciona acompanhando a marcha do tempo. Mas nesta transformação não perdeu características nem diminuiu a importância do seu valor social. Teve apenas de se adaptar à sua condição de informadora, deixando de se confinar aos estúdios para ir às casas em que se vive e aos lugares em que se trabalha - residências, escritórios, fábricas, oficinas, etc. - e descer à rua e em todos os lugares, estuante de energia vital, acompanhar a vida, transmitindo as suas manifestações (...). A Rádio deixou, portanto, de ser essencialmente recreativa. A sua missão tem outro sentido, que existiu sempre mas que nunca teve tanta proeminência como agora»⁶⁰.

A rádio, sendo o mais novo meio de comunicação até então conhecido, parente mais próximo dos jornais, procurará no início da sua vida preencher o silêncio, e fá-lo-á através de todas as formas de expressão já existentes: «(...) a rádio viveu então da leitura de jornais, poemas e trechos de obras literárias, da execução ao vivo de peças musicais por músicos contratados, da transmissão de espectáculos como concertos, óperas e peças teatrais, e ainda da abertura de seus microfones para conferências de intelectuais e eruditos»⁶¹. Assim, a rádio sofre a influência das anteriores formas de expressão (artísticas); a acção exercida pela linguagem da imprensa verificar-se-á não apenas nos programas, onde a maioria dos textos são rigorosamente

⁵⁹«Diário Popular», 08/01/71, p.26.

⁶⁰«Rádio Moçambique», Novembro, 1970, p.1.

escritos, ora como garante de correcção ora como forma de controlo, mas também fortemente na informação, onde o peso da imprensa se fará sentir, quer nos primeiros "jornais falados" quer na própria hierarquização das notícias, sistematicamente pela ordem país/estrangeiro/desporto.

Foi, pois, nos anos 60 que a rádio se tentou libertar das antecessoras formas de comunicação, procurando superá-las, numa busca da sua própria identidade, ao encontro da sua especificidade. Um caminho que passou pelo desbravar da informação com uma nova linguagem, que interessasse os ouvintes e os fizesse melhor compreender a mensagem: «(...) Criámos uma nova linguagem, que nós chamávamos em mangas de camisa, chegámos a ter uma coisa escrita na parede que dizia "se a notícia que escreveste pode ser publicada amanhã de manhã, tal e qual, no "Diário de Notícias", então não é boa para a rádio". E começámos a fazer experiências (...)»⁶², recordou Luís Filipe Costa. O profissional que trabalha nos noticiários, primeiramente redactor ou locutor de notícias, consoante escrevia ou lia o texto, torna-se, depois, noticiarista, concedendo voz aos seus próprios trabalhos. Aos poucos, o jornalista de rádio vai surgindo como uma nova categoria entre os "homens da rádio", trazendo para a meio radiofónico o profissionalismo e a ética. Este novo profissional assume-se como responsável por aquilo que lê ao microfone e não como mero veículo de mensagens escritas por terceiros; distingue a publicidade, que se recusa a dar voz (embora não de princípio), da sua actividade de recolha e transmissão do que testemunha. Seres estrategicamente influenciáveis, pela informação que consumiam e que produziam, impregnados de um esforço mais intensivo de perceber e compreender a realidade (sócio-política), foram pioneiros no processo de consciencialização do ambiente

⁶¹ Eduardo Meditsch – A rádio na era da informação, Minerva, 1999, p.155.

⁶² Luís Filipe Costa, em entrevista, 06/01/99.

de então: «O jornalismo foi a minha aprendizagem. A partir do momento em que tinha na minha cabeça um princípio, 'dizer o que vejo', num país onde há injustiças, onde há repressão, censura, eu não preciso de formação política; ela faz-se cumprindo a minha actividade»⁶³.

Perante uma nova concorrente (a televisão portuguesa nasceu no dia 7 de Março de 1957), que aos poucos ia conquistando auditório durante o seu horário nobre (a noite), o mundo radiofónico ao mesmo tempo que se apercebeu das suas extraordinárias características, como a flexibilidade que lhe permitia uma rapidez impossível de obter nos outros meios de comunicação de massa, começou a explorar esta sua capacidade para ser cada vez mais imediato e instantâneo. Investindo sobretudo no sector informativo e desenvolvendo as suas especificidades linguísticas, a rádio vai respondendo à televisão, ao mesmo tempo que, nas frechas do sistema informativo, tentava transmitir, numa informação por vezes conotativa, mais notícias do que as permitidas pelo regime. Contudo, tal como a rádio nova obtinha eco apenas entre ouvintes de elite, também os noticiários do RCP (em especial o primeiro) eram absorvidos entre uma minoria.

II.2.2. A cobertura informativa

No dia 14 de Maio de 1958, a EN, ao anunciar que seriam reprimidos quaisquer ajuntamentos, aquando da recepção em Lisboa de Humberto Delgado, vindo do Porto, acaba por provocar a manifestação; já exilado, seria através da rádio

⁶³ Adelino Gomes, em entrevista, 01/04/99.

que o generalalaria aos portugueses: «(...) Quem vós considerais o vosso presidente eleito? Eis-me a tantos milhares de quilómetros, a dirigir-vos a minha oração de fé, do futuro próximo, a exortar-vos a que vos unais e saibais resistir no despotismo pelos meios adequados»⁶⁴.

Mas seria o desvio do navio "Santa Maria", em Janeiro de 1961, que iria desafiar a capacidade de cobertura informativa das três principais estações emisoras. Pela primeira vez, de uma forma intensa, as equipas de informação desdobraram-se em meios (técnicos e humanos), para relatar tamanha odisseia. Enquanto na RR se destacaria o trabalho desenvolvido por um programa, o "Diário do Ar", no RCP sobressaía o dinamismo do seu serviço noticioso, o primeiro a dar a notícia eram 2h12m do dia 24 de Janeiro, momento a partir do qual se seguiram mais 270 horas de trabalho consecutivo. A equipa, formada por dez pessoas, dividindo-se em turnos de redacção, locução e reportagem (sendo este último constituído por três elementos, que recolhiam informações no exterior), não se coibia de interromper a programação, tendo transmitido mais de 20 serviços extraordinários por dia e algumas entrevistas em exclusivo, como foi o caso das declarações do Ministro da Marinha, Fernando Quintanilha Dias, e do Secretário Nacional da Informação. «Todo este assunto português, que se tornou internacional, foi tratado e vivido hora a hora no RCP com o frenesim próprio de lhe encontrar a melhor e a mais correcta informação»⁶⁵, reportaria a "Rádio & Televisão".

A Emissora Nacional prolongou a sua emissão, num total de 140 horas, ao longo dos vários dias, tendo chegado a ser ininterrupta na segunda jornada; juntava aos noticiários, transmitidos em onda média e repetidos em onda curta, as crónicas de Ferreira da Costa, em Luanda, os comentários a seguir ao noticiário das 21h, o programa "Verdade e mentiras

⁶⁴Arquivo histórico da RDP, AHD 10 584, faixa 3, extracto 1.

⁶⁵"Rádio & Televisão", 11/02/61, p.13.

sobre o caso de Santa Maria" e as informações de Artur Agostinho, enviado especial ao Recife. No dia da chegada do paquete ao cais de Alcântara, a 16 de Fevereiro de 1961, o repórter da EN descreve os "dois espectáculos": a chegada do navio e a agitação da multidão eufórica, gritando vivas a Salazar e à paz, perante a expectativa de ver e ouvir o presidente do Conselho: «Agitam-se freneticamente lenços e bandeiras portuguesas. A multidão vibra de entusiasmo, o sr. presidente do Conselho desceu já meia escada. Passou agora e acena para a multidão (...)»⁶⁶. A emissora oficial continua a descrever a festa de consagração do regime e da sua personificação: «Do outro lado, em terra, toda a gente para aclamar Salazar. Abrem-se muito a custo pequenas alas e adivinha-se que o presidente do Conselho irá aparecer do outro lado da gare de Alcântara, na entrada principal, onde o público não desiste de o aclamar, de o saudar, de lhe manifestar a sua unidade indestrutível, a sua confiança, a sua fé inexcedível nos destinos de Portugal (...)»⁶⁷. Coadjuvado por Pedro Moutinho, o repórter partilha quer da excitação ante o aparecimento de Salazar quer depois das suas breves palavras - «O Santa Maria está connosco. Obrigado portugueses» - sublinhando o entusiasmo e vibração patriótica, numa saudação e aclamação do presidente do Conselho; será posteriormente homenageado e agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo pelo Chefe de Estado. Entretanto, na sua "Revista do Ano de 1961", emitida no último dia de Dezembro, o programa "Meia-Noite" recordava o assalto: «Dia 23: Anuncia-se que, no mar das Caraíbas, um grupo chefiado por Henrique Galvão apoderou-se do paquete Santa Maria. Foi morto a tiro o piloto João Nascimento Costa e ferido gravemente o praticante oficial José António Lopes

⁶⁶ Arquivo Histórico da RDP, AHD 1922, faixa 2.

⁶⁷ Idem, AHD 1922, faixa 3.

de Sousa. Este caso provocou, em todo o país, a maior excitação»⁶⁸.

Encabeçada por Júlio Botelho Moniz, Ministro da Defesa Nacional (irmão do fundador do RCP), da tentativa de golpe de Estado de 1961, a Abrilada, os ouvintes nada saberão para além da remodelação ministerial anunciada: «E então, pelo início da tarde, a Emissora Nacional suspende os seus programas e comunica que estão no Diário do Governo os decretos exonerando os ministros militares, e do ultramar, e fazendo as novas nomeações»⁶⁹. Era o discurso de justificação das substituições, nomeadamente da concentração em Salazar da pasta da Defesa, com a necessidade de "andar rapidamente e em força" para Angola, onde se tinham já iniciado os primeiros confrontos: «Cerca das 15 horas, a Emissora Nacional interrompeu a programação normal para anunciar a demissão de Botelho Moniz e a sua substituição na pasta da Defesa Nacional por Salazar. As demissões de Almeida Fernandes e de Beleza Ferraz foram também noticiadas. O poder intimidatório da mensagem radiofónica fez-se sentir no campo rebelde. Botelho Moniz ficou a partir daí, e para efeitos da opinião pública, situado fora da legitimidade. Era sumariamente demitido sem que o incidente provocasse, como observou Elbrick, qualquer atenção da opinião pública»⁷⁰. Fora uma vitória decisiva naquele ano de todos os perigos para o regime em que o Governo se confrontaria com a oposição interna - o assalto a um avião da TAP, de onde são lançados panfletos sobre a região de Lisboa, no dia 10 de Novembro, sob a orientação de Henrique Galvão, e, no último dia do ano, a tentativa de revolta no quartel de Beja, sob o comando do General Humberto Delgado - e externa, com a União Indiana a invadir e ocupar Goa, Damão e Diu, as jóias portuguesas.

⁶⁸Som de arquivo particular.

⁶⁹Franco Nogueira - Salazar A resistência, Livraria Civilização, Porto, 1984, p.244.

⁷⁰José Freire Antunes - Kennedy e Salazar o leão e a raposa, Difusão Cultural, 1991, p.224.

A escassa informação relativa à guerra em África (para além de Angola, em 1961, também a Guiné a partir de 1963 e Moçambique em 1964) era um dos principais obstáculos ao seu relato: «Dávamos muita coisa do Vietname (...), mas da guerra colonial não, até porque nem tínhamos notícias (...) não havia jornalistas [não oficiais] admitidos no interior de Angola, da Guiné ou de Moçambique. Só do lado do PAIGC, porque influenciavam sobretudo a France Press, é que, às tantas, passaram a aparecer e a vir coisas da guerrilha, da conquista, etc. Mas a única coisa que passavam eram pequenas linhas a dizer: "O soldado número x teve um desastre de viação em Angola. Só havia desastres de viação!», recorda José Manuel Nunes, em relação ao "Página Um"⁷¹. Luís Filipe Costa fala numa "política de silêncio", que se orientava, após os primeiros abalos, por fazer esquecer o(s) conflito(s): «Eram as notícias oficiais, sobretudo porque eles próprios não davam muitas notícias, não davam porque, tirado o impacto inicial e pontualmente a Guiné e Moçambique, eles próprios fizeram o possível por esquecer. Os grandes títulos são Saigão, Vietname e Médio Oriente. A nossa [guerra] não está lá. O que havia eram uns pequeninos comunicados que davam o número de mortos, quase todos em acidentes de viação. E eles próprios facilitaram-nos, nesse aspecto, muito a vida porque não queriam que se falasse naquilo, quanto menos se falasse melhor porque, por exemplo, não havia guerra, havia "operações de polícia", era como se chamava, contra uns "bandidos" que actuavam... E portanto era a versão oficial»⁷².

A RR apresentou dez crónicas de Alves Pinheiro, chefe de redacção do jornal "O Globo", patrocinadas pela TAP, até ao dia 12 de Setembro de 1961. O Rádio Clube Português relatou os "acontecimentos de Angola" (como eufemisticamente se

⁷¹José Manuel Nunes, em entrevista, 14/09/98.

⁷²Luís Filipe Costa, em entrevista, 06/01/99.

dizia) através de 23 crônicas, por vezes, com um tom poético, de José Drummond (a cuja entrada no RCP, em 1958 como locutor, se seguiu, em 1962, a chefia da fiscalização de programas), e que o próprio analisou: «É que o trabalho que efectuei em Angola, onde me encontrava, por acaso, quando do eclodir dos acontecimentos, não o devo nem posso considerar como reportagens, mas sim como crônicas, que afirmaram, essencialmente, pela noção da verdade do que ali se estava a passar, uma verdade adentro das conveniências, mas escrupulosa, sem ser espectacular, mas sentida»⁷³. O ângulo das suas abordagens era invariavelmente a vitimização de Portugal, na perspectiva de que apenas respondia a uma agressão bárbara, promovida por interesses estrangeiros, e a resistência de angolanos fiéis à pátria portuguesa. A mensagem é de ânimo e de força, como na entrevista ao administrador José dos Santos Reis, que afirma: «Aqui no N`Gaje, como em todas as terras de Angola, todos os habitantes, todos os bons portugueses, sejam da Metrópole sejam de Angola, estão no propósito fim de resistir a todos esses bandos de agitadores e enfim permanecer para sempre portugueses nestas terras portuguesas de Angola»⁷⁴. O repórter salienta o vandalismo, promovido por interesses alheios à população local e aos portugueses, os cenários macabros, onde «(...) os corpos de brancos estão insepultos a apodrecer sobre a acção deste sol inclemente, expostos à voragem das aves de rapina (...)»⁷⁵. Na mesma crônica, José Drummond relatava ainda: «Muitos dos que me falaram viram parentes e amigos retalhados a golpes de catana, crianças com os crânios esfacelados contra as paredes, mulheres selvaticamente ultrajadas, todo um rosário de horrores, que nos encheu a alma de amargura»⁷⁶. Angola, «o sacrificado

⁷³«Rádio & Televisão», 24/11/62, p.17.

⁷⁴Arquivo Histórico da RDP, AHD 14340, faixa 6.

⁷⁵Arquivo histórico da RDP, AHD 14340, faixa 3.

⁷⁶Idem.

torrão da terra portuguesa»⁷⁷, a «província portuguesa de África», expressão com que terminava todas as suas crónicas, representava mais uma cartada na jogada dos interesses a nível internacional, que pretendia semear o terrorismo e o ódio racial. E alega: «Estão completamente errados os que pensam ver atrás do que se está a passar aqui, no Norte de Angola, um levantamento geral da população indígena ou uma luta de negros contra brancos (...)»⁷⁸. Às vezes, “esquecia-se” do registo sonoro, justificando a falta quer de anotações quer de registos magnéticos pela rapidez e risco das situações, como ocorre na crónica de 31 de Maio de 1961: «Este meu primeiro contacto com a gente de Carmona, o aflorar dos seus problemas e a narração de tantos problemas vividos com uma rapidez vertiginosa não permitiu que me detivesse na apreciação de nenhum deles, não pude sequer tomar alguns apontamentos que me orientassem nesta crónica»⁷⁹. José Drummond relata após a descrição da situação no Piri⁸⁰ a sua experiência numa coluna militar: «Ora senhores ouvintes estamos a aproximar do local onde a coluna há pouco foi atacada. Ao longe já se ouvem uns tantos tiros. Os nossos ouvintes podem talvez também aperceber-se de que os tiros estão a fazer-se. Não há dúvida nenhuma que os terroristas estão a oferecer-nos aqui uma resistência encarniçada, mas a coluna continua a seguir. Estamos exactamente agora, aqui, no local onde se deu o ataque, identificada uma casa de cantoneiros que se encontrava abandonada. Atenção. Os tiros aqui ainda não se podem localizar convenientemente, visto que estamos a atravessar um sítio com vales e esses vales fazem

⁷⁷Idem, ibidem.

⁷⁸Arquivo Histórico da RDP, AHD 14340, faixa 3.

⁷⁹Idem.

⁸⁰«Regressámos por um atalho que nos conduziu à estrada e que nos levou ao Piri. À ida e à volta, passámos por extensos cafezais, pejados de cerejas já amadurecidas a pedir colheita. Mas os seus donos, aborígenes, que se deixaram levar pela quimeras apregoadas por agentes terroristas, homens muitos deles que chegavam a apurar duzentos contos de café e mais por safra, também esses abandonaram tudo, o seu sossego, o bom convívio, a sua prosperidade para se lançarem na senda do crime, numa luta inglória em que mais serão os vencidos que o vencedor». Arquivo Histórico da RDP, RCP, 01/09/61.

uma repercussão dos tiros disparados e não se pode localizar exactamente o sítio de onde eles vêm. Atenção. Agora é que estamos a atravessar realmente a zona perigosa (...). Senhores ouvintes continuamos a atravessar a zona de perigo, mas agora inexplicavelmente os terroristas não abrem fogo contra nós apesar de nós sabermos, pelas indicações que recebemos da outra coluna, que eles se encontram aqui entrincheirados»⁸¹.

Pitta Groz Dias, do Rádio Clube de Malange, relata mais uma história do conflito, também transmitida no RCP e

⁸¹ Crónica de José Drummond no RCP, antecedida pelo seguinte excerto: Estamos aqui no vale do Loma, para fazer a rendição da coluna militar e para receber também uma coluna civil de camionetas, que vêm com carga de Luanda para o norte da província. A coluna que vinha do sul, portanto de Luanda, foi surpreendida a cerca de um quilómetro e meio do local do encontro, o vale do Loma, por um ataque dos terroristas, um ataque de uma certa ferocidade; foram disparados tiros, os militares responderam prontamente, mas mesmo assim esta coluna foi obrigada a demorar-se cerca de uma hora. Estamos neste momento a fazer a rendição da cobertura militar duma coluna que segue, como disse anteriormente, para Luanda. Presume-se, que daqui a um quilómetro e meio, os terroristas ataquem novamente junto de uma edificação que ali está numa antiga casa de cantoneiros, eles estão muito bem entrincheirados e onde fizeram um fogo cerrado sobre a coluna que vinha do sul. No entanto estamos aqui todos preparados para enfrentar esses terroristas, todos os civis, os motoristas das camionetas e os seus ajudantes estão animados da melhor vontade e o Exército cumpre a sua obrigação como sempre tem cumprido e de uma maneira mais briosa, extraordinariamente briosa, nestas estradas dificílimas e assim continuam a assegurar por vezes com dificuldades como esta que vamos passar e por aquela que já passaram os que vieram do sul, mas o que é certo é que o trânsito continua a fazer-se. Essa, pelo menos, é uma garantia, porque realmente estamos cada vez mais a tomar conta da situação nesta perigosíssima região que é a região dos Dembos, onde eles estão concentrados e é curioso assinalar que estamos a meia dúzia de quilómetros da Pedra Verde, que é considerado actualmente o reduto mais ferozmente defendido pelos terroristas. Portanto senhores ouvintes, interrompo, por alguns instantes, este apontamento (...) visto que agora é preciso tomar o lugar na coluna que já está em andamento». Esta crónica continuará ainda: «Continuamos a progredir, umas vezes com bom andamento outras vezes lentamente. Estamos agora a passar pela sanzala (...) na posse dos terroristas mas que só a ocupam de noite. É aqui que eles vêm pernoitar; durante o dia, deixam-na completamente abandonada. Seguimos agora em andamento muito moderado, estamos a galgar um morro, estamos a sair aos poucos da zona perigosa e parece que depois de mais duas curvas deste morro, entramos outra vez numa zona de relativa segurança. Nova paragem. A viatura agora à nossa frente tem qualquer avaria que ainda não conseguiu de todo localizar-se, numa tentativa está a arrancar agora. Não posso deixar de considerar que se os terroristas fizessem uma emboscada ser-nos-ia particularmente difícil oferecer-lhe qualquer resistência visto que estamos a atravessar o local onde à nossa esquerda um morro de vegetação imensamente densa oferece um abrigo extraordinariamente seguro para os terroristas. À nossa direita estende-se ainda certa [] onde eles também podiam estar optimamente entrincheirados, pelo meio desta vegetação, sem que nos fosse possível de forma alguma localizá-los. Depois de uma breve paragem, senhores ouvintes, de toda a coluna, visto que uma das camionetas, exactamente a primeira teve um furo e foi preciso substituir o pneu, vamos prosseguir agora a marcha em direcção ao Úcua. Neste momento são seis horas e vinte e cinco e já estamos francamente na noite. Aqui o pôr do sol é muito rápido, não há quase transição do dia para a noite. Agora já estamos a ter necessidade de usar os faróis até ao Úcua. Evidentemente que assim tornamo-nos num alvo muitíssimo mais fácil, mas como entretanto já passámos a zona de perigo, é de presumir que daqui até ao Úcua não tenhamos nenhum contratempo, isto é, nenhum ataque de terroristas. Sim, os únicos contratempos que há a admitir e

publicado no jornal "Província de Angola": «Seguindo os seus métodos usuais de traição e cobardia, os bandidos praticavam nas referidas zonas as maiores crueldades e as mais revoltantes atrocidades sobre os pacíficos nativos que, fiéis à soberania portuguesa e orgulhosamente leais à pátria, os não quiseram seguir na senda do crime e da vida fácil da pilhagem. Nas suas incursões repentinas, a coberto da escuridão da noite ou da névoa do cacimbo, incendiavam sanzalas, chacinando suas populações indefesas e pacíficas (...)»⁸².

Pela EN foram enviados a Angola Artur Agostinho, Fernando Correia, e Vitorino de Sousa. O tom era o mesmo: um conflito promovido por interesses estrangeiros, por um lado, e resistência, fiel à pátria portuguesa, por outro. Integrados em colunas, "protegidos" pelos militares, e dependentes da vontade dos seus comandos relativamente às missões que (não) acompanhariam, o seu relato (enviado através da Emissora Oficial de Angola (EOA) em situações de maior actualidade) era ainda devidamente "orientado" em campo e "seleccionado", em Lisboa: «Naquela altura o que eu queria era relatar com alguma fidelidade aquilo que eu estava a ver, que era naturalmente verdade, mas não convinha muito que se soubesse. Depois é que me apercebi disso. E foram algumas reportagens censuradas»⁸³. Noutros casos, em vez de cortadas, as peças eram acrescentadas. Quando Fernando Correia foi transportado de avião até ao Uíge e a Moçâmedes, «(...) aí quiseram que eu entrevistasse o Simão Toco, que naquela altura estava preso no deserto (...). Foi uma entrevista muito interessante que tive com ele, que passou, mas terminou da pior maneira: obrigaram-no a cantar o hino nacional»⁸⁴. Em crónica do dia 17 de Abril de 1961, José Drummond aborda a

a prever serão pequenas avarias das camionetas civis, que estão enquadradas nesta caravana».
Arquivo Histórico da RDP, 01/09/61.

⁸²Arquivo Histórico da RDP, 1961.

⁸³Fernando Correia, em entrevista, 30/10/98.

este propósito, "o movimento tocoista", e a biografia de Simão Toco: «(...) sabia-se que as chacinas na sua quase totalidade estavam a ser praticadas ou orientadas por tocoistas facilmente identificáveis pelo risco que usam no cabelo crespo. No N`Gaje praticamente todos acrescentaram um ponto ao conto de Simão Toco, figura lendária, espécie de novo profeta de recorte macabro, mas de positivo pouco ou quase nada»⁸⁵. Eram relatados os êxitos operacionais, como em Nuambuangongo, onde a Emissora Nacional ouviu o comandante das Forças, tenente-coronel Maçanita: «Em minha opinião quando ao microfone ouvi a voz da Emissora Nacional eu nesse momento senti que tinha de dirigir-me a todos os portugueses. Eu já estava fora daqueles momentos de emoção que sentimos na entrada de Nuambuangongo que, como todos sabem, era considerado o centro principal do terrorismo em Angola. Sentia-me de facto orgulhoso dos rapazes que me acompanhavam, mas quando ouvi a voz do Artur Agostinho, que era o mensageiro de todos os portugueses da MetrÓpole aqui em África, eu nessa altura entendi dirigir-me a todos os portugueses e dizer-lhes "são sempre poucos todos os esforços que se façam para que nós consigamos legar aos nossos filhos aquilo que herdámos dos nossos antepassados"»⁸⁶.

Em Angola, sem qualquer autonomia efectiva, quer as rádios oficiais quer as oficiosas ou as particulares, decalcavam a informação emitida pela EN, em Lisboa, reproduzindo-a, até com a mesma estrutura 'país/estrangeiro/desporto'. Na EOA, em Luanda, o noticiário da EN era lido ao microfone exactamente como fora rigorosamente transcrito, devido à imperceptibilidade da Onda Curta: «Os "takes" eram os mesmos. A posição era uma posição igual, idêntica à forma como a Emissora Nacional tratava os acontecimentos. Quando havia notas do dia, os chamados

⁸⁴Idem.

⁸⁵Arquivo Histórico da RDP, AHD 14340, faixa 4.

editoriais, na Emissora Nacional, eles eram lidos ao microfone da Emissora Oficial de Angola»⁸⁷. Na própria Angola, reflectia-se a orientação do regime: «Em 61, quando se dão os primeiros acontecimentos, o 4 de Fevereiro, a Emissora Oficial de Angola ficou, no silêncio, à espera de ordens do Governador, do Governo. Portanto, não houve notícias e muito menos reportagem»⁸⁸. O relato do conflito em Angola era, assim, de carácter oficial ou, pelo menos, oficioso, quer nos textos (constituídos nomeadamente por comunicados do Governo, das secretarias provinciais, dos serviços públicos), quer nos registos sonoros: «"Não havia oposição. Não havendo oposição não havia sons" para meter. Os registos magnéticos que havia eram institucionais e não mais que esses. Nunca aconteceu, em Angola, ir o microfone para a rua para saber a opinião das pessoas para isto ou para aquilo»⁸⁹. Desta forma, «[sobre] a guerra só podiam ler-se os boletins das Forças Armadas. Eram as únicas referências permitidas para dar notícias. Era o que lá estava, com a terminologia que lá estava, que era os "terroristas" e as "nossas tropas" (...); as notícias tinham sempre um ângulo e o ângulo era anti-terrorista, favorável ao "status quo" da província, "isto é português, isto é Portugal". Foi nesta altura que em Angola se inventou uma música para a rádio, que era uma marcha chamada "Angola é nossa", um hino, e que, às tantas, foi obrigatório em todas as estações de rádio a fechar as emissões à noite, em vez do hino nacional»⁹⁰. Sobre a vida dos angolanos e o conflito, a rádio intimidava-se: «A rádio feita em Angola, naquela altura, não sabe nada do que se passa em Angola. Das questões de fundo, não sabe. Esta rádio não vai trabalhar numa aldeia de negros, saber como é a vida deles. Não faz. Não vai, não tenta saber o que está a

⁸⁶ Arquivo Histórico da RDP, 1961.

⁸⁷ António Jorge Branco, em entrevista, 14/07/97.

⁸⁸ António Jorge Branco, em entrevista, 14/07/97.

⁸⁹ Idem.

acontecer na guerra. Não pode. Não a deixam. Não a deixariam. Tudo servirá apenas para enaltecer o trabalho dos portugueses em África, mas os africanos que lá estão, para esta rádio, não existem. Consideram-se que eles estão lá e estão assim, naquele estádio de desenvolvimento, porque é natural que estejam assim. A rádio não pensa nos negros. A rádio pensa nos brancos que ouvem rádio e que têm rádio (...). Não lhe dizem que houve tiros, assaltos em tal sitio, que morreu fulano, quando muito há uma informação fornecida pelo Exército, com os comunicados que eram lidos tal e qual: 'E ontem deu-se... e os "bandidos", os "terroristas" fugiram...'⁹¹.

Salazar, que «(...) estava dando já crescentes sinais de cansaço e de algum desalento (...)»⁹², desanimado e desiludido desde 1958, vê-se "obrigado" a lançar um «apelo ao povo»⁹³, três dias antes das legislativas de 1961: «As eleições de deputados não podem deixar de fazer-se na data fixada, por um lado a constituição só prevê para o respectivo adiamento circunstâncias que de modo algum se verificam no momento presente. Haver manifestações de terrorismo em décimo do território de Angola, aliás já quase inteiramente pacificado, não seria razão suficiente para se adiarem as eleições e não havendo essa razão é bem que a Nação se habitue a viver normalmente e sem sobressaltos a sua vida constitucional. Por outro lado, o que se pensaria de não se fazer a consulta ao eleitorado seria sempre risco maior do que é no nosso país uma campanha eleitoral»⁹⁴. Esta mensagem, ao contrário do que até então fora habitual apenas foi transmitida através da rádio, EN e emissoras particulares. Era o rescaldo da "neutralização" a que a EN havia sido sujeita durante a campanha eleitoral, numa tentativa de «(...) censurar de uma

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Carlos Brandão Lucas, em entrevista, 15/08/97.

⁹² Américo Tomás – Últimas décadas de Portugal, Edições PF, Vol.III, p.45.

⁹³ Franco Nogueira, Salazar a resistência, Livraria Civilização, Vol.V, p.345.

⁹⁴ AHD – Extracto do discurso de Salazar (Eleições), 09/11/61.

forma absoluta, toda e qualquer opinião contrária a Salazar (...)»⁹⁵.

Pela rádio oficial e/ou oficiosa a informação estava devidamente controlada pelo regime, como se pôde certificar, designadamente através da cobertura da guerra em África. «O Ultramar era tabu. O Ultramar era um dos pontos em que não podíamos falar. A informação era escassa; ou se mandava lá alguém saber e depois chegava cá e não deixavam...»⁹⁶, com excepção dos primeiros tempos, em que o director de programas do RCP «quis obrigar-nos a fazer um estendal daquilo»⁹⁷; acabou por ser o próprio a fazê-lo, em contacto telefónico com Humberto Mergulhão, que informava sobre a tranquilidade e ordem da vida em Luanda: «No momento em que estou agora a falar posso dizer que a vida nocturna em Luanda decorre com absoluta normalidade, a população está tranquila e confiante, os cinemas tiveram afluência, e há pouco numa volta que dei, reparei que as esplanadas dos vários bairros estavam cheias, não há forças do exército na rua, e apenas como é lógico e natural nota-se algum reforço de patrulhas nas esquadras. Repito que Luanda se encontra em paz e não há razão nenhuma para receios por parte das nossas famílias aí na metrópole. Fui saber de fontes autorizadas a lista dos mortos e outros pormenores, creio eu que deveremos ser os primeiros a divulgar (...) agora o importante realmente é prevenir aí todos os ouvintes contra os boatos, a vida está calma, não se passa nada, apesar evidentemente do que se passou, mas está tudo em perfeita ordem»⁹⁸. Álvaro Jorge, na despedida comenta: «Mas devo dizer-te e peço que o tornes bem evidente junto de todos daí, para nós Luanda, o Santa Maria, Moçambique, Goa, Macau, é a mesma coisa que Lisboa, que Aveiro, que Porto, que

⁹⁵Rui Cádima – Salazar, Caetano e a televisão portuguesa, Editorial Presença, p.88.

⁹⁶Jorge Botelho Moniz, em entrevista, 02/03/99.

⁹⁷Luís Filipe Costa, em entrevista, 06/01/99.

⁹⁸AHD – Início da guerra em África, 1961.

Coimbra, o coração é português, o sangue é português, a terra é portuguesa»⁹⁹.

Com o passar dos anos, entretanto, a cobertura nacional da guerra foi sendo cada vez mais escassa. O conflito entrara na rotina, as energias do combate inicial perderam-se e a luta armada foi relegada para segundo plano, atrás das guerras internacionais, designadamente o Vietnam. A informação da Emissora Nacional, essencial e geralmente obtida através dos comandos militares portugueses, foi diminuindo ao longo dos anos 60. O único ponto de fuga era através das rádios clandestinas, como a Rádio Portugal Livre (RPL) que enviou à região da Guiné-Bissau liberta Álvaro Mateus, protegido por cerca de dez soldados do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). No dia 25 de Julho de 1971, a rádio do PCP emitia o seguinte editorial: «A convite do PAIGC, o correspondente de RPL viveu com o povo da Guiné libertada, viu com os seus próprios olhos como vive e como luta esse povo, como, apesar de todas as dificuldades e sacrifícios do combate presente, se começa já a estruturar uma nova vida, base dum futuro Estado livre, independente e progressivo (...). Que estas reportagens contribuam para intensificar, ampliar e desenvolver a luta do nosso povo contra o colonialismo e a guerra colonial. Tais são os nossos mais ardentes votos»¹⁰⁰. Nestas peças informativas, distribuídas por várias emissões, a RPL fez o retrato da situação mostrando a organização social (criação de hospitais e escolas, campanhas de alfabetização e vacinação), política (a reestruturação dos órgãos do PAIGC) e económica (implementação de armazéns do povo) da região, acentuando o recuo dos "colonialistas" e o avanço dos "nacionalistas": «Hoje, a situação militar na Guiné-Bissau caracteriza-se, duma maneira geral, pela retirada crescente das tropas

⁹⁹Idem, ibidem.

¹⁰⁰RPL – "Um comunista português na Guiné Libertada", p.2.

colonialistas para os principais centros urbanos (onde se encontram paralisadas) e pela intensificação dos ataques lançados pelos patriotas contra os campos entrincheirados dos colonialistas ou mesmo contra os centros urbanos. O exército colonial que era muito móvel no começo da luta, já não ousa sair das casernas, seja porque os patriotas controlam a quase totalidade das vias de comunicação, seja porque as tentativas de progressão se saldaram, em regra, por grandes perdas de vidas humanas. À dispersão generalizada das tropas colonialistas nos primeiros tempos de luta corresponde agora a concentração, pois que tendo sofrido pesadas derrotas causadas pelos ataques aos seus quartéis, se refugiaram nos principais centros urbanos»¹⁰¹. Explorando a contra-informação, a reportagem narra: «Os colonialistas afirmam ter uma «missão civilizadora»... E exploraram e oprimiram durante séculos os povos coloniais, condenando-os a obscurantismo, à doença, à fome e à miséria. Os colonialistas afirmam preservar a «civilização cristã»... E conduzem uma guerra criminosa e desumana, cometendo os crimes mais hediondos. Opressão, exploração, guerra e genocídio - tais foram e são as traves mestras da política africana dos colonialistas portugueses»¹⁰². Noutra emissão, a RPL expõe: «António Spínola fala numa «Guiné-melhor». Mas só o nosso partido pode construir uma Guiné-melhor. Assassínatos de homens, mulheres e crianças, envio de caças para bombardear as tabancas, para queimar o nosso arroz, para matar o povo - essa é a «Guiné-melhor» dos colonialistas (...). Os colonialistas dizem que se saírem da Guiné, esta cairá nas mãos de terceiros. Não é verdade. A Guiné não cairá nas mãos de ninguém. Será o nosso povo que dirigirá (...)»¹⁰³.

Também a Rádio Libertação do PAIGC dava voz às aspirações dos guineenses. Numa das suas emissões, uma

¹⁰¹Idem, p.16.

¹⁰²Idem, p.10.

criança entoa expressivamente o seguinte texto: «Mãe, eu tenho uma espingarda de ferro. O teu filho, aquele a quem um dia tu viste acorrentarem e choraste como se as correntes prendessem e ferissem nas tuas mãos (...). O teu filho já é livre, mãe, o teu filho tem uma espingarda de ferro, a minha espingarda que vai quebrar todas as correntes, vai abrir todas as prisões, vai matar todos os tiranos e vai restituir a terra ao nosso povo. Mãe, é belo lutar pela liberdade, há uma mensagem de justiça em cada bala que eu disparo, há sonhos antigos que acordam, como os pássaros; nas horas de combate, na frente da batalha, a tua imagem aproxima-se e desce sobre mim. É por ti também que eu luto, mãe, para que não haja lágrimas nos teus olhos»¹⁰⁴. Apoiada pela Suécia, na distribuição de receptores entre a população, esta emissora divulgava notícias como as seguintes: «A condenação do colonialismo português pela organização católica dos «Padres Brancos» que abandonaram Moçambique; a deserção de portugueses, que na sua maioria se destinavam à Guiné-Bissau e que foram acolhidos na Suécia; o ataque do ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega aos colonialistas portugueses, aquando da reunião da NATO em Lisboa; um comentário sobre as dissensões no campo dos fascistas e colonialistas portugueses, dissensões expressas no caso do general Reimão Nogueira; e finalmente, a notícia do corte das comunicações entre Portugal e o resto do mundo pela Acção Revolucionária Armada (ARA) a quando da reunião da NATO em Lisboa»¹⁰⁵.

Ainda em 1961, na cobertura da chegada de refugiados ao aeroporto de Lisboa, o repórter antecipa-se: «Podemos dizer-vos, senhores ouvintes, como primeira impressão, que todas as pessoas que chegam, as senhoras e mesmo as crianças, não reflectem de maneira nenhuma o pânico, a intranquilidade, o

¹⁰³Idem, p.18.

¹⁰⁴RPL – Fala Rádio Portugal Livre, 1977.

pavor das horas perigosas. Há efectivamente nelas, na sua expressão, a tranquilidade, sobretudo a confiança de que tudo corra pelo melhor, a confiança de que estão bem entregues à protecção das autoridades portuguesas, diremos mesmo, à própria espontânea e sincera e natural protecção do povo português, que os acolhe como portugueses que são»¹⁰⁶. No último dia do ano, o "Meia-Noite" brindará ao patriotismo: «O povo de Portugal tem dentro de si próprio a solução para os seus grandes problemas motivados, insistimos, pela sua grandeza como povo que, deslumbrado, talvez, com tanta força em corpo tão pequeno, parecerá não encontrar o caminho em época menos propícia, mas encontrá-lo-á, temos a certeza, um novo e grande caminho, eterno, como a sua história, passada e futura»¹⁰⁷.

Quando é inaugurada a primeira fase da ponte sobre o Tejo, a EN reporta: «A maior obra pública de sempre erguida em Portugal vai ser inaugurada. Nesta margem sul do Tejo vão iniciar-se as cerimónias. Todo o rio está engalanado em ar de festa grande. São centenas de barcos desde os grandes paquetes aos navios de guerra, às embarcações tripuladas por jovens velejadores que se associam à grande gala que constitui a inauguração desta nova ponte, a 10^a do rio Tejo em território português (...). Depois do chefe do Estado ter recebido os cumprimentos das altas individualidades presentes, vai proceder-se ao desfile da guarda de honra, já referida. O senhor Almirante Américo Tomás está neste momento no palanque de onde proferirá a sua alocução tendo à esquerda o senhor ministro do Interior. Neste momento está a processar-se a série de manobras que conduzirão ao desfile das tropas em parada, que prestavam guarda de honra perante o

¹⁰⁵RPL – Um comunista na Guiné Libertada, p.13.

¹⁰⁶Arquivo histórico RDP, 15/12/61.

¹⁰⁷Arquivo histórico RDP, 31/12/61.

senhor presidente da República. Vai exactamente neste momento dar-se início do desfile»¹⁰⁸.

Num relatório da EN, de 1972, os seus autores abordam a orientação informativa da estação oficial: «No campo da informação também a ENR não tem descurado, nem um só momento, a sua implícita e explícita actividade quer directamente através de múltiplos noticiários, quer através de muitos outros programas, no cerne de facto informativos, tentando toda a sua existência criar um clima geral de conhecimento de causa das coisas significativas que se passam no país e no estrangeiro, fazendo por criar uma opinião pública tanto quanto possível sã e dirigida, principalmente, para o que se julga seja o bem do país - não esquecer o que muitas vezes já nem quer lembrar - a sua acção profícua, sem dúvida, na criação e alimentação de um estado de espírito patrioticamente levantado no ainda recente "caso" das nossas províncias ultramarinas (...)»¹⁰⁹. Era a denominada "defesa da opinião pública portuguesa", nomeadamente na manutenção de uma retaguarda psicologicamente fortalecida, que permitisse o apoio à manutenção das tropas portuguesas em África em defesa da "integridade nacional". No auxílio e suporte a essa estratégia encontravam-se as incessantes visitas de Américo Tomás numa autêntica «peregrinação quase constante»¹¹⁰ pelo país e por Angola, S. Tomé, Moçambique, Guiné e/ou Cabo Verde. Nessas ocasiões, durante os cumprimentos às populações, «(...) ele aproveitava o ambiente [de aclamações] para proferir palavras não só de gratidão, mas de estímulo e de amor à Pátria, e de defesa da sua integridade territorial»¹¹¹. Em 1972, o Gabinete de Estudos de Programas (GEP) observava: «(...) o dr. Mário Príncipe apresentou a proposta de que os serviços informativos da EN, deveriam

¹⁰⁸ AHD – Inauguração da ponte sobre o Tejo, 1966.

¹⁰⁹ Castanheira e D' Assunção – Estudo da Divisão de Emissores da ENR, 16/05/72, pp.30-31.

¹¹⁰ Américo Thomaz – Últimas décadas de Portugal, Edições PF, Vol.III, p.147.

¹¹¹ Idem, ibidem.

incluir maior número de referências às visitas dos membros do governo às localidades da província, pelo interesse que tais visitas parecem ter junto das populações locais e conseqüente valor político. Os restantes membros do Gabinete discordaram da proposta, concluindo até que se abusa desse tipo de notícias e de muitas outras do mesmo género ou semelhantes (...)»¹¹².

Em 1972, a EN cria um Gabinete de Apoio à Informação (GAI): «Os nossos noticiários não podem ser a fria repetição do serviço informativo das agências ou das notícias dos jornais. A Emissora Nacional tem também uma informação própria, a desenvolver e valorizar cada vez mais. À luz de um sentido formativo que há-de guiar sempre a nossa informação, há factos que carecem de adequado comentário e certas realidades nacionais de indispensáveis campanhas de formação da opinião pública que a preocupação do dia a dia não permite planificar devidamente»¹¹³. Nesse âmbito, eram atribuições do GAI: «Estudar e planificar campanhas de esclarecimento e formação da opinião pública designadamente no tocante a certas realidades nacionais e planos do Governo»¹¹⁴. As suas competências repartiam-se entre «efectuar a audição e o exame dos vários boletins de notícias e dos outros serviços informativos, qualquer que seja a sua modalidade (...); estudar com o mesmo objectivo, os relatórios da Inspecção respeitantes aos noticiários dos demais serviços informativos (...); redigir comentários a certas notícias ou factos que importe valorizar ou atenuar no seu aparente valor (...); efectuar a leitura de jornais e revistas nacionais e estrangeiras, dos boletins de escuta e de determinados boletins informativos de natureza reservada, extraíndo destas fontes as notícias ou redigindo os comentários que elas inspirem (...); e propor a realização de reportagens, mesas

¹¹²Gabinete de Estudos de Programas – Relatório, Reunião de 30/06/71, p.1.

¹¹³Ordem de Serviço n.º 2/72, p.1.

redondas ou outras formas de informação sobre assuntos de interesse nacional»¹¹⁵. À informação iam-se juntando comentários, orientando as massas.

Os comentários e notas políticas da EN, que defenderam a fidelidade aos "princípios de acção" do Governo, como a ordem, a paz e o progresso, autênticos esponjas ideológicas do regime, revigoravam as ideias de pátria plurigeográfica e multirracial, da qual fazia parte o Portugal Europeu e Ultramarino, com um Governo nacional que, vítima dos ataques do terrorismo internacional, defendia, em simultâneo, a sua soberania, ameaçada, e o "Mundo Livre" ocidental. Partindo de entrevistas, discursos, viagens políticas ou efemérides, recordavam-se discursos, no Salazarismo, e a obra deste, no Marcelismo, quando, apesar da substituição no comando do Governo, se procurava sublinhar a manutenção das mesmas opções políticas e acentuar a tranquilidade da mudança: «Os órgãos de Informação são unânimes, mesmo os mais suspeitos, em afirmar, não sem certa surpresa, o admirável espírito de civismo e a calma edificante com que se processou a transmissão de poderes do comando político»¹¹⁶.

Os editoriais serão mais baseados na defesa sólida do "status quo": «Na verdade, o País, habituado a uma política construtiva de paz, de progresso, jamais se tornou espectador impotente e vítima da luta violenta de classes, nas questões suscitadas entre o capital e o trabalho. E a prová-lo, uma vez mais, está a manifestação de respeito e de fidelidade aos princípios corporativos de que foi alvo o Doutor Salazar por parte do pessoal da Companhia Carris de Ferro de Lisboa»¹¹⁷, disse João Patrício a propósito da assinatura do Contrato Colectivo de Trabalho com a empresa, interpretado como uma vitória do corporativismo (também considerado como um

¹¹⁴Idem, p.2.

¹¹⁵Idem, ibidem.

¹¹⁶João Patrício – Editoriais e notas do dia, EN, Lisboa, 1968, p.37 (09/19/1968).

¹¹⁷Idem, p.16, 13/07/1968.

sucesso, mas dos trabalhadores, de acordo com a análise das rádios clandestinas portuguesas, para quem a união e a luta, através da greve, pela defesa do direito a aumento de salário, havia sido frutuosa e, portanto, animadora para novos combates). Igualmente, a crítica ao espírito do Vaticano II estará presente, pois «(...) visando renovar os processos, levaria, em muitos casos, a pôr em perigo a estrutura milenária da própria Igreja»¹¹⁸. São abordadas as grandes obras de construção: «Maior do que a de Assuão, maior do que a de Kariba, a barragem de Cabora-Bassa vai ser, proximamente, uma histórica realidade (...) colaborando com todas as nações e com todas as raças para o bem-estar da Humanidade»¹¹⁹. A emigração para o Portugal de além-mar é apoiada: «Caminho certo - porta à qual todos os portugueses metropolitanos que careçam de trabalho deverão bater, e porta que deverá encontrar-se sempre escancarada para os receber nas melhores garantias possíveis, pois disso dependerá, em grande parte, o futuro do País plurigeográfico - logo, o futuro de todos nós, portugueses»¹²⁰.

A estes artigos seguir-se-ão as "notas do dia", de carácter doutrinal em «(...) uma espécie de abertura de alguns noticiários (...)»¹²¹ orientadas para a ênfase na manutenção dos valores do regime salazarista: «A obra que o Doutor Salazar legou ao País é património de todos, pois a estabilidade política e financeira, a paz social e a ordem pública, o progresso económico e social, de há quatro décadas para cá, são benefícios gerais que à Nação naturalmente pertencem»¹²². Uma das principais opções, o corporativismo, é lembrado: «Hoje, com todas as corporações de pé, adulto, na plena responsabilidade dos seus fins, o Regime Corporativo Português, revitalizado, libertado que seja do joio que o

¹¹⁸ Idem, p.69, 13/11/1968.

¹¹⁹ Idem, p.20, 22/07/1968.

¹²⁰ Idem, p.24, 29/07/1968.

¹²¹ Clemento Rogeiro, em entrevista, 02/03/99.

desvirtua, continuará a ser sólido alicerce da nossa economia e justiça social, sem que para isso haja de voltar as costas ao espírito de cooperação da economia europeia e mundial»¹²³. O acento no carácter realista do novo presidente do Conselho é sublinhado: «Com os pés bem assentes numa sólida estabilidade financeira e política, o País, com a espingarda numa das mãos e a charrua e a bigorna na outra, prossegue, serenamente, na sua obra de ressurgimento nacional iniciada há quarenta anos»¹²⁴, dirá o chefe de repartição da informação da EN, recuperando já na década de 70 o mesmo tema: «O Governo de Marcello Caetano, renovando na continuidade, sabe que a política só vale quando reflecte realizações que devem andar sempre à frente das palavras, ou destas se servir apenas para esclarecer e evidenciar melhorias criadas ou acrescentadas»¹²⁵.

As "notas do dia" serão contudo menos seguras; ouve-se falar de resistência... mas por parte do Governo, associado à guerra da África, à anti-Nação, aos estudantes e às suas contestações: «Hoje, paralelamente ou para lá da sua formação intelectual, o estudante, contestando por tudo e por nada, por palavras e actos de violência, a autoridade e a disciplina académica, tornou-se no Mundo uma força social e política de choque que adultera por completo a sua real finalidade, que é a de estudar, a de se preparar cultural e moralmente para a vida, para se tornar, de hoje para amanhã, o amparo, o guia e o exemplo de filhos e de netos e um útil elemento da sociedade e do seu país»¹²⁶; combate que já se vinha fazendo sentir: «Tudo se contesta, tudo se coloca em

¹²² João Patrício – Editoriais e notas do dia, EN, Lisboa, 1968, p.109 (22/12/1968).

¹²³ Idem, p.40, 11/10/1968.

¹²⁴ João Patrício dirá a seguir: «Com a continuidade política assegurada, pela via constitucional, tendo há dois meses ao leme da governação um digno sucessor de Salazar – ele, o País, encara o futuro cada vez com mais confiança, certo de que, mantendo-se unido e a trabalhar produtivamente, não terá de recear o dia de amanhã», João Patrício – Editoriais e notas do dia, EN, Lisboa, 1968, p.87, 30/11/1968.

¹²⁵ João Patrício – Notas do dia renovação na continuidade, EN, Lisboa, 1969-1970, p.105 (04/06/1970).

¹²⁶ Idem, p.97, 08/12/68.

dúvida, tudo se pretende subverter da base para o vértice. Há como que o sádico prazer de negar em todos os quadrantes o passado, de o arrancar pelas raízes, nas origens»¹²⁷. Estes artigos irão ainda apelar à unidade popular: «O espírito de equipa de que fala o Ministro [das Comunicações, Canto e Castro] é indispensável em qualquer obra de conjunto. Nas tarefas nacionais, ele é, porém, dever indeclinável de todos, do vértice à base da hierarquia social»¹²⁸. Esta exortação será mais forte na cautela ao perigo comunista; baseado no discurso de Marcello Caetano, em S.Bento, João Patrício dirá: «O Governo e os órgãos de segurança continuam vigilantes, mas não podem, nem devem, suprir a autodefesa, dispensar os cidadãos de cumprir os seus deveres»¹²⁹.

No Rádio Clube Moçambique, as "notas do dia" (escritas por André Ferento, António Mora Ramos, Adriano Vidal, Tito Pereira, Silva Gonçalves, Manuel Romano, Diniz Rosas, Nasi Pereira, Laurentino Franco, Jorge Cancela, Eduardo Rebelo, Sérgio Macedo da Costa, Augusto Campos, Carlos Pinto Coelho, Rui Filipe, Carlos Pimentel Costa) debruçavam-se sobre o desenvolvimento e problemáticas moçambicanas, atingindo, na era marcelista, também uma certa abertura. Em 1973, nos primeiros artigos do "Jornal da Noite", chega a ser abordada a dimensão da adesão ao protesto em geral: «A contestação, mais do que o diálogo, instituiu-se em método fundamental. Os velhos sistemas repressivos, tornaram-se inoperantes e inadequados ao presente, pois tudo o que é inflexível e rígido foi ultrapassado. Mais frequentemente do que seria para desejar, a transigência dum parte induz a outra ao abuso. A sensatez é, demasiadas vezes, menosprezada, a ponto de não se admitir a condenação ideológica do que até há pouco era abominado pelo senso comum e condenado pelos códigos da

¹²⁷ Idem, p.69, 13/11/1968.

¹²⁸ Idem, p.88, 30/11/1968.

¹²⁹ Idem, p.90, 01/12/1968.

moral e da justiça»¹³⁰. Mesmo a guerra é abordada: «Julga-se ter sido a primeira vez que, em acto público, de inegável transcendência, se alertaram «certos espíritos, demasiado confiantes» na tranquilidade da vida que decorre no sul de Moçambique, para os perigos que podem surgir quando menos se esperem (...). Que as palavras do novo Governador do Distrito [de Lourenço Marques, Custódio Nunes] consigam penetrar a mente dos que, com apatia, julgam a guerra um fenómeno longínquo, cujo processo de expansão progride em continuado sobre o terreno, é indispensável para o bem comum»¹³¹. A seriedade da hora nacional, será igualmente assinalada, mas com uma reserva de optimismo nacionalista: «Concluindo: hora grave, hora decisiva, hora histórica será esta. Mas, transcrevendo Marcello Caetano, «não desistiremos da nossa política de fraternidade racial, não renunciaremos ao nosso intento de prosseguir na formação de sociedades multirraciais (...). Soluções nossas, e não impostas por outros, soluções na linha que um dia defini como sendo a de preparar o futuro para que seja um futuro português, construído por nossas mãos para preservar a nossa alma»¹³².

Assim, como vimos, para a generalidade da rádio portuguesa a guerra não existia, ou se havia alguns focos de conflito, estes eram relatados em casos de excepcionais êxitos, como em Nuambuangongo. Nessa altura, a EN estava lá, como estaria em Portugal para relatar alguns dos maiores sucessos do regime, como a entrega do "Santa Maria" ou a inauguração da ponte sobre o Tejo. Desta visão uniforme da realidade, apenas se irão diferenciar as rádios clandestinas. Mesmo assim, os seus esforços de tentar chegar nas melhores condições ao território português eram dificultados pelas interferências, provocadas por organismos públicos como a Legião Portuguesa, por forma a impedir a recepção de

¹³⁰«Rádio Moçambique», Janeiro, 1973, p.35.

¹³¹Idem, p.34.

noticiários com ângulos de abordagem e perspectivas diferentes do que era permitido em território português. Por outro lado, tal como na rádio nova e nos serviços informativos do RCP, também na informação os noticiários produzidos pelas rádios de resistência seriam ouvidos por um grupo minoritário de ouvintes.

PARTE II - O DISPOSITIVO TÉCNICO E AS CONDIÇÕES DE ACTUAÇÃO

II.1. Plano jurídico

Com mais de um milhão de receptores (cerca de 2.600 mil) do que o número de licenças registadas (1.405.198, em 1970) os ouvintes pagavam, desde 30 de Dezembro de 1957, 100 escudos de taxa anual ou 50 escudos de semestral para poderem ouvir rádio. A fiscalização estava atenta, por isso a EN possuía 46 fiscais de taxa, quase o quántuplo dos fiscais de programas. Por outro lado, de acordo com o art.º 38º deste "Regulamento das Instalações Receptores de Radiodifusão", os comerciantes eram obrigados a enviar periodicamente, ao director administrativo da EN, uma listagem do movimento de receptores, com a identificação dos novos ouvintes: «As

¹³²Idem, p.38.

pessoas ou empresas que negociem com receptores como ramo principal ou subsidiário da sua actividade comercial, incluindo os vendedores de automóveis com receptores neles instalados e os reparadores de receptores, são obrigados a enviar mensalmente à Emissora Nacional, a declaração (...) [que] será acompanhada de relação com os nomes e moradas das pessoas que no mês anterior, por compra, troca, doação, aluguer ou consignação, tiverem entrado em posse de receptores, devendo estes ser identificados pelas respectivas marcas e números de fábrica»¹³³. Este decreto n.º 41 486 revogaria ainda as licenças para rádios a emitir em locais públicos, prescindindo o Governo de uma receita avaliada em três mil contos anuais.

Além de vir a assegurar e a alargar o apertado e austero controlo sobre a emissão oficial, o enquadramento jurídico radiofónico obedecerá a uma das principais intenções subjacentes a toda a exploração do meio radiofónico: a utilização da rádio como um meio privilegiado, dada a sua capacidade de ultrapassar fronteiras e continentes, para assegurar a unidade territorial e humana, num país que se apregoava separado a estes dois níveis, entre o Portugal Europeu e o Portugal Africano, e com uma enorme massa de emigrantes, conforme reconhecia o preâmbulo da lei orgânica da EN, publicada também nas vésperas de 1958: «Em todos os países modernos a radiodifusão surge, ao lado da imprensa, como um dos mais poderosos meios de difusão cultural, de informação e mesmo de projecção externa dos nossos dias, pelo que a sua importância não pode ser minimizada, particularmente quando, como é o nosso caso, as diversas parcelas do território nacional se encontram dispersas por vários continentes e em numerosos países existem fortes núcleos de emigrantes portugueses»¹³⁴. No mesmo sentido,

¹³³Decreto n.º 41 486 de 30/12/57, p.1495.

¹³⁴Decreto-lei n.º 41484, p.1481.

Clemento Rogeiro terminava uma conferência proferida no Instituto de Altos Estudos Militares, a que chamou "A rádio factor de unidade nacional", afirmando: «(...) Na era electrónica já iniciada, dispomos de meios para superar a descontinuidade territorial em que vivemos e para sermos, finalmente, a nação una e indivisível a que aspiramos»¹³⁵. Este decreto-lei n.º 41 484 estabelecia ainda a competência do Governo, exercida pela presidência do Conselho, nomeadamente na escolha dos quatro principais cargos da estação oficial, o presidente da direcção e os directores dos serviços de programas, técnicos e administrativos, bem como os objectivos da EN: «1. Assegurar a emissão de programas radiofónicos para os territórios portugueses e para os territórios estrangeiros onde residam consideráveis núcleos de portugueses; 2. Exercer através desses programas acção continuada de cultura, educação, informação e recreio; 3. Contribuir para mais amplo e profundo conhecimento de Portugal no estrangeiro»¹³⁶.

Ainda no dia 30 de Dezembro de 1957 é publicado o regulamento da EN, através do decreto regulamentar n.º 41485, determinando a constituição e competência dos vários órgãos, como o Conselho de Programas (CP), a funcionar junto da direcção da EN, a Inspecção e a Análise de Programas, imediatamente dependentes da presidência da direcção. Órgão de cúpula, que sanciona a programação de acordo com a política do Governo, ao CP competia dar o parecer sobre os projectos de mapa-tipo, elementos da programação submetidos pela direcção, inquéritos e reclamações, que também examinava, assim como o fazia quinzenalmente em relação aos programas emitidos, sugerindo alterações. O Conselho de Programas era composto pelo director, chefes da divisão da Direcção dos Serviços de Programas e até sete personalidades

¹³⁵ AAVV – Problemática Nacional da Informação. SEIT. Lisboa. 1971, p.60.

¹³⁶ Decreto-lei n.º 41 484 de 30/12/57, p.1482.

designadas pelo Governo, sendo uma delas o presidente, no caso o Secretário Nacional da Informação (neste período, faziam ainda parte do CP Natércia Freire, José Duarte de Figueiredo, Américo Saraga Leal, Silva e Cunha, José Maria Amorim de Carvalho, Silva Dias, Luís Forjaz Trigueiros e Silva Tavares). À Inspeção competia a fiscalização de todos os serviços e programas emitidos e à Análise de programas a realização de trabalhos estatísticos, designadamente sobre a (não) aceitação por parte dos ouvintes dos programas emitidos.

Entretanto, com o novo regulamento da EN, o decreto n.º 46927 de 30 de Março de 1966, estas competências são alargadas. A Inspeção somará, às anteriores atribuições, além da execução de trabalhos de que seja incumbida pelo presidente da direcção, a recolha de informações, que podiam ser prestadas quer por informadores dos programas e noticiários da EN quer por pessoas que fornecessem relatórios de escuta de programas nacionais e internacionais, cuja remuneração fora prevista pelo artigo 28 do decreto-lei de 1957. Por seu lado, a Análise de Programas que, em 1957, estava adstrita à Secção de Estatística Geral, passa, a partir de 1966, a estar inserida no Gabinete de Relações Públicas; estudando a preferência dos ouvintes, investe no exame da programação emitida e na promoção de inquéritos radiofónicos: «O Gabinete de Análise de Programas vai, a pouco e pouco, estendendo a sua acção fiscalizadora aos vários programas emitidos. Quanto mais amplas forem sendo essas funções mais elementos dispõe a direcção para poder corrigir e melhorar a produção dos seus programas»¹³⁷, dirá Sollari Allegro, presidente da direcção da EN, durante a apresentação do mapa-tipo experimental de 1967. A Análise de Programas fornecia ainda à direcção, mensalmente, as críticas radiofónicas do Diário Popular. O Conselho de Planeamento de

¹³⁷«Rádio & Televisão», 25/03/67, p.41.

Programas (CPP), órgão constituído pelo director dos Serviços de Programas e pelos cinco chefes das respectivas repartições, que podiam designar outros funcionários, constituído pelo mesmo decreto, adquire competência para apreciar os planos de programas. A recomendação, apresentada ao Conselho de Programas, era apoiada nos técnicos do Gabinete de Estudos de Programas (GEP), responsável pelos planos gerais de programação. O CPP também apreciava assuntos relacionados com a orgânica e o funcionamento dos serviços de programas.

Em 1968, com o decreto-lei n.º 48686, de 15 de Novembro, a competência da presidência do Conselho sobre a EN será transferida para a Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT) que assim passa a superintender os serviços de radiodifusão, nomeadamente a radiodifusão particular, em relação à informação, aos programas ou à publicidade. Uma das suas 13 estruturas será precisamente o Conselho Nacional de Radiodifusão (CNR), órgão ao qual caberá emitir pareceres e formular sugestões, presidido pelo secretário de Estado da Informação e Turismo (e do qual farão parte o presidente da direcção da EN e um representante dos organismos particulares de radiodifusão, sonora, além de um representante do Ministério do Ultramar, das Comunicações, da Educação Nacional e dos organismos da radiodifusão visual; o presidente da Corporação dos Espectáculos, da direcção da União de Grémios dos Espectáculos e da direcção do Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino; o vice-presidente da Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos e da Literatura e Espectáculos para Menores e o director-geral da Informação e da Cultura Popular e Espectáculos). A SEIT veio deste modo a desfrutar de «(...) uma larga competência para proceder ao aperfeiçoamento das actividades de radiodifusão e do funcionamento dos serviços que nelas superintendem»¹³⁸.

¹³⁸Decreto – lei n.º 48686 de 15/11/68.

Em 1969, com o decreto regulamentar que institui uma nova orgânica à EN, o CPP ramifica as suas atribuições na apreciação do plano semanal dos programas a emitir e na enunciação sobre o programa-tipo, no âmbito do decreto n.º 49321 de 27 de Outubro de 1969, a partir do qual o CPP passa a ser constituído também pelos chefes de divisão da Direcção dos Serviços de Programa (DSP), pelo chefe de serviço de intercâmbio e um secretário designado pelo director da DSP, embora sem voto. É neste âmbito jurídico que é extinto o Gabinete de Análise de Programas, cujas competências são transferidas para a Inspecção, que deixa de fiscalizar e passa a ter autoridade para inspeccionar o funcionamento dos serviços, absorvendo as atribuições de análise das transmissões efectuadas quer à EN quer a outras rádios, nacionais ou estrangeiras. Os inquéritos, tal como as sondagens de opinião, agora introduzidas, passam a realizar-se mediante a deliberação da direcção; também lhe é atribuída a função de promover a realização de inquéritos radiofónicos e sondagens de opinião «(...) com vista a determinar o comportamento do auditório perante as emissões, a composição deste e os seus hábitos de audição, o grau de aceitação dos programas e as preferências do público»¹³⁹. Surge, por seu lado, o Gabinete de Estudos de Programas (GEP) ao qual cabe «(...) projectar os planos gerais da programação e o estudo de quaisquer assuntos relacionados com a actuação dos serviços de programas»¹⁴⁰. O GEP, tal como o CPP e o CP, tem funções consultivas, ao contrário das duas divisões da Direcção dos Serviços de Programas (DSP), que desempenham funções executivas. Sinal do seu contínuo crescimento, esta direcção possuía agora duas grandes divisões: a de Coordenação e condução de programas e a de Programação.

¹³⁹Decreto n.º 49 321 de 27/10/69.

¹⁴⁰Decreto n.º 49 321 de 27/10/69, p.1453 (art.18º).

Em 1969 são ainda publicados mais três decretos-lei relativos à instauração de Emissores Regionais Ultramarinos (ERU). O primeiro, o decreto-lei n.º 48934 de 27 de Março, autoriza a EN a instalar, em S. Tomé e Príncipe, um emissor regional, a partir da Rádio Clube de S. Tomé, competindo-lhe, de acordo com o seu artigo segundo, «(...) assegurar todo o serviço de radiodifusão indispensável à satisfação das necessidades da província e à salvaguarda e defesa dos interesses nacionais»¹⁴¹. À EN é autorizado explorar comercialmente publicidade paga; aos bens necessários são isentos os direitos alfandegários e ao Governo da província são concedidos gratuitamente terrenos, edifícios e equipamentos necessários à instalação, manutenção e exploração do novo emissor regional, sobre os quais apenas será cobrado o imposto de selo. As competências do Presidente do Conselho eram transferidas para o ministro do ultramar, ficando a gestão do emissor a cargo do intendente, gestor e intermediário entre os funcionários do ERU e os serviços centrais da EN, estando disciplinarmente dependente do presidente da direcção, de acordo com o estabelecido no artigo 65º do decreto regulamentar de 1966, da EN. Por outro lado, «para assegurar aos serviços de Radiodifusão da Guiné os meios que habilitem a desempenhar com a eficiência necessária as suas funções, considerou-se conveniente integrá-los na Emissora Nacional de Radiodifusão», através do decreto-lei n.º 49084 de 26 de Junho, autorizando a instalação em regime experimental de outro ERU na Guiné, o seu Emissor Regional, que nascera logo após a extinção do Emissor Oficial. Na sua inauguração, Clemento Rogeiro afirma: «Que a Emissora Nacional possa ajudar ao seu esclarecido e operoso Governo é - não apenas um voto - mas um firme propósito»¹⁴². Por fim, no dia 27 de Setembro, é publicado um

¹⁴¹Decreto-lei, n.º 48934, de 27/03/69.

¹⁴²Arquivo pessoal de Clemento Rogeiro.

novo diploma cujo objectivo é facilitar a exploração dos ERU; o conjunto de medidas do diploma é destinado a «(...) tornar imediatamente possível a exploração dos Emissores Regionais Ultramarinos, a permitir que a Emissora Nacional seja dotada do pessoal e da orgânica adequados ao cumprimento das novas missões que lhe incumbem (...)»¹⁴³.

Toda a legislação produzida ao longo dos anos vai, assim, no sentido de apertar o controlo da actividade radiofónica, seja ao nível interno, na emissora oficial (quer na programação quer na informação), seja ao nível externo, no âmbito das infra-estruturas organizativas e da própria escuta. Desta forma se limitava o exercício e o consumo radiofónico em Portugal.

II.2. Plano técnico

¹⁴³Decreto-lei n.º 49 272 de 27/09/69, p.1319.

As três principais estações nacionais, a EN, o RCP e a RR, implementam a instalação de um novo método de transmissão radiofónica que, apesar de oneroso e pouco prático, possuía a vantagem de permitir um assinalável aumento da qualidade de recepção. Apesar do novo sistema de transmissão directa possuir um alcance limitado (pelo que exigia a colocação de vários emissores a pequenas distâncias), permitia iguais condições de propagação, de noite como de dia, e, ao contrário da OM, possibilitava uma grande fidelidade na recepção, realizada sem interferências. As suas vantagens no conforto da escuta radiofónica desencadeiam uma corrida à cobertura da nova rede de Frequência Modulada (FM), por todo o país. A EN antecipar-se-á: em 1961, além do emissor de FM, em Lisboa, completa a sua primeira rede de Frequência Modulada no Porto, ao inaugurar o "Porto I MF", que se destinava à transmissão do programa A, entre as 7h e as 0h, passando o "Porto II MF" a transmitir apenas o programa B, entre as 12h e as 15h e as 19h e 0h. Também os Emissores do Norte Reunidos terão a sua programação transmitida através de um emissor de FM, de 1kw, em Janeiro de 1960: «Precisamente na 6ª feira, 15 de Janeiro, às 2 horas da tarde, o programa transmitido pela «onda média» passava a sê-lo, também, através da nova aparelhagem, com boa qualidade»¹⁴⁴. A RR inaugurará o seu primeiro emissor de FM em 1965, após ter sido autorizada a efectuar a cobertura em FM em relação a Lisboa, Porto e Lousã, em 1962, quando comemorava 25 anos, e em relação ao país, em 1963. A montagem da rede, que começara em Outubro de 1964, prolonga-se ao longo dos anos seguintes, entrando em funcionamento três emissores, ainda em 1965, seis em 1967, um em 1968, quatro em 1969, dois em 1970 e um em 1971, sem no entanto, ficar ainda completa¹⁴⁵.

¹⁴⁴«Rádio & Televisão», 23/01/60, p.8.

¹⁴⁵RR – Principais datas da vida da Rádio Renascença, s/d, pp.2-4.

Será, contudo, o RCP a estação que mais fortemente apostará na cobertura de uma rede de FM. O seu projecto, avaliado em sete mil contos, previa a instalação de 24 emissores, metade dos quais destinados a reserva, prolongando-se até aos anos 70: «Coube a Rádio Clube Português quebrar o ciclo vicioso que economicamente deriva do estabelecimento de uma rede de emissores para os quais não há receptores investindo alguns milhares de contos no desenvolvimento da sua rede de modulação de frequência, sem qualquer possibilidade de a curto prazo, amortizar ou obter compensação dos investimentos feitos. Rádio Clube Português fê-lo alegremente, criando também um programa novo e diferenciado para atrair o interesse dos ouvintes e fazendo uma campanha de publicidade da FM no nosso país como também para apressar o desenvolvimento das outras redes nacionais que, assim, irão aproveitar-se do esforço feito por RCP. Que tudo seja para bem da Nação»¹⁴⁶, escrevia Manuel de Menezes, director técnico da estação. A sua maior inovação será o lançamento, em 1963, de um emissor em Lisboa com programação própria, distinta da Onda Média, que, ao transmitir música seleccionada por longos períodos, salteada por rubricas musicais e apresentada com uma nova postura, mais fresca e dirigida a um público jovem, inaugurará uma nova era de expressão radiofónica no país. Faziam parte dessa grelha rubricas musicais como "Momento para jovens" «(...) satisfazendo a preferência musical da juventude irradiando os ritmos trepidantes do nosso tempo»¹⁴⁷, "Meia hora sem locutor" ou um programa como o de Duarte Ferreira, «(...) estruturalmente musical, motivo para apresentar boa música e nada mais»¹⁴⁸. No final de 1972, Gabriel Valle, crítico de rádio, assinalará a distinção: «Em Portugal, os principais postos emissores utilizam todos FM sendo apenas o Rádio Clube

¹⁴⁶«Antena», 15/08/67, p.5.

¹⁴⁷«Rádio & Televisão», 03/08/63, p.27.

Português e a Emissora Nacional a possuírem uma programação diferente e não coincidente com a das Ondas Médias»¹⁴⁹.

Ouvidos por minorias, os programas em FM constituíam uma alternativa radiofónica de carácter musical, de que o "Em Órbita" foi o expoente. Com propostas musicais desconhecidas, apresentadas de uma forma mais sintética e objectiva, a frequência modulada seduziu os mais jovens. Apesar do carácter inovador, quer por parte dos emissores quer por parte dos receptores, estas emissões não iam, de qualquer forma, além de um conjunto de ouvintes, avaliado em 1972, em cerca de 10 por cento, representando os receptores com FM cerca de 25 por cento, «normalmente pertença das classes abastadas»¹⁵⁰. A escassez de receptores em FM será, aliás, argumento para o encerramento de programas: «O "Em Órbita" era transmitido pelo R.C.P. na onda de Frequência Modulada. O leitor sabe, por experiência própria, que muitos receptores à venda no mercado não dispõem ainda de sintonizador de FM, o que limita as possibilidades de alargar o campo de audição radiofónica nessa onda»¹⁵¹. Segundo Júlio Botelho Moniz, existiam em Portugal, em 1963, cerca de 50 mil receptores de FM, quando em 1961 havia mais de 800 mil receptores licenciados. De acordo com Castanheira & D'Assunção, autores do Estudo de Divisão de Emissores da EN, publicado no início da década de 70, a cobertura efectiva (de FM), definida como «a população que tem as condições necessárias para poder ouvir determinado programa ou sistema, isto é, intensidade de sinal suficiente e receptor adequado»¹⁵² detinha 13 por cento, ao passo que a OM atingia os cerca de 65 por cento¹⁵³.

Além do FM, surge uma nova técnica - a estereofonia - com a característica de aumentar a qualidade e o conforto da

¹⁴⁸«Rádio & Televisão», 07/09/63, p.7.

¹⁴⁹«Rádio & Televisão», 18/11/72, p.XXII.

¹⁵⁰Idem, "apêndice", p.3.

¹⁵¹«Rádio & Televisão», 05/06/71, p. 6.

¹⁵²Castanheira & D'Assunção - Estudo da Divisão de Emissores da ENR, 16/05/72, p.4.

¹⁵³Idem, p.21.

audição. A emissão estereofónica proporcionava ao ouvinte uma sensação semelhante à de estar no meio de uma orquestra, no caso da música, e de sentir a maior ou menor aproximação da personagem, na gradação da voz, no caso do texto dramático. Esta possibilidade de uma fiel reprodução sonora só estaria, contudo, à disposição dos ouvintes no final dos anos 60, quando o RCP após uma primeira fase de experiências e ensaios, transmitindo o primeiro programa sem aviso prévio no dia 3 de Janeiro de 1968, inaugura sete dias depois, no dia 10, as suas emissões regulares, através do emissor de FM. O investimento seria seguido pela Emissora Nacional, que estreou o seu programa estereofónico no dia 14 de Março de 1968, através do emissor de FM, de Lisboa 1, transmitindo a abertura oficial do Teatro de S. Carlos, e preenchendo os intervalos com discos estereofónicos. Mas a primeira introdução da estereofonia fora, de facto, em 1964, através do "programa C", do Rádio Clube Moçambique: «Antecipou-se assim o Rádio Clube a qualquer estação emissora da Europa e de África. Só no ano findo começaram, mas em regime experimental, emissões estereofónicas na BBC de Londres, na Holanda, na Alemanha e na Áustria. Antes da nossa emissora, programas deste género só existiam, com carácter permanente, nos Estados Unidos da América e no Canadá»¹⁵⁴, sublinhava "Rádio Moçambique".

Por outro lado, o número de receptores de rádio aumenta gradualmente, no nosso país. Acompanhando a tendência internacional, que registou entre 1959 e 1969, uma taxa de crescimento de radioreceptores na ordem dos 82%, em Portugal verificou-se, na mesma época, um aumento de 78%; dos 791.257 aparelhos licenciados em 1959 existem, dez anos depois, 1.405.672; em 1974 o número de radioreceptores oficiais ultrapassará os 1500, totalizando 1.516.273¹⁵⁵. Este

¹⁵⁴«Rádio Moçambique», Maio de 1965, p.3.

¹⁵⁵INE – Receptores de rádio (1958-1974).

crescimento será, contudo, interrompido em 1970, ano em que se verifica uma quebra de quase 500 receptores, devido à anulação de 106.449 licenças de rádio. Nesse ano, inicia-se uma diminuição do ritmo de crescimento, que se prolongará até 1974, baixando das cerca de 60 mil novas licenças por ano, até então (em 1959, chegaram a ser atribuídas 110 mil) para cerca de 10 mil. A este facto não será alheia a expansão do número de receptores de televisão que, então, registam uma média de crescimento na ordem dos 70 mil novos receptores anualmente. Mesmo assim, em 1974 havia cerca de mais um milhão de aparelhos de rádio que televisores.

De acordo com um estudo do Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado (IPOPE), verificava-se no início dos anos 70 uma «(...) existência quase massiça de aparelhos de rádio em todos os níveis da vida portuguesa (...)»¹⁵⁶. Naquele período, a penetração de receptores de rádio, em Portugal, era de 88,5% (desde 83,5% entre a classe baixa a 98,6% entre a classe alta e média alta); estavam à frente - liderando - de outros aparelhos (como frigorífico, televisão, esquentador, aquecimento, telefone, máquina de lavar, giradiscos ou gravador) e veículos (como automóvel ou motorizada).

Os motivos que poderiam levar à (re)aquisição de um receptor de rádio iam, além do acesso ao FM, ao transístor: «Este quase sempre minúsculo aparelho marcou uma era na radiodifusão, criou um novo tipo de ouvinte, fez com que a rádio se tornasse numa coisa transportável, móvel, ganhasse a intimidade de uma cigareira ou de uma pasta de mão. Hoje está em toda a parte: no escritório, na praia, na bicicleta, no eléctrico. Libertou-se do aparelho grande da casa de jantar, da tomada da corrente eléctrica ou de bateria e tornou-se manejável como um livro»¹⁵⁷. Em 1963, "Rádio

¹⁵⁶ IPOPE – Os portugueses e a política, Moraes Editores, 1973, p.37.

¹⁵⁷ "Antena", 1965.

Moçambique" relatava a presença dos mini-receptores no dia-a-dia: «É tão vulgar encontrar-se nestes nossos dias uma pessoa transportando consigo um aparelho de rádio, de transístores, para ouvir o programa da sua emissora enquanto trabalha, passeia, descansa ou, até, conversa com amigos, familiares ou conhecidos, que não deve haver praticamente ninguém que não conheça essas pequenas maravilhas desta época em que vivemos»¹⁵⁸. Em 1972, a taxa de receptores transistorizados estava avaliada em 47 por cento. Os auto-rádios representavam no mesmo ano, cerca de quatro por cento do mercado, em Portugal.

Em 1960, enquanto os receptores mais simples, só com OM, custavam cerca de 900\$00, um transístor, só com OM, tinha um preço superior a dois mil escudos e um portátil, transistorizado, custava cerca de 1.600\$00. O seu preço aumentava consoante a qualidade das ondas, a existência de olho mágico, o desdobramento da Onda Curta ou a tomada de altifalante suplementar. Enquanto ao longo da década, a sofisticação técnica se desenvolve, os radioreceptores, quer pelo próprio mercado quer pela introdução de materiais mais simples, como o plástico, vão-se tornando comparativamente mais acessíveis. Em 1960, um receptor de rádio com frequência modulada custava 1.895\$00¹⁵⁹, rondando os três mil escudos se fosse mais sofisticado e um receptor de "amplas dimensões", de 16 kg, com 11 teclas de comando e nove válvulas, valia 2.950\$00¹⁶⁰; um dos receptores de rádio topo de gama, em 1967, um auto-rádio, com o serviço oficial internacional, importava em 1.680\$00 e em 1968, um receptor com FM, de mesa, e de marca, era, 1.795\$00.

As inovações técnicas funcionaram como factor de estímulo para a aquisição de novos receptores (pelo acesso às emissões de FM e pelas novas possibilidades que a

¹⁵⁸«Rádio Moçambique», Julho, 1963, p.4.

¹⁵⁹«Século», 10/01/60, p.2.

portabilidade gerava), mas ao mesmo tempo, eram factor desincentivador pelo seu preço pouco acessível, apesar da progressiva baixa de preço. Por outro lado, as novas tecnologias radiofónicas permitiram o desenvolvimento de novas formas, não apenas de programação (como as novas emissões de FM, totalmente distintas da OM, com um carácter fortemente musical), mas também de audição, incrementando uma escuta individual, suscitada pela portabilidade do transístor, que atraía sobretudo as camadas mais jovens e de maiores recursos. Mais uma vez, a fraca cobertura da modulação de frequência, por um lado, e os elevados preços dos receptores de FM, por outro, dificultam o acesso destas emissões a uma parte considerável da população. Além do mais, os receptores com frequência modulada localizavam-se nos grandes centros urbanos, onde a cobertura da OM era excelente e recebia a preferência dos ouvintes.

¹⁶⁰“Rádio & Televisão”, 17/12/60 , p.5.

II.3. Plano económico

Com a legalização da actividade comercial no final dos anos 40 (o presidente do Conselho aprova, no dia 30 de Dezembro de 1948, as "Instruções para o exercício da publicidade comercial radiofónica", propostas pelo SNI), a publicidade radiofónica inundou a rádio, nos anos 50, encharcando os programas, com o aplauso das estações: «Graças à publicidade a rádio particular desenvolveu-se muito no nosso País (...). Só com as cotizações dos sócios ... nem conseguíamos arranjar receita para pagar a renda da casa!...», afirmava Américo Santos, director-administrativo dos EAL¹⁶¹. A autorização da emissão de publicidade comercial na rádio veio sobretudo beneficiar os postos concentrados, os Emissores Associados de Lisboa (que aglomeravam o Clube Radiofónico de Portugal, a Rádio Graça, a Rádio Peninsular e a Rádio Voz de Lisboa) e os Emissores do Norte Reunidos (que agrupavam a Eletro-Mecânico, a Ideal Rádio, a Orsec, o Rádio Clube do Norte e a Rádio Porto), permitindo-lhes a exploração publicitária, uma vez que o RCP e a RR já vinham usufruindo da actividade mesmo na ilegalidade (negando-se mesmo a cumprir as normas do documento, atitude que viria, mais tarde, a ser seguida pelo Portuense Rádio Clube e de que resultaria o seu encerramento).

¹⁶¹«Rádio & Televisão» 02/04/60, p.9.

Nos anos 60, a publicidade generaliza-se e os produtos de carácter publicitário tomam conta das críticas radiofónicas, na imprensa especializada, que salientam a nova forma de poluição sonora, como Óscar Pontinho que indicava, entre os "barulhos", «todos os anúncios gritados, berrados, apitados e exagerados que deixam os ouvintes basto incomodados»¹⁶². Cometem-se excessos, quer quantitativos quer qualitativos, arrastando anúncios que se atropelam no espectro radiofónico: «Se atentarmos na rapidez, facilmente veremos um anúncio dito quase sem fôlego, para cumprir apenas o tempo que foi pago (...) ou a transigência com o anunciante, permitindo-lhe, que em escassos segundos, se cite algumas dezenas das especialidades que tem à venda»¹⁶³. Estas novas formas de comunicação colam-se imediatamente sem qualquer separador a um texto, seja ele dramático ou noticioso, como ocorria no prestigiado serviço de notícias do RCP: «(...) após meia dúzia de notícias mais ou menos graves (...) ele se sai com esta máxima profundamente filosófica: «"Beba cerveja Sagres, a sede que se deseja"». Assim, sem avisar, no meio do noticiário. À traição», anotava Óscar Pontinho. Mas a introdução de publicidade no meio dos noticiários do RCP fora exactamente a razão que esteve na sua origem: «(...) eles abrem esta secção de noticiários como uma maneira de arranjar publicidade. Já havia os anúncios no meio e antes dos programas, então alguém pensou que no caso de existir o noticiário, talvez fosse possível arranjar anúncios para essa hora também»¹⁶⁴.

Por sua vez, os programas tornam-se "radiopublicitários". Em 1963, o "Programa da Manhã de Miramar", nas suas três horas diárias, "desdobrava-se" em períodos de 15 minutos, dedicados a cada um dos 12 anunciantes; a sua realização, que envolvia 30 pessoas,

¹⁶² "Rádio & Televisão", 09/12/72, p.42.

¹⁶³ "Rádio & Televisão", 21/05/60, p.19.

estava orçada em duzentos mil escudos por mês¹⁶⁵. Por seu lado, as emissoras tornaram-se, nas opiniões mais críticas, meros balcões para vender horas. As estações particulares «(...) têm a sua programação fortemente condicionada pela publicidade que chega ao ponto de patrocinar a programação que interessa aos seus desígnios»¹⁶⁶.

Em consequência das injeções publicitárias, as rádios particulares aumentam a sua saúde financeira, preservando o saldo da sua contabilidade e investindo de uma forma generalizada na modernização das suas instalações. O RCP inaugura os novos estúdios na Sampaio e Pina, o Centro Emissor Jorge Botelho Moniz, em Porto Alto, e o novo emissor de OM, inteiramente montado nos serviços técnicos do RCP e destinado a cobrir o Continente e Ilhas Adjacentes, que importou em quatro mil contos. Em 1970, apresentava ainda assim, um lucro líquido superior a seis mil contos, excedendo «(...) longamente o capital nominal do Rádio Clube Português (...)»¹⁶⁷ sendo que, em 1971, já havia adquirido a Rádio Alto Douro e constituído a Sociedade Portuguesa de Radiodifusão, que adquirira a Rádio Ribatejo. Por seu lado, quando a RR comemorava os 25 anos de actividade, em 1962, a "Rádio & Televisão" assinalava a sua renovação: «Ainda não há muito tempo que, no Porto, se inauguraram os novos e modernos estúdios e, em Lisboa, se procedeu à introdução de vários melhoramentos nos estúdios e escritórios»¹⁶⁸. Também os EAL conseguiram um novo edifício, em Sacavém, para instalação do novo emissor, de 10 KW. Em Moçambique, o Rádio Clube, a maior rádio particular da província, actualizou-se ao nível logístico, técnico e produtivo, com novas instalações, estúdios e emissores, aumentando a potência e o número de

¹⁶⁴Luís Filipe Costa, em entrevista, 06/01/99.

¹⁶⁵"Rádio & Televisão", 27/04/63, pp.14-15.

¹⁶⁶Mário dos Reis Príncipe - Aspectos sociológicos da informação no estado moderno (o papel da rádio), 1971, p.67.

¹⁶⁷RCP - Actas das Assembleias Gerais (de 13/03/1966 a 29/03/1971), p.26.

¹⁶⁸"Rádio & Televisão", 09/06/62, p.11.

horas produzidas, que passaram de cerca de 10 mil em 1960 para cerca de 40 mil, em 1970; dois anos depois, em 1972, o RCM transmitia mais de 60 horas de emissão anualmente. A EN, por sua vez, adquiriu, em 1966, um novo edifício, na Avenida Eng. Duarte Pacheco, no valor de 26.500 contos. Com vastas despesas (cuja grande fatia se destinava à informação - internacional -, às viaturas, à televisão, às orquestras, à força motriz e aos encargos decorrentes dos empréstimos com vista à execução do Plano de Radiodifusão Nacional) e algumas receitas (com origem basicamente nas taxas, de rádio e televisão, no "Ultramar" e nos subsídios) de carácter não comercial, também a EN é autorizada a recorrer às vantagens publicitárias, aquando da publicação do decreto-lei n.º 48 934 de 27 de Março de 1969, no âmbito dos novos ERU de S. Tomé e Príncipe e da Guiné que assim passam, sob a alçada da emissora oficial portuguesa, a poder explorar publicidade comercial nas suas emissões; em 1972, o "Regulamento da Publicidade Comercial nos Emissores Regionais Ultramarinos" definirá as respectivas normas, como um período máximo de nove minutos de publicidade por hora de emissão, a que correspondiam blocos de um minuto e meio, no máximo, e intervalos de oito minutos, no mínimo.

A liberalização publicitária trouxe à actividade radiofónica o produtor independente, aquele que, pagando um determinado espaço de tempo na rádio, o utiliza à sua maneira, com tal número de anúncios que o torne rentável e cuja emissão depende da qualidade dos profissionais que contrata: «Penso», ironiza Gabriel Valle, «que teria de se abolir o "princípio" de que, para se ser locutor, é preciso (exclusivamente) saber-se convencer um produtor»¹⁶⁹. Formam-se empresas (estas, alugando os espaços às estações emissoras, financiam a realização de programas, nos quais exploram a publicidade): a APA, as Produções Lança Moreira, Gilberto

¹⁶⁹«Rádio & Televisão», 15/07/72, p.XXII.

Cotta, Sonarte, Rádio Press Office; esta última produziu folhetins como "Ama Rosa", que chegaram a ser transmitidos diariamente em sete emissoras; com 12 horas, a APA possuía uma produção diária superior aos EAL. A equipa dos "Parodiantes de Lisboa", formada a partir da dupla Rui e José de Andrade (fundada também por Mário de Menezes Santos, Mário Seia, Ferro Rodrigues, Santos Fernando e Manuel Puga), era a mais popular e bem sucedidas de todas. O seu império do riso, que rendia em publicidade, em 1974, uma receita anual de 35 mil contos, era formado por 110 funcionários que colocavam, diariamente no ar, um total de 18h 30 de produto humorístico radiofónico (incluindo as retransmissões) emitido para 23 estações emissoras. Em 1969, haviam adquirido os novos estúdios no valor de seis mil contos (planeados para serem constituídos por um estúdio grande, com auditório, e dois mais pequenos, incluindo a central de gravação e outras salas, de reuniões e de convívio). Além das despesas na produção de textos, criação de personagens, emissões directas nos mais variados locais (em Lisboa, em barcos, em eléctricos, debaixo de água), as promoções, brindes e lembranças, para ouvintes e clientes, foram um dos seus principais investimentos, engolindo milhares de contos, à época.

Estes produtores passam a dominar a rádio particular. No início dos anos 60, Júlio Botelho Moniz explicava a necessidade da sua existência: «A exclusividade da produção por parte de Rádio Clube Português implicaria graves problemas e seria completamente impossível, atendendo ao estado actual das concessões feitas. Há poucos trabalhadores competentes na Rádio»¹⁷⁰ pelo que, diria ainda, esta era uma forma de variar a programação. Contudo, nos anos 70, a dependência da produção radiofónica dos produtores independentes começa a gerar um mal estar entre os

¹⁷⁰«Rádio & Televisão», 13/04/63, p.9.

profissionais e o benefício da sua prestação começa a ser posto em dúvida: «As críticas à rádio comercial portuguesa atingem, preferencialmente, este tipo de produtor. E quando se propunham mudanças, a tendência era para eliminar este género de colaboradores, centralizando a programação com vista à maior homogeneidade e coerência na distribuição de programas»¹⁷¹, dirá José Carlos Botelho Moniz, membro da direcção do RCP, em Fevereiro de 1974 (aquando de uma reestruturação interna no Rádio Clube, baseada na intervenção de profissionais experientes, em que Luís Filipe Costa assumia a direcção de produção, que criará um conselho geral, com funções de supervisão, e um corpo directivo, executivo).

Será contra os excessos da exploração publicitário por produtores independentes, que vêm na rádio o mero lucro imediato, que a "geração nova" se insurge: «Alugar uma hora custava x por mês e portanto havia dezenas de pessoas que viviam da publicidade que angariavam. Arranjar publicidade era uma necessidade vital e portanto os produtores, que eram ao mesmo tempo realizadores, faziam os programas que agradassem mais aqueles que os pagavam e portanto as questões éticas da distinção entre a publicidade e as questões editoriais não existia. O homem da rádio era o homem que contava anedotas, tocava piano, era uma pessoa agradável que dizia coisas bonitas, e que estava bem com toda a gente. E aparecem ali uns tipos que vêm dizer "não, nós não vamos fazer publicidade". Alguns de nós disseram "nós somos jornalistas, não podemos fazer publicidade, recusamo-nos a fazer publicidade"»¹⁷².

Mais uma vez, e também na publicidade, um núcleo restrito de profissionais irá revoltar-se contra a exploração publicitária dominante. À concepção da rádio como mero balcão de vender horas, os homens da rádio nova introduzirão uma

¹⁷¹«Rádio & Televisão», n.º 901, pp.33-35.

¹⁷²Adelino Gomes, em entrevista, 01/04/99.

ética na exploração comercial da rádio, doravante orientada por critérios, já não meramente materialistas, mas também respeitadores de valores deontológicos. É nesta nova perspectiva (que via na rádio uma forma artística, cuja linguagem específica era preciso conhecer e respeitar) que surge o "Página Um". Produzido com um espírito totalmente inovador, este programa, reinvestia cerca de 30 por cento do seu orçamento (avaliado em 1.4000.000\$00, em 1972) na realização, permitindo a contratação de novos elementos e a realização de reportagens. É uma nova filosofia radiofónica, radicalmente diferente.

III - A RÁDIO E O PODER: ESTRATÉGIAS E RELAÇÕES

III.1. Censura radiofónica

O poder mantinha a informação devidamente controlada, através da censura radiofónica. Além do domínio do SNI sobre os EAL, com o seu próprio teatro, palestras e noticiários, a rádio era na generalidade formalmente limitada às prerrogativas da censura e exame prévio, nomeadamente nas três principais estações.

No RCP existia, desde os anos 50, um departamento específico, que analisava os programas antes destes serem emitidos: «Há um serviço de fiscalização em Rádio Clube Português. Criou-se, já lá vão 15 anos e, a princípio, apenas com um carácter técnico. Depois alargou-se o seu âmbito já que foi acertadamente considerado ser um benefício para o

ouvinte poder dispor de programas «limpos» (...). Bem vê, portanto, qual a conveniência que não existe em manter este serviço de vigilância que é, afinal, um modo de salvaguardar o ouvinte e defender a própria estação. Há sempre uma pessoa responsável de serviço nas 24 horas do dia. Logo, bobina chegada é bobina ouvida, e de seguida transmitida. Não há atrasos...»¹⁷³. Na mesma entrevista, Júlio Botelho Moniz, que se justificava com a clássica bobina das asneiras, perguntava ainda: «Mas se num jornal o texto de qualquer repórter nunca é impresso sem passar, primeiro, pelas mãos do chefe de Redacção ou de outro responsável, porque razão na rádio as coisas hão-de passar-se de forma diferente?»¹⁷⁴. «Nós», explica actualmente Jorge Botelho Moniz, «como responsáveis pela estação, tínhamos muitas vezes que fazer ver às pessoas que, quer se gostasse ou não, havia certas coisas que não se podiam dizer e portanto tínhamos os programas gravados»¹⁷⁵. Rui de Andrade, dos Parodiantes de Lisboa, testemunhou o ciclo: «Tínhamos de ter os programas prontos com 48 horas de antecedência, portanto nunca podíamos ter programas actuais. Eu mandava os programas para a estação para irem para o ar e a estação ouvia-os primeiro e depois se achava lá alguma coisa que não estivesse bem, cortava, iam à tesoura, mas davam-me conhecimento»¹⁷⁶. Era contando com esta rotina que o humorista preparava dois programas, um com «os atrevimentos, as tacadas, as censuras ao Governo»¹⁷⁷ e o outro, mais limpo desse tipo de críticas para, no caso do primeiro vir cortado, já ter um segundo preparado. Para a "A Voz dos Ridículos" (programa humorístico fundado em 1945, por João Manuel, sendo então transmitido na Ideal Rádio, um dos ENR, todos os domingos à hora do almoço), a censura «(...) era um estabelecimento comercial, que existia em Santa Catarina,

¹⁷³«Rádio & Televisão» 13/05/67, p.40.

¹⁷⁴«Rádio & Televisão», 13/05/67 p.41.

¹⁷⁵Jorge Botelho Moniz, em entrevista, 02/03/99.

¹⁷⁶Rui de Andrade, em entrevista, 22/01/99.

onde nós chegávamos para apresentar as provas, para serem vistas. Se era uma pessoa camarada, mais ou menos conhecida, pegava no lápis azul, se não era, punha para o monte»¹⁷⁸. Júlio Couto, um dos elementos da equipa, comentava o carácter aleatório da censura: «Não interessava o que é que cortava e muitas vezes só cortava coisas para dizer que o tinha feito. Não quer dizer que fosse necessariamente obrigatório cortar isto ou aquilo, mas o texto todo... tinha de cortar qualquer coisa»¹⁷⁹. Em 1967, Manuel Seleiro em entrevista à "Rádio & Televisão" crítica o controlo a que os profissionais no RCP estão sujeitos: «São as limitações da própria estação. Por lá, mesmo que se pretenda fazer qualquer coisa, digamos arejada ou mais ou menos diferente, não se consegue. Por lá só é possível, actualmente, fazer rádio "com visto"»¹⁸⁰. Uma afirmação que lhe valeu a obrigação, por determinação do Tribunal da Comarca de Lisboa, de publicar uma nota declarando que tais referências «(...) absolutamente em nada podiam, ou podem, atingir a honra do Presidente da Direcção do Rádio Clube Português, Sr. Alberto Lima Basto (...)»¹⁸¹, não sem antes sublinhar na introdução que «(...) em nada altera a entrevista concedida a «Rádio & Televisão» a qual considera «correcta e fundamentada com o seu pensamento»¹⁸².

Na Rádio Renascença, os constrangimentos agravam-se sobretudo no marcelismo, com o impulso da rádio nova. Mesmo assim fará vítimas, no final do Salazarismo. No dia 28 de Fevereiro, João Martins, produtor do "23ª Hora", apresenta a demissão: no programa «(...) estrangulou-se a ousadia em benefício da prudência, só prudência, sempre prudência. A «23ª Hora» enfeudou-se na qualidade de organismo burocrático

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Júlio Couto, em entrevista, 21/07/97.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ "Rádio & Televisão" 04/03/67, p.40.

¹⁸¹ "Rádio & Televisão", 13/05/67, p.16.

¹⁸² Idem, ibidem.

sem excepções»¹⁸³. A "Rádio & Televisão" levantou o véu: "o incidente dera-se de facto. Um funcionário superior de RR e um "Jornal da Madrugada" que ficou por transmitir sem maiores explicações constituíram - ao que parece - os pontos-base do processo»¹⁸⁴. Nos anos 70, ao mesmo tempo que a programação se arejava, salientava-se o controlo. Assim, o folhetim "Simplesmente Maria" teve 'cenas menos próprias' que foram suprimidas. De acordo com Coelho Fernandes, director comercial e chefe de serviço de programas da RR, o apostolado era preservado «(...) visto os programas serem rigorosamente censurados»¹⁸⁵. Em relação à música, de acordo com Monsenhor Lopes da Cruz, a Rádio Renascença «(...) tem um cuidado enorme em não lançar para o ar música que favoreça o sensualismo e deforme a vontade e a mentalidade»¹⁸⁶.

A vigilância aperta-se sobre programas da "rádio nova": «Não procuraremos autocensurar-nos, mas também sabemos perfeitamente da inutilidade de fazermos certos trabalhos. Também temos de contar com a estação onde o programa é transmitido e as limitações que se oferecem aos seus responsáveis. Todos os textos elaborados previamente só vão para o ar com o visto da direcção de Rádio Renascença»¹⁸⁷, confidenciavam os produtores de "Limite", à "Rádio & Televisão". Um deles, Leite de Vasconcelos, relatou posteriormente: «Três dias antes do 25 de Abril, tinha entrado para a Rádio Renascença uma comissão de censura oficial que, até aí não tinha existido (...). Nesses dois primeiros dias tinham-se limitado a andar por ali a ver, a ouvir e a conversar com a direcção. Ora no dia 24, essa comissão tinha decidido mandar gravar o programa Limite... para análise»¹⁸⁸. A equipa do "Página Um", por seu lado, falava em

¹⁸³"Rádio & Televisão", 24/02/68, p.7.

¹⁸⁴"Rádio & Televisão", 24/02/68, p.6.

¹⁸⁵"Rádio & Televisão", 23/04/60, p.5.

¹⁸⁶"Rádio & Televisão", 09/06/62, p.11.

¹⁸⁷"Rádio & Televisão", 23/06/73, p.11.

¹⁸⁸Matos Maia - Aqui Emissora da liberdade, RCP, Lisboa, 1975, p.26.

"excessos retocados": «Mas, e a experiência o demonstra, a vida de programas de participação ou de carácter intervencionista está à partida sujeito às regras complicadas do jogo. A publicidade tem naturalmente de ser o único sustentáculo económico e os «excessos» têm de ser medidos e pesados, ou melhor os «excessos» são-nos apurados, retocados ou suprimidos», expunha à mesma revista José Manuel Nunes¹⁸⁹. Já em Abril de 1972, a equipa do programa se tinha referido aos cortes: «No sector Rádio, porém, e repito que o problema não é sobretudo das estações, não há nenhuma abertura como se poderia pensar. Pelo contrário, há sim uma tentativa de cerceamento dos nossos trabalhos. Cerca de cinquenta por cento das reportagens não chegam a ir para o ar»¹⁹⁰.

O discurso na Assembleia Nacional entre Casal Ribeiro e Miller Guerra, em que este defendia a legitimidade da vigília na Capela do Rato (concentração de católicos a favor da paz e da admissibilidade da discussão acerca da presença de Portugal em África) e o acompanhamento em Paris de um disco de José Afonso são exemplos de trabalhos que não passaram. As redacções, depuradas, eram amputadas de alguns excertos mais arrojados, como o seguinte: «Quando a Phillips sofreu a contestação operária no Norte da Itália pôde fechar pura e simplesmente uma parte de suas fábricas colocando os operários despedidos perante o dilema: desemprego ou trabalho, sem direitos sindicais nem antiguidade, nas fábricas Phillips de outros países da Europa»¹⁹¹. Em alguns casos eram mesmo emminados alguns extractos, publicados no jornal "República" (uma das fontes do programa), caso do texto em que se notava o nível humilde dos serviços sociais dos 326 sindicatos existentes. Em outro texto (também fiscalizado por Azevedo Oliveira, em 1972), abordando o uso excessivo de psicofármacos, é suprimido o exemplo chinês de

¹⁸⁹«Rádio & Televisão», 14/07/73, p.14.

¹⁹⁰«Rádio & Televisão», 27/04/72, p.25.

combate à droga: «Em 1949, a China desembarçou-se definitivamente dos imperialistas estrangeiros e simultaneamente resolveu o problema do ópio. Foi, até agora, o único país que conseguiu vencer o flagelo da droga (...)»¹⁹², controlando as redes e submetendo as vítimas (como então eram consideradas) a desintoxicações. Desta forma, eram limadas ou retiradas as palavras, expressões ou frases que fossem susceptíveis de colocar em causa alguns dos princípios básicos do Estado Novo.

Na Emissora Nacional, o controlo não apenas existia como era rigorosamente assegurado pelos órgãos consultivos da Direcção dos Serviços de Programas: o Gabinete de Estudos de Programas (GEP), que planeava a programação, o Conselho de Planeamento de Programas (CPP), que a apreciava, e o Conselho de Programas (CP), que a sancionava de acordo com a política determinada pelo Governo. Além deste apertado sistema, a emissora oficial dispunha ainda de um larga estrutura de controlo "a posteriori", da qual faziam parte os informadores, os analistas, os fiscais de programas (dez em 1957 e em 1965), os inspectores, os regentes de estúdio ou o gravador contínuo. Este conhecimento posterior «(...) deve ter como objectivo dissecar a programação, vendo-a por dentro, tal como ela é: em rádio o programa só existe como tal depois de ser emitido e o plano inscrito no papel não é mais do que um esquema mais ou menos pormenorizado, no qual falta a vida e o dinamismo que só se obtém, repito, quando os emissores o transmitem»¹⁹³. Inseridos nessa análise sistemática àquilo que, de facto, se transmitiu, estão ainda o Gabinete de Análise e a Inspecção, que produziram observações como esta: «O locutor (...) pareceu-nos quase desinteressado da leitura que estava a fazer. Seria oportuno lembrar-lhe que - como

¹⁹¹ Adelino Gomes - "A Europa dos Franco-Atiradores", Página Um, 25/05/72 (arquivo pessoal).

¹⁹² Adelino Gomes (arquivo pessoal). Fiscalizado em 08/06/72.

¹⁹³ Mário dos Reis Príncipe - Aspectos sociológicos da informação no estado moderno - (o papel da rádio). 1971, p.41.

princípio - o locutor não deverá nunca olhar para os textos com sobranceria ou autoridade desdenhosa. Mesmo que os textos sejam desinteressantes, o Locutor deverá dedicar-lhe a seriedade e a autenticidade do seu interesse. Salve-se, ao menos, o agrado do invólucro»¹⁹⁴.

Em 1972, com a criação dos ERU e a publicação da respectiva autorização publicitária comercial, a Emissora Nacional, passou a exigir a sua prévia apresentação, para análise. De acordo com o Regulamento da publicidade comercial nos Emissores Regionais Ultramarinos: «todo o material de publicidade a emitir, incluindo textos e registos magnéticos, bem como o roteiro com a relação de títulos, autores e intérpretes das obras utilizadas, devem dar entrada no respectivo emissor regional com a antecedência de cinco dias úteis, em relação à sua transmissão»¹⁹⁵. Sempre que a publicidade a emitir fosse constituída por programas com sequência, «a totalidade dos textos da respectiva série, salvo cláusula contratual em contrário, deverá dar entrada na E.N., para efeitos de análise e aprovação, com a antecedência, em relação à primeira transmissão, de quinze dias se a entrega for efectuada directamente no respectivo emissor, ou de trinta dias se a entrega se verificar em Lisboa»¹⁹⁶. O artigo número 52 do mesmo regulamento determinava: «Quem intercalar ou introduzir publicidade radiofónica durante a transmissão de qualquer programa sem que essa publicidade esteja previamente autorizada e paga fica responsável não só pelo pagamento dos valores que lhe corresponderiam mas também pela indemnização cível a que houver lugar, além da responsabilidade disciplinar e penal exigível»¹⁹⁷. A todos estes requisitos juntava-se a necessidade de aprovação pela Comissão de Exame, na sede da

¹⁹⁴ Inspeção EN/Análise de programas, Diário Sonoro - 20h, 19/05/71.

¹⁹⁵ ENR - Regulamento da publicidade comercial nos Emissores Regionais Ultramarinos, 1972,

p.6.

¹⁹⁶ Idem, ibidem.

EN ou nos emissores regionais, cujas competências se estendiam, para além da análise do conteúdo literário, musical, comercial e técnico, ao político: «verificar se os textos têm sentidos dúbios, que se prestem a interpretações prejudiciais, ou palavras ou frases que, mesmo sem intenção, possam vir a servir para enaltecer ou ridicularizar figuras ou ideias políticas; verificar se os trechos musicais cantados contêm frases ou ideias com implicações políticas, para o que será de exigir a necessária tradução dos dialectos regionais ou de línguas estrangeiras»¹⁹⁸. Anteriormente, de acordo com as "Instruções para o exercício da publicidade comercial radiofónica", cabia ao SNI a fiscalização dos textos e acompanhamentos musicais para o que era necessário o envio antecipado, no mínimo de cinco dias; esta análise, realizada através do "Diário do Serviço de Escutas" dos Serviços Radioeléctricos da Administração Geral dos CTT, podia ser delegada nos fiscais do Governo junto dos postos particulares.

Em "Apontamentos de um repórter de guerra", Magalhães Monteiro, enviado especial do RCM a Angola, evoca uma experiência particular durante a sua passagem pela Quarta Companhia de Caçadores Especiais, aquando do «ininterrupto e trágico diálogo da metralhadora que duraria três longas horas e meia»¹⁹⁹: «Os repórteres não falavam porque não conseguiam falar. «A explicação aqui está, honesta e sincera: porque não conseguíamos falar! Medo? Nervosismo? Choque emocional? Talvez uma amálgama, de que só nos conseguíamos libertar no momento em que um valente soldado negro expirou a nosso lado. Falámos então para o microfone do gravador, que tínhamos esmagado entre o peito e a terra vermelha de Quibaba: - «senhores ouvintes, acaba de tombar um herói! Morreu agora, junto de nós, um soldado indígena do pelotão do Regimento de

¹⁹⁷ Idem, p.15

¹⁹⁸ Idem, p.34.

Infantaria de Luanda. Tem o crânio esfacelado por uma rajada de metralhadora do inimigo». E porque não ouviram os que escutaram a reportagem de Quibaba as únicas palavras proferidas pelo repórter durante todo o combate? Porque de mistura, em primeiro plano, há uma outra frase, proferida por um soldado branco, companheiro do que tombara: «... mataram mais um português...». A transcrição pelos adjectivos atribuídos aos terroristas, não está completa. E na gravação, não foi possível efectuar-se o «corte», tal como se impunha, para Radiodifusão. Aqui fica explicado, porque falou tão pouco o repórter, no momento em que uma chuva de balas escrevia, no terreno e nos corpos de soldados nossos, a mais terrível página das operações militares contra os terroristas em Angola»²⁰⁰. O “polimento” da informação alargava-se, assim, às “rádios ultramarinas”; contudo, com facilidades bem mais significativas, nomeadamente ao nível da discografia. Os discos estavam censurados, «só que, da mesma maneira que o grande público em Luanda, não conhecia essa música [canções de intervenção], os homens da censura também não. Ao fim de andar cinco meses a passar “Venham mais cinco”, aparecia um papel colado na parede a dizer: “É proibido passar “Venham mais Cinco”, mas o disco já tinha esgotado. Isto é, só muito “a posteriori” é que a censura tomava consciência ou recebia informações de Lisboa de que aquela música não devia ser passada»²⁰¹.

Em Portugal, as decisões eram mais vigorosas e, por vezes, o corte impunha-se, mesmo em directo: «De tal maneira esta intervenção [de Mário Castrim, criticando, em directo a RTP, na emissão “Eléctrico chamado PBX”] causou impacto, que do eléctrico da frente, onde seguia o presidente do Rádio Clube, veio ordem para cortar. E cortou-se... Entrou a

¹⁹⁹“Rádio Clube de Angola”, Julho, 1961, p.1.

²⁰⁰“Rádio Moçambique”, Agosto, 1961, pp.2-3.

²⁰¹Carlos Brandão Lucas, em entrevista, 15/08/97.

publicidade»²⁰². Em 1965, quando José do Nascimento relatava no RCP a sua experiência em Vila Nueva Del Fresno, para onde seguira, logo que foi noticiado que haviam aparecido, próximo do local, dois cadáveres, supostamente de Humberto Delgado e da sua secretária, é 'surpreendido' por um telefonema de António Caetano Carvalho, funcionário superior do SNI: «Vocês deram há pouco uma notícia relativa ao facto de terem enviado um enviado especial a Espanha. Há instruções superiores no sentido de as notícias relativas a este acontecimento desde que não sejam das agências autorizadas, carecerem de autorização da censura»²⁰³. «Paradoxalmente, eu», declarou o repórter, «que não havia conseguido uma palavra dos espanhóis e só poderia descrever o que tinha visto, fui proibido pelo antigo SNI de continuar o meu relato ao microfone (...)»²⁰⁴.

Como última solução, havia ainda a hipótese de suspensão, aplicada a programas como o "Diário do Ar", no dia 16 de Junho de 1961 ou o "Página Um", onde após vários problemas resultantes de crónicas sobre questões nacionais - como a emigração, a habitação, cooperativas e sindicatos - um texto de carácter internacional, no dia 16 de Setembro de 1972, foi a última gota: «Um comando palestino assalta a aldeia olímpica de Munique. Estão a decorrer os jogos olímpicos. Os palestinos vão aos apartamentos onde estão atletas israelitas e matam alguns. Durante umas horas há tiroteio. Há uma grande emoção»²⁰⁵. Adelino Gomes escreve um texto condenando a violência, mas expondo o problema palestino que estaria na origem das suas motivações agressivas; oculta-o, até à última hora da censura, que apelava para a contenção. É o escândalo: «A suspensão foi instantânea. A Renascença teve instruções de que ou fechava as emissões ou fechava o "Página Um". Por isso decidi fechar

²⁰²«Rádio & Televisão», 18/04/70, p.8.

²⁰³Arquivo Histórico da RDP, AHD 10 584, Faixa 1, extracto 4.

²⁰⁴Arquivo Histórico da RDP, AHD 10 584, Faixa 1, extracto 3.

²⁰⁵Adelino Gomes, em entrevista, 01/04/99.

o programa»²⁰⁶ (que, no entanto, recomeçaria no dia 18 de Outubro de 1972, devido à persistente influência da sua equipa). À noite, o mesmo texto é transmitido no "Tempo Zip", com João Paulo Guerra; a "interrupção" deste programa, no dia 10 de Outubro de 1972, tornar-se-ia definitiva, com a sua substituição por "Núcleo".

Apesar desta observação atenta à voz da rádio, as suas características específicas, como a emissão em directo e em continuidade, terão contribuído para a consolidação de uma censura de características específicas, muito particulares. Assim, e apesar da nomeação de um delegado do Governo (investido pelo SNI) junto das estações emissoras, António das Neves Martinha, este raramente estava presente (embora às vezes telefonasse). Humanamente impedido de proceder à escuta das várias emissoras, durante as 24 horas diárias, acabava por "delegar" nos responsáveis pelas várias estações que, em "colaboração" com os próprios funcionários, acabavam por exercer uma "censura doméstica". Muito longe, portanto dos serviços de censura exercida pelos coronéis no âmbito da imprensa, na rádio eram os "homens da casa" que assim "tomavam conta" dos seus profissionais. Em resultado, a censura radiofónica exercia-se num ambiente de proximidade, diálogo e compreensão: «As guerras internas quase que não existiam; isto era de tal maneira de colaboração que os próprios, que queriam dizer as coisas, e nós, que muitas vezes limávamos ou dizíamos "é pá não diga isto porque só vai criar problemas a si e a nós"..."»²⁰⁷. Estabelecia-se uma argumentação, e suscitava-se uma certa negociação, no sentido de apurar o limite até onde os "homens da rádio" podiam e deviam arriscar. Por vezes, brandamente, acendia-se o debate: «Era ali, a pessoa lia, "não, não vejo objecção nenhuma" ou então dizia "porquê que não mudas aqui esta palavra, olha

²⁰⁶ José Manuel Nunes, em entrevista, 14/09/98.

²⁰⁷ Jorge Botelho Moniz, em entrevista, 02/03/99.

esta frase", era em diálogo. Havia um carimbo, até, "livre", "fiscalizado", mas não era burocratizado, nem colocavam lá aquele timbre de cortado, o que significava que se estabelecia muitas vezes diálogo (...); era "vamos lá ver como é que nós podemos fazer... se tu aqui pudesses fazer uma pequena alteração para isto passar"... »²⁰⁸.

Por outro lado ainda, a especificidade do directo permitia a realização de verdadeiras fugas ao sistema. Ao nível da programação, a "técnica" foi apurada por Carlos Cruz que, no "Magazine CDC", usava a actualidade como pretexto para não apresentar previamente os seus apontamentos, e pelo "Página Um", que assim conseguiu transmitir alguns nomes da "canção livre". Ao nível da informação, esta faculdade era aproveitada pelos serviços de noticiários do Rádio Clube Português: «As notícias do estrangeiro eram filtradas por eles, as nacionais se eram dadas pelo SNI, essas já estavam censuradas por natureza. Agora as notícias imprevisíveis (um senhor que se atirou de um quinto andar) nós dávamos sem interferências, não mandávamos à censura. Era a grande prerrogativa que o Rádio Clube Português tinha eram as notícias nacionais que não fossem filtradas pelo SNI, pela ANI ou pela Lusitânia, e que nós podíamos dar sem ir à censura, ao contrário dos jornais, que tinham que mandar tudo»²⁰⁹. Na emissora oficial, também as possibilidades do directo eram exploradas, embora de forma mais discreta, através de omissões: «De vez em quando [na altura em que fazia transcrições com destino à Emissora Oficial de Angola, onde trabalhava], havia certas notícias que vinham dos noticiários da Emissora Nacional, que aquilo era tão propaganda, tão propaganda, que eu "esquecia-me" de as escrever (...). Então arranjava forma de, na altura da leitura dos papeis, passar duas e três páginas à frente para não ler

²⁰⁸ Adelino Gomes, em entrevista, 01/04/99.

²⁰⁹ Idem.

uma notícia que lá estava no meio (...). Normalmente “esquecia-me” das notícias que metiam o Presidente da República, o reverendo chefe do Estado», afirmou António Jorge Branco²¹⁰.

Por outro lado ainda, os profissionais, experientes na linguagem radiofónica e no relacionamento com a censura, guardavam um último trunfo na sua tentativa de driblar as restrições impostas: a exploração da sonoridade e peculiaridade da sua linguagem peculiar, imperceptível num texto escrito, para quem não estava devidamente sensibilizado. Assim, a equipa de “A Voz dos Ridículos” utilizava as conotações das palavras homófonas como um contínuo exercício que lhes permitia dizer uma mensagem, sem os fiscais, agarrados aos documentos escritos, a detectarem. Num constante exercício de fazer «esquivar palavras e intenções ao censor»²¹¹, e sem nunca falar em Salazar, em Marcelo ou em Pides, os autores dos textos optavam por histórias em que “estava o sol a dar”, “era só azar”, ou havia melancias por causa das pevides: «Nós brincávamos muito ... não falávamos nunca, nem se falava na rádio do Dr. Oliveira Salazar; falava-se que estava o sol a dar..., que era só azar..., as coisas mais incríveis que se possam imaginar!»²¹² explicou Júlio Couto, acrescentando: «O osso daquele formato levava ferradelas, se o osso tivesse outro formato se calhar não levava a ferradela. E a nossa especialidade era fazer ossos com outro formato»²¹³.

Por sua vez, os ouvintes dispunham (embora com alguma risco) de outros quadrantes nos seus receptores, através dos quais era possível escutarem mensagens diferentes. Entre as rádios mais independentes (e com larga penetração nas casas portuguesas, pelo hábito que ficou dos relatos da II Guerra Mundial) estava a BBC, que recomeçou as suas emissões em

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Júlio Couto, em entrevista, 21/07/97.

²¹² Idem.

²¹³ Idem

português no dia 28 de Abril de 1963, após seis anos de interregno, com dois períodos de 15 minutos diários, às 22h.15 e às 23h.15, transmitindo, em 1965, 45 minutos por dia, de manhã, entre as 7h.30 e as 7h45 e à noite, entre as 22h e as 22h.30. Em Angola, a sua congénere era a Rádio Brazzaville: «Muita gente estava informada, tanto quanto podia estar, em Angola, sobre o próprio percurso dos vários acontecimentos que faziam a guerra, através de um noticiário que ouvíamos, até com emoção, porque era um noticiário, em língua portuguesa, onde nós tínhamos o privilégio de, não apenas saber as notícias, como ouvir expressões que nem na rua se utilizava: a guerra colonial. Era como se fosse um refúgio para quem era do contra... estar informado»²¹⁴. Embora de uma forma mais parcial e comprometida, de nível propagandístico mesmo, os ouvintes portugueses tinham ao seu dispor, com a facilidade que representava mudar um botão, outras vozes discordantes, contando inclusivamente as notícias que a censura em Portugal havia cortado (caso da Rádio Voz da Liberdade) e histórias de um ponto de vista, praticamente oposto ao que se lhes oferecia ouvir pelas rádios instaladas em território português - eram as rádios clandestinas.

Uma vez mais, também ao nível da superação da censura, se verifica que a fuga é concretizada por emissores ímpares e acedida por um número restrito de receptores, num contexto de habitual sujeição às orientações gerais que alimentavam a auto-censura (pressupostos dos mesmos gestos que os censores fariam se tivessem ouvido as emissões), ao respeito pela tabela de discos proibidos ou à espera do resultado das decisões dos seus serviços, quanto à disponibilidade dos telex emitidos pelas agências de informação internacionais.

²¹⁴ António Jorge Branco, em entrevista, 14/07/97.

III.2. Propaganda política

Em 1961 o panorama altera-se. Estalada a guerra em Angola, o mundo radiofónico nacional agita-se. De um lado e do outro do poder político nacional, lançam-se as primeiras cartadas no âmbito das ondas hertzianas. A oposição democrática inicia a ofensiva criando duas rádios clandestinas e o regime reage aos acontecimentos, intensificando a sua propaganda para Portugal, para Ultramar, para os estrangeiros e para os portugueses emigrantes.

O controlo feito através de departamentos de escuta em vários organismos governamentais era habitual. Além da Pide e da Legião Portuguesa, que produziam relatórios pormenorizados de estações como a Rádio Conakry e a Emissora da Guiné Portuguesa, também as Forças Armadas, através do seu serviço de "intelligence" e a própria Emissora Nacional procediam exaustivamente à actividade de escuta de rádios hostis ao regime: «Nós tínhamos um serviço de escuta, um serviço próprio da Emissora, que funcionava na Cruz Quebrada, onde eram gravadas a Rádio Moscovo, a Rádio Conakry... os boletins de escuta eram distribuídos e depois era feito um comentário...»²¹⁵. Mas também as rádios clandestinas estavam com os ouvidos atentos à emissora oficial do regime: «Fazíamos escuta, fundamentalmente da EN, dos noticiários principais, que apanhávamos em OC, eram gravados e estudados para podermos fazer esse papel de estar actualis e em cima do acontecimento»²¹⁶. O país andava à escuta, espiava-se

²¹⁵Clemento Rogeiro, em entrevista, 02/03/99.

²¹⁶Severino Coelho – Rádios Clandestinas, Grândola, 31/03/99.

mutuamente através das ondas hertzianas, as forças do regime para analisarem a actividade subversiva, as forças da oposição para poderem saber as actividades do Governo. A audição da rádio permitia a vigilância política e por outro lado, a recolha de informações era um plataforma para a réplica ao "opressor", no caso das forças da oposição, ou aos "inimigos da pátria", no das forças da situação. A presidência do Conselho, tal como alguns ministérios (entre os quais o Ultramar, Interior, Defesa Nacional, Exército e Negócios Estrangeiros, consoante o interesse respectivo), era posta ao corrente do conteúdo das emissões subversivas através dos relato que a PIDE e o serviço de escuta da Legião Portuguesa efectuavam, como este relato da "crónica da semana", sobre o deputado da Guiné, comandante Teixeira da Mota: «Depois pergunta o locutor: mas que deputado?. Um deputado que devia ser escolhido pelo povo nativo. Mas não. Foi imposto à força pelo fascista Salazar e seus sequazes. Acrescentou o locutor que um deputado devia residir na sua terra; mas não, este não é nativo nem reside na terra que representa, mas vive no seu palácio em Lisboa»²¹⁷.

Voz off por excelência, acusmática, no sentido que Michel Chion lhe dá, voz sem corpo, sem a imagem de quem a emite, a rádio foi usada como autêntica máquina de propaganda, pelo regime e pela oposição, em Portugal e em África, numa autêntica guerra da informação, explorando a sua propensão para a plena resistência às diferentes barreiras (físicas). No mesmo país pelo qual entrava propaganda pró soviética, através da Rádio Moscovo, saía propaganda pró americana para os países satélites da União Soviética, através de um dos quatro retransmissores da Rádio Europa Livre, da CIA, gerida pela S.A., instalados em Glória do Ribatejo (apesar de Oliveira Salazar ter escrito não ser intenção do Governo «(...) tolerar no seu território estações

²¹⁷ Idem, p.255, 08/05/60.

pertencentes a governos estrangeiros ou a entidades internacionais»²¹⁸, por forma a evitar que se criem «(...) servidões e restrições de soberania de carácter definitivo»²¹⁹).

III.2.1. Propaganda subversiva

As emissões subversivas fizeram-se ouvir, desde o final dos anos 50 (ao nível africano) e início da década de 60 (ao nível nacional). Uma das principais pioneiras na condução de propaganda anti-portuguesa em África fora a Rádio Conakry, Emissora Oficial da República da Guiné. Instalada num país recém-independente (a Guiné) esta emissora cedia algumas horas da sua programação à transmissão de informação de carácter resistente. Os seus locutores, exilados ou emigrados, motivados pelo exemplo da independência guineense, apelavam esforçadamente à luta e revolta dos seus irmãos na Guiné-Bissau.

²¹⁸ Joaquim Vieira – Expresso Revista, s/d, p.64.

²¹⁹ Idem.

O exemplo da Rádio Conakry e da Guiné era apresentado como um dos principais estímulos à contestação: «Em todos os ramos da actividade social se vê que aqui tudo caminha bem, mas é tudo dirigido por pretos e são os pretos que mandam. Entra-se em qualquer repartição e só se vê pretos, digo, cabeças pretas. Os pretos podem perfeitamente mandar e governar as suas terras. Entra-se aqui na Rádio Emissora Nacional e não se vê um único branco. Só existem pretos, técnicos pretos e engenheiros pretos. Vocês aí, devem unir-se para correrem com os brancos, porque eles têm de sair daí, de qualquer maneira. Temos de acabar com isso»²²⁰. Aproveitando o exemplo da Guiné, explicava-se a justeza de serem os naturais a governarem a sua própria terra: «Estamos aqui bem porque temos tudo e temos liberdade. Aqui só os pretos é que mandam. Eles é que são os senhores das suas terras»²²¹. Vão no mesmo sentido as palavras ditas na emissão de Agosto: «Se aqui governam os pretos, porque é que nós não podemos governar a nossa terra? Podemos fazê-lo muito bem. O preto é que governa a sua terra da República da Guiné, e nada falta, há de tudo, e muito mais do que quando era governada pelos brancos»²²². Os incentivos à luta pela independência da Guiné-Bissau passavam igualmente pela desmistificação do alegado poderio branco: «A ideia do branco é deitarem o preto abaixo, para explorarem e chuparem, e cairmos até morrermos (...) mas isto Deus não permitirá, pois Deus fez-nos todos iguais, temos a mesma alma temos tudo igual, só temos a diferença na cor, mas isso não é nada isso é do clima (...)»²²³. A mensagem de orgulho pela luta travada era da mesma forma considerada: «Todo aquele que for preso deve ficar contente, mesmo que vos mandem para Angola, por quererem a vossa liberdade. Se eles

²²⁰ Arquivo Oliveira Salazar/CO, p.70 (02/08/59).

²²¹ Idem, p.33, (14/06/59).

²²² Idem/CO, p.70, (02/08/59).

²²³ Idem, p.13, (10/05/59).

vos apanharem, gritem na rua: "Fomos presos porque queremos a nossa liberdade"»²²⁴.

O conteúdo das emissões era sobretudo preenchido com a consciencialização da necessidade de liberdade dos naturais da Guiné-Bissau: «Vocês não sentem vergonha ao verificarem que a República da Guiné, com 70 anos de colonização, conseguiu a sua independência e vocês já com cinco séculos e tal de colonização ainda não estão independentes. É uma vergonha para vós e ainda por cima vocês andam a fazer o serviço de polícia secreta a favor dos portugueses»²²⁵. Abordava-se também o facto de os ouvintes estarem no seu país e serem obrigados a obedecer a forasteiros: «(...) devem procurar a vossa liberdade, porque não é bonito que outros estejam a dar-vos ordens dentro da vossa própria terra»²²⁶. Belarmino Gomes, o locutor, perguntava: «Porque é que o preto não pode ter liberdade? Vieram encontrar-nos na nossa terra, tomaram-nos para nos civilizar. Hoje achamos que já é altura de saírem e darem-nos a nossa liberdade. Não é preciso barulhos nem guerra. Devem sair sem mais conversa, mas continuam a abusar da nossa fraqueza porque não temos meios materiais»²²⁷. As mensagens, ditas em estilo coloquial e improvisado, continham implícitas duas perguntas: "não vêm tudo quanto vos estão a fazer?" e "Que estão à espera para se revoltarem?". Por vezes, eram salpicadas de alguma pedagogia, contendo explicação de expressões, de siglas, como PDG, Partido Democrático da Guiné. Transmitiam a necessidade de união para afastar os "tugas", o mais tardar até 1963, que os exploravam e discriminavam, a nível racial, social e laboral: «Este Liceu que criaram já deu uns 10 ou mais alunos nativos com o 5º ano, fizeram este concurso no banco eles mesmo sabem que passaram nesse concurso, mas como são africanos, pretos,

²²⁴ Idem, p.33, (14/06/59).

²²⁵ Idem, p.31, (14/06/59).

²²⁶ Idem, p.71, (02/08/59).

²²⁷ Idem, p.69, (02/08/59).

não têm direito de serem empregados no Banco, e é esse Banco que está dentro da nossa terra a explorar-nos, e são eles que mandam vir pessoas das outras terras para virem trabalhar, acham que isto está certo?»²²⁸.

A Rádio Conakry acusava o homem branco de dividir artificialmente os negros, entre civilizados e indígenas: «O Português é que dividiu, pega e entrega-te um bilhete de identidade de diz-te: tu és civilizado e aquele é gentio, e tu vás logo tratá-lo por tal, mas ele é teu irmão é como tu é preto como tu e ainda vais fazê-lo sofrer, e acham que isto é bonito? Irmãos da Guiné Portuguesa vocês precisam abrir os olhos, precisam ver o que estão fazendo, nós somos todos a mesma coisa, todos os outros são vossos irmãos, não acredites na colonização portuguesa, pois ela só nos divide, para poderem reinar mais (...)»²²⁹. Estas emissões chamavam a atenção para a verdadeira obra dos brancos, como a censura, a falta de liberdade e de educação: «Vejam que eles ali estão há cinco séculos e tal, e há quantos anos é que há liceu na Guiné? Vejam quantos homens nativos é que nós temos instruídos na Guiné»²³⁰. Eram focados os abusos: «Segundo as notícias do nosso correspondente em Bissau, os polícias vão à casa de cada um e tiram o aparelho [de rádio] e levam. Tudo isto para não ouvirem as notícias. Alguns deles tomaram os aparelhos para pagarem a prestações e a polícia agora tomalhes os aparelhos e esses coitados têm de os pagar aos comerciantes de qualquer maneira. Acham que isto pode ser? Estorvar-vos de ouvirem as notícias daquilo que se passa pelo Mundo»²³¹. Relatava injustiças: «Disse depois que muitos brancos quando chegam à Guiné vêm descalços e são os parentes que lhes levam roupas e calçado a bordo para poderem desembarcar, e que eles depois de amarrarem uma gravata ao

²²⁸ Idem, (28/06/59).

²²⁹ Idem, (07/06/59).

²³⁰ Idem, pp.33-34, (14/06/59).

²³¹ Idem, p.422, (12/07/59).

pescoço chamam-nos preto e negro. A mim chamaram-me saco de carvão... põe-te fora...»²³². Também era relatada a situação dos movimentos de libertação, na "África portuguesa"; havia um acompanhamento dos actos e discursos de Sekou Touré, presidente da Guiné, e de N`Krumah, primeiro ministro do Ghana, além das reuniões pró-independentistas da Guiné-Bissau, como a que, em comunicado, lido na emissão do dia 15 de Maio de 1960, convocava «(...) todos os militantes interessados na libertação dos territórios sob a dominação portuguesa, para uma reunião a efectuar hoje pelas 16 horas»²³³.

Até a Rádio Senegal, que também emitia em português, transmitiu em 1960 uma carta não identificada na qual se afirma desejar um regime federalista e não colonialista para a Guiné-Bissau: «O sistema de Administração deve ser racialmente substituído, conseqüentemente, temos a subida honra de pedir a V. Ex. [general Carvalho Viegas] que se digne transmitir ao Governo da República Portuguesa o nosso pedido de o sistema de integração preconizado ser substituído pela solução federalista, passando a Guiné a constituir um Estado em tudo semelhante ao Estado da República Brasileira com a mesma organização político-administrativa»²³⁴.

Nos anos 60 é a vez da criação de rádios clandestinas portuguesas em território estrangeiro. Em Março de 1962 nasce a Rádio Portugal Livre (RPL): «Fala Rádio Portugal Livre. Aqui Rádio Portugal Livre, a emissora portuguesa ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional»²³⁵. Criada e orientada pelo Partido Comunista Português (PCP), será mantida pelas suas estruturas e por funcionários clandestinos destacados para a acção radiofónica, entre os quais Aurélio Santos (director), Fernanda Silva, Margarida

²³² Idem, p.4, (22/05/60).

²³³ Idem, p.261, (15/05/60).

²³⁴ Arquivo Oliveira Salazar/CO/UL-35, pasta3, p.490, (09/03/60).

²³⁵ Idem.

Tengarrinha, Pedro Soares, Rui Perdigão e Severino Coelho. Na sua emissão inaugural dirá aos microfones: «(...) Rádio Portugal Livre vem juntar a sua voz ao duro combate das situações democráticas contra a ditadura fascista. Rádio Portugal Livre será a voz de milhares de patriotas, que nas fábricas e nos campos, nas universidades e nos grandes centros, lutam para derrubar o Governo de Salazar e conquistar a liberdade e a democracia. Rádio Portugal Livre trabalhará sem descanso para reportar a unidade das forças democráticas, que é um factor fundamental para a instauração da democracia, para a liquidação definitiva do regime fascista»²³⁶.

A RPL emitia quatro vezes por dia, em emissões de meia hora, repletas de informações recolhidas através da rede clandestina do PCP (nos campos, nas fábricas, nas escolas, nas forças armadas) em alguns casos com rubricas específicas, irregulares - como os apontamentos sobre os cuidados conspirativos, em que a rádio, dirigindo-se ao povo, o informava sobre a identificação de agentes da polícia - e regulares, destinadas aos camponeses, ao domingo à tarde, e aos militares, como "A voz das Forças Armadas", ao Sábado. Num destes apontamentos foram transmitidos, sob o título "Diário da primeira (companhia) de Comandos", excertos de registos quotidianos de um soldado, com as suas impressões de guerra, inscritas no seu diário (enviado para a RPL anonimamente) que fora interrompido e manchado de sangue nas suas últimas folhas. Noutra emissão de 3 de Julho de 1965 esta rubrica afirma haver uma facção nas forças armadas, dividida entre os altos comandos militares (apoiantes) e os soldados (descrentes no regime): «Salazar fala assim porque tem os fascistas, o exército é apenas um corpo de altos comandos fascistas. Esses sim, estão vendidos de alma e coração ao fascismo. Mas os outros, os soldados, os sargentos

²³⁶RPL - Fala Rádio Portugal Livre!. 1977.

e os [oficiais]? Sobre a posição dos soldados ninguém hoje tem dúvidas, nem mesmo os comandantes das unidades. O descontentamento com a brutalidade da disciplina fascista, contra os maus tratos e principalmente contra a guerra colonial, têm desencadeado uma série de acções que mostram como os soldados são hoje um dos sectores mais activos do movimento antifascista»²³⁷.

Não pretendendo ser uma rádio de actualidade (as outras fontes, com excepção dos telexes e de outras rádios, entre as quais a própria Emissora Nacional, eram demoradas e chegavam com algum atraso) no sentido de imediatividade na transmissão dos factos, tornava-se de facto noticiosa, uma vez que informava sobre acontecimentos ocultos e por vezes desconhecidos em Portugal. A RPL importava-se sobretudo em ser oportuna na análise e comentário sobre os acontecimentos, ocupando-se com especial dedicação às lutas populares que não apenas apoiava mas incrementava, através da transmissão de entrevistas aos dirigentes do partido, como Otávio Pato, Sérgio Vilarigues, António Gervásio, além do secretário-geral, e de apelos de incentivo à luta, às manifestações, às reivindicações: «Não pretendíamos nunca ser uma rádio de notícias, a nossa era mais de comentário, uma rádio de opinião. Tirando as notícias sobre as lutas, as outras eram mais a formação duma opinião sobre um determinado acontecimento; a este chamo-lhe o noticiário comentado, já com carácter mais orientador, para a mobilização, para a acção»²³⁸. Os exemplos de incentivo à luta podiam vir ainda de mais longe: «Há mais de 20 anos que o povo vietnamita conduziu e conduz ainda uma luta irreductível contra os agressores; 160 mil pessoas massacradas, estropiadas ou enterradas vivas; 800 mil pessoas torturadas ou presas, milhares de aldeias incendiadas, milhares de camponeses

²³⁷ Pide – Proc. n.º 1686/65, 03/07/65.

²³⁸ Aurélio Santos, em entrevista, 11/03/99.

amontoados em campos de concentração, camuflados em aldeias estratégicas. O inimigo não recuou perante nenhum acto (...), o mais selvagem para submeter o nosso povo e fazer do nosso país uma colónia de novo tipo e uma base americana. Mas fortalecido com as suas tradições de luta pela independência que datam dos tempos mais antigos, o povo sul vietnamita não recuou perante nenhum sacrifício para preservar os seus direitos legítimos à vida e à liberdade»²³⁹.

Ao mesmo tempo, a RPL tentava relatar alguns dos acontecimentos mais significativos, na perspectiva comunista, como o 50º aniversário da Revolução de Outubro, no Kremlin: «Uma onda vermelha alarga-se agora em frente do mausoléu de Lénin, são milhares de jovens soviéticos, com bandeiras vermelhas que iniciam o desfile popular. A voz do locutor que se ouve na praça vermelha anuncia ao mundo a grande festa da revolução (...). E de súbito, na imensa praça, rompe a canção dos trabalhadores de todo o mundo, a Internacional. Enquanto o desfile continua vou procurar algumas declarações para o povo português entre as pessoas que se encontram aqui na praça vermelha nesta comemoração inesquecível, do triunfo da primeira revolução proletária»²⁴⁰. A estação procurava igualmente congregar esforços no sentido de obter a solidariedade de alguns dos principais líderes internacionais, nomeadamente da "África portuguesa", como Amílcar Cabral ou Agostinho Neto, para a causa dos democratas: «Oficialmente naquela altura, estes eram os terroristas, era assim que eram classificados. O facto de eles através da rádio do PCP puderem falar directamente para o povo português para lhe dizer: "nós não somos inimigos do povo, somos inimigos dos colonialistas e dos fascistas'", isto tinha um papel extremamente importante»²⁴¹.

²³⁹RPL – Fala Rádio Portugal Livre!, 1977.

²⁴⁰RPL – Fala Rádio Portugal Livre!, 1977.

²⁴¹Aurélio Santos, Rádios clandestinas, Grândola, 31/03/99.

Com um enorme volume de informação, que atingiria as cerca de 140 páginas de A4, por semana, era não raras vezes a fonte dos jornais clandestinos do partido (com menor quantidade de informações e maior morosidade) onde eram publicadas notícias e entrevistas, como as de Álvaro Cunhal: «Metido num beco sem saída da guerra colonial, insistindo para receber uma ajuda mais directa dos parceiros da OTAN, o governo está interessado na manutenção da tensão na Europa, num reacender da guerra fria, numa política externa dos países imperialistas da Europa baseada na ideia da «ameaça soviética». Esse seria o clima ideal para que os fascistas e colonialistas portugueses, invocando como invocam que a «URSS procura cercar a Europa através da África» e que o exército colonialista português está a defender a Europa contra o comunismo, recebessem finalmente auxílio militar directo, uma maior ajuda financeira e um mais firme apoio diplomático»²⁴².

Nos mais de 12 anos que a emissora existiu, foram transmitidas cerca de 4500 emissões, num total de mais de 10 mil horas. E o tempo era escasso, preenchido com editoriais, informações e/ou notícias comentadas, e uns excertos de músicas revolucionárias, algumas delas compostas propositadamente para a estação, como o "Avante", encomendado a Luís Cília e interpretado por Luisa Basto. Completamente clandestina, a emitir sem comprimento de onda legal, a RPL tinha a sua redacção instalada em Bucareste, capital da Roménia, e as suas antenas numa província afastada, situada junto da fronteira soviética.

As suas emissões terminariam em Outubro de 1974, com o seguinte balanço: «A RPL foi «uma das mais valiosas contribuições do PCP à luta do nosso povo contra o fascismo e pela democracia. Através da RPL o país inteiro nos negros anos da noite fascista era informado de milhares de pequenas e grandes lutas dos operários, dos camponeses, dos

²⁴²RPL – Entrevista de Álvaro Cunhal, Janeiro, 1972, p.15.

estudantes, dos militares, informação que constituiu um poderoso incentivo à organização e preparação do assalto final contra o fascismo. Directamente pela sua acção, RPL deu uma contribuição de primeiro plano para grandes acções de massa, para grandes jornadas de luta antifascista, como as do primeiro de Maio. Através de RPL, pôde o povo português tomar conhecimento dos grandes acontecimentos mundiais que o fascismo lhes escondia e que assinalavam a marcha irresistível da humanidade para o progresso, a liberdade, a paz, a independência nacional e o socialismo»²⁴³.

Ouvida em Portugal, com alguma dificuldade, agravada pelas interferências provocadas pelas forças do regime, através do "jamming", numa obstrução intencional à audição, a sua audiência pouco se terá alargado para além dos membros ou simpatizantes do partido; segundo Rui Perdigão «só pessoas cheias de boa vontade terão sido (...) auditores regulares da RPL»²⁴⁴. Contudo, teve um papel fundamental no rompimento da "mordaza da censura"; era uma voz que, sem ser livre (pois estava sob a alçada da direcção do PCP) era uma expressão de pensamento discordante do tom unísono em que se vivia e, embora com algumas deficiências, ia quebrando todas as barreiras coercivas e penetrando em Portugal: «Ouvia-se mal, mas ouvia-se com atenção»²⁴⁵. Com uma capacidade de comunicar, colocar à disposição de todos a informação que era apenas pertença de um grupo, de um sector ou de uma determinada área, possuía uma capacidade mobilizadora na luta contra o regime: «Estas divulgações de uma para outra região podiam passar com muito mais celeridade e dando muito mais ânimo às lutas noutras regiões. As manifestações reivindicativas e políticas numa dada localidade passavam, assim, a ser conhecidas em todo o país, incitando às lutas

²⁴³RPL – Fala Rádio Portugal Livre!, 1977.

²⁴⁴Rui Perdigão - O PCP visto por dentro e por fora, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1988, p.58.

²⁴⁵Aurélio Santos - Rádios clandestinas, Grândola, 31/03/99.

noutras zonas»²⁴⁶. A transmissão de lutas, como manifestações ou mesmo greves, através da rádio «dava a ideia "temos força, somos muitos, não estamos sozinhos, não estamos isolados"»²⁴⁷, permitindo estar informado acerca da amplitude da acção e do protesto.

Depois do nascimento da RPL, e após a constituição da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), organização política antigovernamental, com a participação de exilados de vários quadrantes da oposição, em Dezembro de 1962, em Roma, nasce no primeiro semestre de 1963, a Rádio Voz da Liberdade (RVL). Emitindo a partir da Rádio da Argélia, país que concedia as instalações da sua rádio nacional, sem interferir, questionar ou exigir, garantindo uma liberdade de trabalho, a RVL começou por emitir duas vezes por semana, passando mais tarde a transmitir trisemanalmente, às segundas, quartas e sábados, às 23h.15, 01h.15 e 08h, em OM e OC. Orientada para a consciencialização e dinamização dos ouvintes ("Amigos, Companheiros e Camaradas"), aos quais a RVL pede para divulgarem o horário das emissões, incutirá nas suas mensagens um permanente incitamento à união do povo e à resistência, num "movimento das massas" a favor da luta pelos direitos dos trabalhadores, das famílias dos presos políticos ou dos estudantes, numa mobilização "antifascista". Nas vozes de Manuel Alegre, Stella e Fernando Piteira Santos, a RPL, acreditava fortemente na vitória do movimento popular, fé que era reforçada nos momentos mais críticos; assim, depois de Mário Soares ter sido deportado para S.Tomé, a RVL emitiu: «Mas, apoiado pela acção dos democratas do Mundo inteiro, o povo português tem força suficiente para fazer recuar a repressão política e o Governo de Salazar, para impor a libertação dos presos políticos, o fim das torturas e maus tratos policiais, a cessação das medidas arbitrárias de

²⁴⁶ Margarida Tengarrinha – Rádios clandestinas, Grândola, 31/03/99.

²⁴⁷ Aurélio Santos, em entrevista, 11/03/99.

deportação, e o regresso a Portugal do advogado Mário Soares. O que precisamos é de levantar, organizar, unir, coordenar por todo o País, um amplo movimento que faça frente à prática de medidas terroristas por parte do Governo»²⁴⁸. No dia 28 de Março de 1966, exortava: «Da Voz da Liberdade, nós chamamos todos os democratas a tomarem consciência das suas responsabilidades. A unirem-se numa autêntica frente nacional, contra a violência fascista»²⁴⁹.

Incluindo editorial e notícias cortadas pela censura, as emissões primavam por uma contextualização dos factos, explicitando o seu significado e importância, numa atitude pedagógica, reforçada pela sua clareza e sentido estético, como o excerto do relato da greve da carris, intensificado com um tom poético: «E foi contra estes 7 mil trabalhadores da nossa terra, que o Governo mandou a sua polícia. Vieram de capacete de aço e metralhadora em punho. Vieram como para a guerra. Vieram de facto para a guerra, a guerra de Salazar contra o povo. A guerra de capital estrangeiro contra os trabalhadores portugueses. Assaltaram pela força depósitos e eléctricos, e pela força expulsaram os trabalhadores que os pretendiam ocupar. Assaltaram pela força os carros eléctricos, e pela força, pretenderam obrigar os condutores a cobrar os bilhetes aos passageiros. E viu-se então Lisboa neste estranho espectáculo: Os eléctricos circularem ocupados por dois agentes da polícia, que de arma em punho, vigiavam os condutores»²⁵⁰. «(...) Bem gravada na memória de muitos portugueses pelo tom vibrante e entusiástico das suas emissões (...)»²⁵¹, a RVL que, segundo Franco Nogueira, «(...) ataca com virulência o governo de Lisboa»²⁵², disse aquando da morte de Salazar: «Que os sinos toquem a rebate! Que rebentem foguetes e morteiros por toda a parte. Que o povo saia para

²⁴⁸ Idem, p.391, 28/03/68.

²⁴⁹ Idem, p.388, 28/03/66.

²⁵⁰ Idem, p.397, 11/07/68.

²⁵¹ Rui Perdigão – O PCP visto por dentro e por fora, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1988, p.49.

as ruas e manifeste a sua alegria pelo desaparecimento do tirano!»²⁵³.

A RPL e a RVL, esta última ouvida em condições bem mais favoráveis e com acesso mais rápido às informações, captando ouvintes de uma faixa ideológica mais alargada, contribuía, assim, para a multiplicação de vozes no Portugal fechado sobre si próprio. Permitiam unir os portugueses, já não pela aproximação geográfica mas pela comunhão ideológica. Em relação aos seus efeitos, Aurélio Santos defende que a RPL, ao informar sobre as acções de luta contribuiu para o crescendo de mobilizações então ocorridas, pela maior confiança que inspirava, alargando o âmbito da resistência ao regime. Por outro lado, crê, a rádio do PCP colaborou na "educação política", favorecendo não só o banho de multidão, no dia 25 de Abril de 1974, como a determinação do povo em ir para a rua, ao contrário do que apelavam os comunicados do Movimento das Forças Armadas, e exigir algumas das liberdades há anos reivindicadas, como a livre expressão.

Quando a EN cria o apontamento "A verdade é só uma, Rádio Moscovo não fala verdade" realizado por um colaborador externo da Emissora, estaria, na verdade, a dar sobretudo resposta à RPL e à RVL, mais do à Rádio Moscovo, preenchida com notícias internacionais e algumas relacionadas com Portugal. Em 1970 Luiz da Câmara Pina, director do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, solicita ao Director Geral da Segurança informações sobre as rádios inimigas a emitir para Portugal, como as suas condições de trabalho, o seu número e localização (na Europa e em África). Destinadas «(...) a vários encontros com entidades estrangeiras, militares e diplomáticas dos países do mundo ocidental», com estas informações, cuja utilidade era sublinhada, poder-se-ia, «(...) assim demonstrar que o mundo comunista nos ataca

²⁵²Franco Nogueira – Salazar A resistência, Civilização, Porto, 1984, vol.V, p.564.

declaradamente e que muitas das nossas dificuldades provêm de uma acção subversiva de origem comunista»²⁵⁴.

²⁵³ José Freire Antunes, Nixon e Caetano promessas e abandono, 1992, p.90, citando a CIA SM 9-64.

III.2.2. Propaganda de integração

Em Portugal, especialmente após o bloqueio que a União Indiana impôs a Goa, no final de 1953, a EN desenvolveu para aquele território um esforço de propaganda, observado na apressada inauguração do Centro Emissor Ultramarino (CEU), em 1954, ano em que se registaram ainda o início do serviço em língua inglesa para a Ásia, bem como a intensificação do intercâmbio da programação de e para Goa, de que foi exemplo "A Voz de Goa - uma voz de Portugal no Oriente". De forma semelhante, o regime actuará, após a escalada do(s) conflito(s) em África, intensificando a sua propaganda de integração e desenvolvendo a contrapropaganda, nos anos 60.

A propaganda de integração existente à data do início da guerra não é negligente. Estando em execução o Plano de Radiodifusão Nacional, que ao longo de vários anos, havia contribuído para o objectivo da EN cobrir os territórios portugueses, sob administração portuguesa ou onde residam fortes núcleos de portugueses emigrantes, Portugal vinha alargando a sua voz aos vários continentes. Da programação global da emissora oficial faziam parte programas como "A Voz do Império", a cargo da Agência Geral do Ultramar, «(...) capaz de interessar todos os ouvintes, doutrinando-os e ensinando-os sem os enfadar (...)»²⁵⁵ (coordenado por Costa Garcês e apresentado por Moreira da Câmara e Raul Feio), transmitindo semanalmente, aos domingos, a "África portuguesa", na sua vida política, numa primeira parte, e no seu folclore e literatura, numa segunda; a "Hora da Saudade", de carácter

²⁵⁴PIDE – Proc. n.º 11045, p.46.

²⁵⁵"Rádio & Televisão", 21/03/59, p.13.

afectivo, transmitido para a África e América portuguesa; a "Nota do dia", que se manterá ao longo do período; o "Comentário político", programa da União Nacional, com Ramiro Valadão; emissões de entretenimento para soldados e trabalhadores. Também a "Rádio Mocidade", transmitido semanalmente na EN e produzido pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, criada no Outono de 1941 integrava este núcleo propagandístico. Incluídos nesta propaganda de integração estavam igualmente os documentos radiofónicos que o SNI fornecia aos EAL, cujo conteúdo assentava na doutrina do Estado Novo.

Por sua vez, a "Rádio Escolar" chegaria no dia 25 de Novembro de 1960 e seria para ficar durante todo o resto do período. A emissão inaugural foi constituída por «(...) um episódio dos descobrimentos em que o Infante D. Henrique instrui Gil Eanes para dobrar o Cabo Bojador e o arrojado navegador alcança a meta que lhe havia sido marcada. O segundo dos programas de cada semana é essencialmente de formação musical, com vista a ensinar aos ouvintes trovas do cancionero nacional e a corrigir nessa aprendizagem erros de dicção»²⁵⁶. Oficialmente inaugurada com o apoio de 200 professores que cederam os seus receptores particulares, a rádio escolar transmitia história e música nacionais, à terça e quinta feira, ambas com retransmissão, para um auditório estimado em 10 mil crianças, com a colaboração da direcção-geral do Ensino Primário do Ministério da Educação. Em conformidade, o relatório apresentado pelo Conselho de Programas da EN concluía que «o gosto [das crianças a partir dos 7 ou 8 anos] pelos episódios históricos, de sabor heróico (...) satisfazem-lhe a sua admiração pelos feitos de bravura, o seu apreço pela força e pela coragem, ao mesmo tempo que permitem desenvolver-lhe a noção dos seus deveres para com Deus, a Pátria e a Família, iniciá-lo no culto da Honra e

²⁵⁶«Rádio Moçambique», Abril, 1961, p.22.

formar-lhe um carácter viril. Do mesmo passo, integra-a na história pátria»²⁵⁷.

Multifacetada, a propaganda de integração, passava igualmente pela forma informativa, cuja linguagem não verbal era susceptível de constituir uma das formas de distorção: «(...) mas na Rádio é possível transmitir informações falsas, ou julgadas verdadeiras, mas com verdade aparente: isto é, na ordem de transmissão das notícias, na sua integração, sequência, na entoação, com que o locutor lê, nas pausas, nos silêncios que a antecedem ou sucedem, na sua repetição, etc.»²⁵⁸. Beckert D'Assunção continua: «O mesmo acontece com uma palestra, um trecho dialogado... na insistência de palavras-força e, por último, a opinião procurada (...). Transmitir mentiras não é tão perigoso como desvirtuar verdades conhecendo as motivações das massas, criando-lhes um clima de recepção para a conseqüente opinião»²⁵⁹. Esta forma de comunicação persuasiva desenvolvia-se ao nível da emissão: «Mas entendia-se, e bem, que guerras deste tipo se ganham fundamentalmente numa terceira frente, a do desenvolvimento social, com profundas transformações que levam ao aumento do bem estar das populações. E esse aspecto era igualmente focado nas reportagens dos locutores da Emissora Nacional»²⁶⁰.

Mas se o agravamento da situação interna e externa levava à movimentação das hostes oposicionistas, na procura de meios mais eficazes na transmissão de uma mensagem antiregime, também este acelerou o processo de desenvolvimento da sua propaganda de integração já iniciado. Assim, em 1961 é renovada a "Mocidade Portuguesa", programa transmitido semanalmente na EN: «Longe está o tempo em que o programa era todo preenchido com uma palestra sobre tema

²⁵⁷ "Rádio & Televisão", 14/03/59, p.10

²⁵⁸ Beckert D'Assunção – Para uma axiologia da rádio, SEIT, Lisboa, 1970, p.40.

²⁵⁹ Idem, ibidem.

²⁶⁰ RDP – 60 anos de rádio em Portugal, Editora Veja, Lisboa, p.171.

variável (...). Assim, a fase em curso compreende normalmente uma nota sobre os ideais da Organização; um episódio radiofónico, narrando um facto histórico ou apresentando a biografia de uma personagem de relevo; uma dramatização de um incidente havido num acampamento ou em outra actividade de rapazes; um serviço noticioso sobre o sucedido a dentro da Organização; finalmente, um comentário sobre qualquer facto relacionado com os anteriores ou pertinente aos motivos que levaram a criar a Organização e a manter-lhe as suas características»²⁶¹.

Aos poucos, a rádio passa a ser encarada como uma excelente arma psicológica, na luta pela conquista do apoio das populações ou, pelo menos, evitando a sua adesão aos valores nacionalistas. Intensifica-se o investimento nas "emissões nativas": «Nas emissões locais começaram a realizar-se programas de acordo com a formação intelectual das populações africanas, utilizando uma linguagem directa, de terminologia simples, procurando neutralizar os efeitos pretendidos pelas rádios contrárias (...)»²⁶²; era a organização de programas em dialectos africanos que «(...) reconhecia a necessidade de espalhar a propaganda através de uma língua que os africanos compreendessem»²⁶³. Eugénio Ferreira de Almeida considerou a rádio o meio «óptimo à concretização da sua estratégia, um meio (...) cuja versatilidade lhe confere papel de relevo na tarefa de suggestionar e orientar as populações nos campos educacional e cívico»; foi ele o autor da ideia de expansão do serviço dedicado aos moçambicanos. Criado desde 1958, o programa "Hora Nativa", transmitido em dialectos africanos, destinado a neutralizar a propaganda nacionalista africana, será em 1962, substituído pela "Voz de Moçambique", então órgão de radiodifusão oficial naquele território, também transmitida na sede do Rádio Clube de

²⁶¹"Rádio Moçambique", Julho, 1962, p.17.

²⁶²Eduardo de Sousa Ferreira, O fim de uma era: o colonialismo português em África, p.171.

Moçambique e nos seus três emissores (Quelimane, Nampula e Porto Amélia), mas agora diariamente e em nove dialectos, os mais falados. As suas emissões iniciavam-se do modo seguinte: «Aqui, Portugal Moçambique! Fala-vos a Voz de Moçambique a transmitir nas bandas dos 60 e 90 metros onda curta, e em 245 metros, onda média. O locutor ..., ao iniciar o seu trabalho de hoje, cumprimenta os seus estimados ouvintes, desejando-lhes uma boa audição para o programa que vai apresentar»²⁶⁴.

A produção, agora mais complexa, era confiada pelo Governo da Província à terceira Divisão dos Serviços de Acção PsicoSocial, a Divisão de Acção Educativa e Cultural, que preparava e elaborava as emissões, com locutores africanos, apresentando rubricas "educativas", como "Os nossos campos e os nossos animais" ou "Português minha língua". Os ouvintes escutavam a diferença e agradeciam, numa "chuva de cartas"; em 1963, só dos dialectos ronga e changana, chegavam ao programa, durante um mês, uma média de 1700 cartas, como a que escreveu o ouvinte Eário Matos Muchelze, na qual dizia: «Na nossa casa já sabemos fazer bolos, e esperamos que nos ensinem outras coisas»²⁶⁵. Em 1972, quando já transmitia perto de 16 mil horas de programação, os locutores exprimiam-se em onze dialectos (Xichangana, Xirronga, Xixhuabo, Emacua, Emacua do Medo, Xinianja, Kiswaili, Kiay (Ajaua), Kimaconde, Xissena e Xihungue). Para os autores do programa, esta era uma forma eficaz de afastar o perigo da audição de outras rádios, com mensagens a favor da sua liberdade: «Ela está em todas as casas. Ensina e orienta em massa, todos os dias, em toda a parte, saltando fronteiras, fazendo progredir, interessando, ensinando, fazendo-se amar, conquistando corações, como é próprio deste povo amorável e compreensivo

²⁶³Idem, p.199.

²⁶⁴«Rádio Moçambique», Setembro, 1963, p.22.

²⁶⁵«Rádio Moçambique», Julho, 1963, p.6.

que é o povo Português. E, enquanto os ouvintes da VM tiverem oportunidade de escutar esta Voz, não escutarão outras...»²⁶⁶.

De acordo com os responsáveis pela "Voz de Moçambique", para que esta fosse bem sucedida nos seu propósitos, havia que evitar emissões demasiado formais, intelectuais e sentenciosas: «(...) o remédio é ir educando e distraindo ao mesmo tempo (...)»²⁶⁷. Uma ideia também defendida por João Carlos Beckert D'Assunção, chefe da divisão de programação da EN, em 1972: «A EN tem como finalidade imediata a informação, como finalidade permanente a cultura e como elo destas duas o recreio. Este deve aliciar o ouvinte, ser a moldura onde cabem a informação e a cultura»²⁶⁸. O mesmo autor assinalava os interesses opostos dos interlocutores: «O ouvinte e a EN constituem como que duas posições antagónicas, pois enquanto o ouvinte procura algo que o distraia a E.N. procura dar-lhe informação e cultura»²⁶⁹. Eduardo Rebelo, para quem a rádio cumpria três funções principais, ao desempenhar o seu papel informativo, social e político, esclarece que «(...) a formação da opinião pública, quando visa aspectos negativos, chamar-se-á "propaganda". Caso contrário utilizar-se-á o termo "educação"»²⁷⁰.

Verdadeira animadora sociocultural, a EN divergia os seus ouvintes "da canseira das preocupações diárias"²⁷¹, usando a diversão como trampolim para lhes fornecer a formação e informação que pretendia. Entreter foi também o objectivo das emissões dedicadas de carácter militar: «Distrair durante cerca de uma hora os soldados, marinheiros e aviadores, que em serviço de soberania se encontram na nossa Província, não é tarefa fácil. Ao longo destes quatro anos [desde o dia sete de Março de 1963], o «Jornal das

²⁶⁶«Rádio Moçambique», Março, 1964, p.5.

²⁶⁷«Rádio Moçambique», Março, 1963, p.4.

²⁶⁸Beckert D'Assunção – Teoria da Informação I, 1971/72, pp.137.

²⁶⁹Idem, ibidem.

²⁷⁰Eduardo Rebelo - "Informação—III Alguns aspectos de comunicação de massa—a Rádio" cit. In "Rádio Moçambique", Dezembro, 1968, p.55

Forças Armadas» tem divulgado dezenas de biografias de Heróis Nacionais, verídicos acontecimentos da gesta, que Portugal está a escrever nesta luta sem quartel, contra o terrorismo, nas suas Províncias Ultramarinas, poemas inéditos escritos pelos militares no intervalo entre dois combates, cartas repassadas de ternura e patriotismo e todo um caudal de correspondência que diariamente chega à nossa estação (...)»²⁷². Também para entreter e elevar a força moral dos soldados portugueses, foram enviadas, a pedido do Exército português, algumas retransmissões dos Parodiantes de Lisboa para território africano; durante «(...) a guerra colonial, mandávamos para as Forças Armadas Portuguesas um programa de uma hora para entretenimento das tropas. Portanto, [para] Angola, Moçambique, Huambo ... todas aquelas principais cidades de Angola onde estavam estacionados os nossos soldados»²⁷³.

²⁷¹Castanheira e D`Assunção - Estudo da Divisão de Emissores da ENR, 16/05/72, p.31.

²⁷²“Rádio Moçambique”, Julho, 1967, p.8.

III.2.3. Contrapropaganda

Para realizar a contrapropaganda o Governo dispunha de alguns trunfos. O CEU de S. Gabriel detinha em 1960 cinco emissores de Onda Curta (OC), três de 100kw, um de 50kw e outro de 10kw, emitindo «(...) para Portugal Ultramarino a voz de Portugal Metropolitano»²⁷⁴, como referia Jaime Ferreira (em 1960, quando ali recebeu os representantes da rádio angolana). Dali eram transmitidas emissões, desde 1958, para os EUA (costas do Atlântico e do Pacífico), Canadá, Timor, Macau, União Indiana, Paquistão, Golfo Pérsico (em inglês e concani), Índia portuguesa, Quênia, Tanganica, Uganda, Zanzibar, União Sul-Africana, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Frota bacalhoeira, Guiné, Cabo Verde e Brasil. Assim, aparece após o deflagrar da guerra em Angola "A Voz do Ocidente", programa transmitido até à década de 70, ao longo de duas horas diárias cujo objectivo era atingir os países estrangeiros. O programa, que incluía editoriais e revista de imprensa, em francês e inglês, efectuava «(...) a defesa diária dos grandes valores ocidentais e da necessidade da sua

²⁷³Rui de Andrade, em entrevista, 22/01/99.

²⁷⁴"Rádio & Televisão", 16/04/60, p.3.

afirmação no Mundo, e encontra ouvintes um pouco por toda a Europa Ocidental»²⁷⁵; com ele colaborou Ploncard D'Assac (discípulo de Drumont e de Murras, exilado em Portugal desde 1944). As limitações técnicas da rede de OC bem como as interferências na audição, foram ultrapassadas pela instalação do intercâmbio (secção, em 1966, e serviço, em 1969), dividido entre a secção de coordenação e a de transcrição e distribuição, através do qual os programas começaram a ser gravados e enviados para as 29 estações de rádio das colónias.

Em 1961, foi inaugurado o novo serviço de notícias da "Sala de Ultramar"; os novos noticiários, emitidos para Angola, Moçambique, S.Tomé, Macau, Timor, Índia, Guiné, Cabo Verde, frota bacalhoeira, EUA e Canadá, e preenchidos com informação do país, do estrangeiro e do desporto, totalizavam cinco horas diárias, distribuídas por dez edições, cada uma com cerca de meia hora, sob a organização de Domingos de Mascarenhas e Amândio César e com três equipas de locutores, dactilógrafos e redactores, que «"fabricavam" horas seguidas de informação, as mais das vezes obsoleta, sem o mínimo de condições de redacção áudio, na sua maioria alienantes e com uma componente futebolística máxima no pressuposto de que toneladas deste tipo de matéria iria massificar as Massas, satisfazê-las e mantê-las calmas e aderentes»²⁷⁶. No mesmo ano, foi constituída a Comissão Coordenadora do Plano de Radiodifusão de Angola, através da portaria n.º 18357 de 27 de Março de 1961 com o objectivo de coordenar e amplificar os serviços informativos, através da utilização das infra-estruturas das estações particulares. De acordo com o projecto, foram adquiridos 12 emissores de 1 KW de OM, «(...) cedidos aos Rádio-Clubes, com a obrigação de reservarem uma ou duas horas diárias para retransmissão de programas

²⁷⁵Franco Nogueira – Salazar O último combate, Civilização, Porto, p.244.

²⁷⁶Olga Cruz – Rádio Anos 60, Universidade Nova, Policopiado, Lisboa, 1986, p.12.

oficiais(...)»²⁷⁷ e quatro de 10 KW, instalados no Centro Emissor de Mulenvos, inaugurado, em 1964, pelo Chefe do Estado. Apesar da cobertura radiofónica não ter começado antes de 1963, no final de 1970, o território angolano detinha mais 23 emissores e cerca de 1800 horas de emissão que em 1960; Angola, onde em 1966 importava estudar (para além da estruturação da EOA e da sua coordenação com as rádios particulares) «(...) a montagem de um sistema adequado de interferência às emissões inimigas, a organização em moldes eficientes da contra-propaganda, tanto no interior como além fronteiras, etc.»²⁷⁸. Começava a guerra da informação nos territórios africanos, onde o Governo restringiu o acesso aos receptores de OC, que transmitiam as emissões subversivas estrangeiras e dos movimentos de libertação, através da taxaço de um imposto mínimo dez vezes superior ao estabelecido para os radioreceptores de OM. A luta torna-se mais intensa quando o conflito armado se impõe: «(...) depois do início das lutas armadas, o governo colonial português compreendeu o valor da rádio para fins de propaganda e como contrapeso para as emissões dos movimentos de libertação»²⁷⁹, uma "guerra informativa", na qual se envolveram «(...) de forma notável as estações oficiais e os radioclubes de Angola e mais tarde de Moçambique e da Guiné quando a guerra se estendeu a esses territórios»²⁸⁰.

O regime investe na contrapropaganda, justificada, doravante, como arma de guerra (psicológica) de legítima defesa: «E nós temos que acompanhar esta rádio, temos que modificar conceitos e preconceitos, temos que empunhar armas para refutar e ferir, para proclamar a nossa verdade, defender os nossos princípios e anular as investidas traiçoeriras e as arremetidas perversas de que somos vítimas

²⁷⁷ Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC-26. Radiodifusão para o Império Português. 1966, pasta2, p.6.

²⁷⁸ Idem, p.14

²⁷⁹ Eduardo de Sousa Ferreira – O fim de uma era: o colonialismo português em África, 1977, p.187.

(...). A nossa rádio tem que se adaptar a esta nova missão para que a citam, entrar decisivamente na luta com todo o peso das suas razões e das suas verdades, rebatendo e impedindo o avanço perverso dos inimigos que nos rondam e que devassando as nossas fronteiras sem que possamos impedi-lo, procuram desagregar-nos e sumir-nos no bolor inodoro da história que hoje se escreve vertiginosamente (...)»²⁸¹. Vão no mesmo sentido as palavras de Costa Garcez: «Também à radiodifusão portuguesa cabe, na hora que passa, a obrigação de levar a efeito, em relação às emissoras estrangeiras que nos atacam com ferozes emissões de propaganda, uma ofensiva de contra-propaganda, que é indispensável e que tem de ser eficaz, pronta e válida, sob todos os aspectos (...). Impõe-se, portanto, estudar cada vez com mais validade, a nossa defesa contra os ataques vindos do exterior, o que, aliás, se está a fazer já, de forma a, se não destruir, pelo menos, a desmascarar os embustes dos nossos inimigos»²⁸².

A necessidade de contrapropaganda fazia-se sentir e era cada vez mais abordada pelos mais altos responsáveis da emissora oficial, como Jaime Ferreira (durante a cerimónia da sua própria tomada de posse): «A radiodifusão, pelos favores da sua instantaneidade, da sua permeabilidade, do forte impressionismo que exerce, constitui hoje em dia - porque não dizê-lo? - uma poderosa arma de infiltração e propaganda política, especialmente propícia à fácil aglutinação da opinião geral. E para constatar que assim é bastará atentar na frequência com que ela é utilizada para ataques à vida e à política dos países e veículos de paixões desenfreadas que se desenvolvem no espaço e por cima das fronteiras. Se é arma que serve para ataque muitas vezes tão desleal, é a própria legítima defesa que aconselha que ela seja utilizada como

²⁸⁰ENR - 60 anos de rádio em Portugal 1925-1985, 1986, p.170.

²⁸¹Elísio de Azevedo - "O Rádio Clube de Moçambique", "Notícias", 17/03/61 cit. in "Rádio Moçambique", Abril 1961, p.20.

resposta»²⁸³. Também Manuel Bivar louvou, na cerimónia de tomada de posse de Sollari Allegro, a utilização da rádio como arma psicológica de contrapropaganda: «Numa situação de guerra subversiva em África, cuja arma mais virulenta é, sem dúvida, a guerra psicológica, que de vários sectores nos é movida, nós sabemos que temos de reagir sem perda de tempo e com a máxima eficácia. E no campo psicológico nenhuma arma é mais apropriada tanto para a ofensiva como para a defensiva do que a Radiodifusão. Para isso, precisamos mais do que nunca de MOBILIDADE E INICIATIVA»²⁸⁴.

Em relatório destinado ao presidente do Conselho, Sollari Allegro definia a situação da "cobertura radiofónica do ultramar", como «(...) manifestamente deficiente, não só quanto à cobertura radiofónica a cargo das Províncias Ultramarinas, como também sob o ponto de vista da contra-propaganda e da interferência às emissões do inimigo»²⁸⁵. No mesmo documento, o presidente da EN defenderá a necessidade urgente de disponibilizar verbas para dotar a Guiné de um centro emissor e respectivo material técnico (emissores e antenas), cujo plano para sua instalação estava elaborado: «(...) ficou mesmo esquematizado o programa das emissões de contra-propaganda, a realizar em português, em francês e nas principais línguas nativas de dentro e de fora da fronteira, indicando-se as várias matérias a focar, o tempo de duração dessas emissões, a sua frequência»²⁸⁶. Nesta "informação para sua excelência o presidente do Conselho, sobre a cobertura radiofónica do Ultramar", Sollari Allegro introduzirá a pergunta-chave: «(...) se não seria de encarar a hipótese de abreviar a solução do problema pela utilização de outras verbas, atendendo a que, na guerra psicológica e subversiva

²⁸² Costa Garcez – "Problemática da Radiodifusão Portuguesa", "Diário Popular" cit. in "Rádio Moçambique", Maio, 1963, p.20.

²⁸³ "Rádio & Televisão", 05/12/59, p.4.

²⁸⁴ "Rádio & Televisão", 31/10/64, pp.5-6.

²⁸⁵ Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC-81B, pasta21, p.1.

²⁸⁶ Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC-26, p.12.

que nos é movida, talvez seja mais vantajoso ter menos um avião de combate mas possuir uma boa cobertura radiofónica, a trabalhar de acordo com a acção das forças armadas»²⁸⁷.

A contrapropaganda recrudescerá. Chegados a 1963, a EN conjugava na sua programação doméstica emissões como as crónicas de Angola; a "Voz do Ocidente"; "A verdade é só uma (Rádio Moscovo não fala verdade)", programa diário de 15 minutos, de resposta às rádios clandestinas. A estas emissões junta-se a programação ultramarina: "A voz de Portugal", de monsenhor Moreira das Neves; "A verdade está com os portugueses em África"; os comentários seguidos à informação da qual fazia parte a retransmissão do "Jornal Sonoro"; a "Ronda desportiva", da responsabilidade de Artur Agostinho, o programa de discos pedidos "Que quer ouvir", além das emissões preenchidas com fados e guitarradas. Sobretudo em Moçambique, a estratégia de implementação de emissores regionais será dinamizada nos anos 70. Além dos Emissores Regionais existentes antes de 1961 (o do Norte, em Nampula, que existia desde 1953, o da Zambézia, em Quelimane, inaugurado em 1958, e o de Cabo Delgado, em Porto Amélia, fundado em 1960) foram criados, em 1972, o de Tete e o de Niassa, em Vila Cabral, tendo sido inaugurado o de Inhambane, em 1973. Através do Rádio Clube de Moçambique, eram transmitidos, em 1963, programas como "Terras de Portugal", "Programa da Mocidade Portuguesa", Programa de Intercâmbio da EN, matinés teatrais ou crónicas internacionais. E assim, a contrapropaganda ia-se apurando: «A preocupação da Emissora Nacional tem sido, portanto tripla: melhorar as condições de audição, nas Províncias Ultramarinas, dos seus programas de ondas curtas; elaborar esses programas de forma a dar aos radiouvintes ultramarinos uma programação apropriada, com relevo especial para os serviços de noticiários e reportagens; abastecer as emissoras locais pelo envio

²⁸⁷ Idem, p.13.

constante de bobines de música, peças teatrais e outros programas de interesse cultural e político, em gravações de boa qualidade»²⁸⁸.

Entretanto, já se havia oposto às emissões da Rádio Conakry, a Emissora da Guiné Portuguesa: «Vós, régulos, não receeis nada. Ninguém vos espancará. Ninguém vos esmagará. Em território português só reina paz e o respeito. O nosso Governador é bom (...). VIVA PORTUGAL! VIVA O NOSSO GOVERNADOR. VIVA A GUINÉ PORTUGUESA!»²⁸⁹. Uma ideia reforçada, em 1960, quando Chernô, da mesquita de Cambor, depois de aconselhar toda a população muçulmana «(...) a seguir os caminhos rectos de Deus e a acatar e respeitar as autoridades portuguesas a dedicarem-se ao trabalho, a viverem em boa harmonia uns com os outros»²⁹⁰, convida «todos os filhos da Guiné a manifestarem uma voce a Sua Excelência o Governador a sua gratidão pelo carinho e assistência que tem dispensado à população da Província, sobretudo pelos melhoramentos (...)»²⁹¹. Esta emissora portuguesa era preenchida por informações oficiais, visitas de Estado, efemérides políticas, e recepções: «O Senhor Governador inaugurou uma residência para o Delegado de Saúde e uma enfermaria em Farim. Depois foi a OLOSSATO inaugurar um celeiro de cem toneladas de sementes de mancarra. Depois foi a CUNTIMA inaugurar outro celeiro de cem toneladas. Depois foi a BINTAM inaugurar um celeiro de 50 toneladas. Depois seguiu para BEGENE onde inaugurou um celeiro de cem toneladas e outro de 50 toneladas»²⁹². A estação incentivava o trabalho (agrícola): «O Senhor Governador volta a recomendar a todos os indígenas para lavrarem muito na próxima campanha agrícola (...). É preciso que a população da Província tenha comida em abundância e fartura, pois que só assim poderá haver alegria, paz e

²⁸⁸ Idem, pp.2-3.

²⁸⁹ Idem, p.7, (02/08/59).

²⁹⁰ Idem, (03/01/60).

²⁹¹ Idem.

sossego na terra»²⁹³. As emissões portuguesas também valorizavam a paz e apelavam à ordem: «[Preocupem-se] com o seu trabalho e não pensem em coisas que os seus conhecimentos e a sua aptidão não podem alcançar; Rezem e peçam a Deus a Paz do Mundo que se acha hoje ameaçada e não contribuam para a sua desgraça (...). Terminadas as perguntas, o simpático Cherno pede a todos os seus colegas que sigam à risca os preceitos do Corão e aconselhem os povos a abdicar de qualquer ideia subversiva»²⁹⁴, dizia a mensagem.

Uma das suas principais características era o combate próximo às ideias transmitidas pela Rádio Conakry e o desempenho da estação: «Muitos não têm compreendido esse sentimento [de se sentirem portugueses], e procuram dividir os filhos da Guiné Portuguesa, criando inimizades entre eles, ódio entre as suas diversas raças a fim de estabelecer a desordem, espalhando mentiras e instigando a nossa pacífica gente que vive e trabalha em paz, a revoltar-se contra as autoridades e contra o Governo. Ainda bem, filhos da Guiné, que não dais ouvidos aos maus conselhos que vos assopram de fora!»²⁹⁵. De acordo com esta perspectiva não havia divisão: «Dizem que os portugueses vieram aqui para nos dividir. Mas, dividir quem, se não há divisão entre nós? Antes de os portugueses aqui chegarem é que nós estávamos divididos. Noutros pontos da África, as tribos não se entendem umas com as outras. Aqui na GUINÉ PORTUGUESA há milhentas tribos e todos se entendem umas com as outras, não há guerra entre elas, todos vivem e trabalham em paz»²⁹⁶. Alguns dias depois, a mesma questão é justificada: «(...) Quando falamos em indígenas e civilizados queremos dizer apenas que há uns que sabem mais e outros que sabem menos. Não queremos fazer distinção de raça ou de cor, porque todos são Portugueses. O

²⁹² Arquivo Oliveira Salazar/CO, 07/06/59.

²⁹³ Idem, p.3, (10/01/60).

²⁹⁴ Idem, (07/06/59).

²⁹⁵ Idem, p.8, (18/10/59).

Governo o que quer é fazer Portugueses. Um Fula, um Mandinga, um Balanta português tem que aprender a viver como Português (...)²⁹⁷. No entender da Emissora da Guiné Portuguesa, prevalecia a união entre os naturais da Guiné-Bissau: «Na lei dos brancos, tanto os pretos como os brancos são portugueses, são a mesma coisa, preto ou branco aquele que se distinguir pela sua inteligência e pela sua cultura pode chegar a chefe de posto, administrador, e até a governador. Honório Barreto foi governador da Guiné»²⁹⁸. Assim, naquela terra, a paz era uma realidade: «Dizem essas Emissoras estrangeiras que nós temos política racial. Onde é que está a nossa política racial se nós todos, brancos, pretos, mestiços vivemos irmamente, sem zaragatas, nem discussões, trabalhamos em paz, ajudamo-nos uns aos outros, cada um é dono do que lhe pertence»²⁹⁹. Sem lutas tribais e sem exploração, ali vivia-se... sob protecção: «Portugal guiado sempre pela Cruz de Cristo nunca tiranizou, nem tiraniza e não pode admitir a tirania sob nenhum aspecto. Tem, sim, educado, disciplinado, civilizado e protegido povos em toda a latitude da palavra protecção»³⁰⁰. O português era um ser amável e benigno: «(...) O português é bom, o português é amigo, o português é justo, o português respeita o seu semelhante, seja branco ou preto (...). É que nós, os portugueses somos muito diferentes na maneira de tratar com os nossos irmãos africanos. Nós procuramos amigos e não inimigos. Nós procuramos ajudar e não explorar»³⁰¹. Quem afirmava o contrário, é porque era um traidor ou, no mínimo, um invejoso: «E a Emissora da Guiné sabe que algumas Emissoras estrangeiras falam mal de nós portugueses, dizem coisas que não são verdadeiras a nosso respeito. A Emissora sabe que há alguns maus portugueses,

²⁹⁶ Idem, p.295, (14/06/59).

²⁹⁷ Idem, (26/06/59).

²⁹⁸ Idem, (07/06/59).

²⁹⁹ Idem, p.295, 14/06/59.

³⁰⁰ Idem, p.4, (02/08/59).

³⁰¹ Idem, (12/07/59).

alguns filhos da nossa Guiné que estão no estrangeiro e que são pagos para dizerem mal da sua própria terra. Este procedimento é uma traição. Mas porque é que dizem mal de nós se nós nunca fizemos mal a ninguém? É só por inveja»³⁰².

Estes programas deixavam entretanto no ar uma certeza, a de que o português estava disposto a defender aquilo que lhe pertencia: «Nós não queremos a desordem, não queremos a guerra, não queremos aquilo que não é nosso. Mas não consentimos que venham tomar aquilo que é nosso (...). Temos as nossas tropas, as nossas armas, mas, é para nos defendermos se os de fora vierem atacar-nos para tomarem o que é nosso»³⁰³. Augusto de Barros, numa emissão em 1959, argumentava: «O povo da Guiné é na verdade preto, mas a sua alma é branca (...). Será quase impossível (...) transpor-se o baluarte da civilização lusa, consubstanciada por cinco vigorosos séculos de ocupação»³⁰⁴. A nacionalidade era um dos temas mais insistentes na emissora portuguesa: «A União faz a força e o trabalho cria riqueza. Se todos nos unirmos e cumprirmos o nosso dever, a Guiné Portuguesa será cada vez mais rica e farta, os nossos filhos viverão em paz e serão fortes e saudáveis e Portugal será uma Nação próspera e feliz. Não esqueçamos: Portugal é a nossa Pátria, a Guiné a nossa terra. Nós somos e continuaremos a ser sempre portugueses!»³⁰⁵.

Além da defesa, a Emissora da Guiné Portuguesa lança-se no contra-ataque; entre as várias acusações, divulga a de que a fome existe, mas na Guiné: «É de estranhar (...) o arrojo inaudito que ["algumas nações recém-nascidas"] têm em dar publicidade pela rádio ao facto da sua descabida pretensão de proteger o humilde e laborioso povo da Guiné Portuguesa que lhes tem servido (...) de fonte inesgotável (...) para lhes matar

³⁰²Idem, p.294, (14/06/59).

³⁰³Idem, ibidem.

³⁰⁴Idem, p.4, (02/08/59).

³⁰⁵Idem, (07/06/59).

a fome (...). Todavia apregoam-se farturas pela rádio [sobre a Guiné], mas essas farturas com que determinado locutor "ad hoc" para não dizer inconsciente ou traidor vem engodando a nossa gente, parece que não são de extensibilidade geral. Milhares de desgraçados têm vindo a esta bendita terra onde a soberania portuguesa desde há 500 anos se vem exercendo de forma disciplinada, suave e ininterruptamente, à procura do pão de cada dia»³⁰⁶. Fazem parte da lista de acusações, as afirmações de que se ouvem falsidades vindas do exterior: «A Guiné Portuguesa é uma terra de trabalho, terra farta (...). Todas essas palavras que de território estrangeiro se ouvem pela rádio, são mentiras, puras mentiras»³⁰⁷.

A total divergência de pontos de vista entre os vários temas são habituais; também a Rádio Conakry acusava a emissora portuguesa de não dizer a verdade: «Toda a mentira que os Portugueses contam dizendo que aqui tomou a sua independência e que sofre as consequências dela, e que nada há, não deveis acreditar nela. Tudo é mentira»³⁰⁸ e explica o seu ponto de vista: «Portugal na sua política ultramarina nunca procurou, nem pensou mesmo eliminar ou "segregar" os nativos, mas sim fazer deles portugueses à sua imagem e semelhança (...). [A finalidade da colonização era] a natural civilização ou aproximação do "preto" ao "branco"»³⁰⁹. Entre as diversas acusações mutuamente partilhadas entre as duas rádios, mas em sentidos profundamente opostos, está a escravatura: «O português acabou com tudo isso, respeitou os nossos usos e costumes e, principalmente a nossa religião, aboliu a escravatura, acabou com a servidão, isto é, com os forros e cativos, criando apenas portugueses, homens irmãos uns dos outros, vivendo lado a lado, ajudando-se mutuamente e

³⁰⁶ Idem, pp.3-4, (02/08/59).

³⁰⁷ Idem, p.7, (02/08/59).

³⁰⁸ Idem, p.4, (02/08/59).

³⁰⁹ Idem, p.2, (18/10/59).

trabalhando para o bem comum»³¹⁰. Esta emissão terminaria com uma agradecimento ao Governo por «(...) todas as protecções dispensadas ao povo da Guiné, desejando prosperidades a todos os Membros do Governo da Gloriosa Nação Portuguesa»³¹¹. Uma semana depois, sobre o mesmo assunto, a Rádio Conakry transmitia um relatório de Henrique Galvão: «Hoje já não há escravatura, mas o negro é alugado pelo Estado e o patrão já não se interessa em tratá-lo bem, porque se ele morrer ou ficar atrofiado será substituído por outro»³¹².

A Guiné-Bissau será o caso mais paradigmático da intensiva utilização da rádio como arma de propaganda, quer através dos nacionalistas quer dos portugueses. Na Guiné Bissau, «é normal ver-se, algures numa tabanca situada nas regiões libertadas da Guiné-Bissau, um grupo de militantes e combatentes do PAIGC a escutar atentamente um rádio (...). Rádio Bissau poucas vezes é ouvida, pois os patriotas não suportam as injeções de propaganda colonialista. E quando a escutam é sobretudo porque os colonialistas difundem muita musica (musica cubana, imagine-se!) entremeando aqui e ali, notícias sobre a tão apregoada «Guiné-melhor» do demagogo e criminosos general Spínola. Notícias que por mentirosas, despropositadas ou ridículas, nas poucas vezes que são escutadas, são geralmente motivo de chacota e riso para os patriotas. Mas o que os militantes do PAIGC realmente escutam é a sua rádio («Rádio Libertação») assim como os programas difundidos pelo PAIGC na emissora «A voz da Revolução», da vizinha República da Guiné»³¹³.

O PAIGC havia distribuído centenas de transístores entre os seus militantes e combatentes; alguns, que falavam o francês, traduziam para os seus companheiros as emissões de países africanos em língua francesa. Pelo lado português,

³¹⁰ Idem, ibidem.

³¹¹ Idem, ibidem.

³¹² Idem, p.159 (25/10/59).

³¹³ RPL – Um comunista na Guiné-Libertada, p.13.

além da integração do Emissor Oficial da Guiné na EN e dos serviços de Acção PsicoSocial ali desenvolvidos, Portugal também distribuiu transístores entre a população: «O general Spínola até distribui rádios por aquela gente toda, para ouvirem programas; era enviado para lá o programa e depois era radiodifundido lá, porque directamente eles não tinham capacidade de captar, portanto eram retransmitidos; para além disso havia o envio de discos e coisas várias que se mandavam para lá, por exemplo funcionários»³¹⁴.

Era uma luta "taco a taco" pela conquista da adesão aos seus princípios de um grupo social o mais amplo possível. De um lado, o regime, tentando defender a opinião pública, do outro, a oposição, que a procurava enfraquecer, como reconhecia Marcelo Caetano: «(...) propaganda capciosa que, primeiro, abale os espíritos nas certezas adquiridas, depois aproveite as dúvidas para criar a instabilidade e o descontentamento até, finalmente, conquistar larga audiência e apoio que destrua os reflexos da defesa e a vontade de combater, conduzindo pela renúncia, à capitulação»³¹⁵.

Deste modo, nos anos 60, a propaganda de integração que já vinha sendo feita é reforçada, sendo a contrapropaganda (criada nos anos 50) desenvolvida, em resposta à propaganda subversiva de carácter independentista e antiregime. As palavras ditas através da rádio tornam-se uma verdadeira arma.

³¹⁴Clemento Rogeiro, em entrevista, 02/03/99.

³¹⁵SEIT – Problemática Nacional da Informação, 1971.

IV.3. A rádio e o poder

IV.3.1. Na rádio oficial

A presidência da direcção da EN era ocupada por uma pessoa da estrita confiança (política) do presidente do Conselho e muito próxima do Governo. Eça de Queiroz assumiu o cargo de administrador por parte do Estado, junto da "Mozambique Golf Oil Company", a seu próprio pedido. Sollari

Allegro tomou posse como presidente da EN, em 1963, após ter sido, durante 13 anos, secretário do Presidente do Conselho; Clemente Rogeiro substituiu-o, em 1969, após ter sido, durante 10 anos, secretário-geral dos Serviços Médico-Sociais da Federação das Caixas de Previdência, tornando-se Ministro da Saúde, durante os últimos cinco meses do Estado Novo (altura em que assumiu interinamente a presidência da estação Manuel Bivar), tendo sido, anteriormente, director dos serviços administrativos da EN, em 1958. «Quando o António Ferro se vai embora quem é que vem? O Filho de Eça de Queiroz, que era um funcionário do António Ferro, da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT). E quando se vai embora o Eça de Queiroz quem é que vem? Vem Jaime Ferreira. Quem é Jaime Ferreira? É notário no Norte, tinha sido muito apreciada a sua presença numa campanha eleitoral e o Dr. Pedro Teotónio Pereira escolheu-o. E depois quem vem? Vem o secretário de Salazar. E entretanto quem são os chefes de repartição e de secção? São pessoas de confiança política. O Silva Tavares está cá desde o princípio e era um homem da Legião. Eram pessoas de total confiança»³¹⁶. A nomeação do cargo de presidente da direcção da Emissora era uma escolha ao nível da Presidência do Conselho: «A inspiração normalmente ocorria de cima para baixo. Vinha da Presidência do Conselho para o Subsecretário de Estado»³¹⁷.

No dia 28 de Abril de 1959, quando Salazar faz 70 anos, António Eça de Queiroz, presidente da EN desde 1948 até aquele ano, lê, na emissora oficial, um discurso de homenagem a quem permitira dividir o país entre um antes, instável, inseguro, intranquilo, indisciplinado, desonrado, desordenado, desacreditado e ingovernável, e um depois, exactamente oposto, de prestígio, paz, progresso e prosperidade. Eça elogia e roga pela continuidade de «(...)

³¹⁶ Eduardo Street, em entrevista, 29/01/99.

³¹⁷ Clemente Rogeiro, em entrevista, 02/03/99.

esta maravilhosa política de gabinete que não erra, que é sempre razoável, que não engana, se não aflige e nunca se amedronta!»³¹⁸. Ainda em 1959, durante a inauguração de dois centros emissores, o de S. Salvador e o de FM, no Monte da Virgem, Eça dirá: «A Nação vive uma paz soberba há mais de 30 anos. Se assim vive é porque uma esmagadora maioria assim o quer. As anarquias intelectuais e os espíritos obcecados por filosofias inconvenientes à disciplina e ao sossego nacional, não podem contar connosco»³¹⁹. António Eça de Queiroz manteve com o presidente do Conselho, uma aturada correspondência, enviando regularmente a Salazar os seus escritos «no bom jornal "A Voz"»³²⁰ em defesa dos "princípios de acção" do Estado Novo, esmerando-se na sua constante e atenta defesa, mesmo a nível internacional, a que chama "o meu serviço" bem como os cumprimentos festivos ou natalícios, acompanhados de 'balanço' dos 365 dias decorridos e uma antecipação política do novo ano. No dia 30 de Agosto de 1962 pede a Salazar o lugar de delegado do Governo na Hidro-Eléctrica do Cávado para o seu sobrinho, Manuel de Castro, que era então presidente da Câmara do concelho de Baião. Eça de Queiroz, que «(...) era um "gentleman", era muito educado, sensível, mas sem qualquer preparação e visão dos problemas radiofónicos, não era talhado para a rádio; não era um homem da rádio»³²¹, chega a fazer depender de Salazar decisões como a aprovação de férias de funcionários da EN, por não se encontrar o ministro da presidência. Foi o caso de um «funcionário excelente»³²², finalista de um curso superior, que desejava partir numa viagem de estudo e de outro que pretendia ir de férias para o estrangeiro, acompanhando o Coro Universitário, de que fazia parte.

³¹⁸ Arquivo Oliveira Salazar/CP – 235; 6.3.4., pasta 5, folhas 492-494.

³¹⁹ "Rádio & Televisão", 06/06/59, p.11.

³²⁰ Arquivo Oliveira Salazar/CO – 232 pasta 6.3.4/10 de 15/04/64.

³²¹ Artur Agostinho, em entrevista, 25/03/99.

³²² Arquivo Oliveira Salazar/CP-232; p.6.3.4/10 21/03/53.

Entretanto, Jaime Bernardino Martins Ferreira, notário em Vila Nova de Gaia, substituiu Eça de Queiroz que, entretanto, se aposentara, aos 70 anos, por limite de idade. No seu discurso de tomada de posse, em 1959, pede ao ministro da presidência, Pedro Teotónio Pereira, que o convidara «(...) que transmitisse a Salazar os seus agradecimentos pela honra e pela confiança que lhe conferira»³²³. Ambos, Jaime Ferreira e Pedro Teotónio, partilhavam o ideal «(...) da mesma cruzada nacionalista»³²⁴, formação doutrinária que melhor permitiria salvaguardar «(...) os supremos valores e interesses da Nação»³²⁵. «De resto», diria, «seria para mim compensação suficiente o prazer de trabalhar sob a chefia directa de V.Ex.^a [Pedro Teotónio Pereira], a antecipada e consoladora certeza da superior orientação que a todo o momento me será dada e me permitirá interpretar e executar com fidelidade o pensamento do Governo»³²⁶. Uma indicação que Jaime Ferreira não sentirá dada a sua inexistência: «Durante o tempo em que estive na Emissora, como durante o tempo em que fui presidente da sua direcção, nunca recebi instruções fosse de quem fosse. Nunca. Não havia orientação. Não havia orientação absolutamente nenhuma»³²⁷. Pelo facto, Jaime Ferreira colocará, em 1963, o seu lugar à disposição. Nesse ano, no dia 13 de Agosto, depois de se ter já encontrado com o Presidente do Conselho, em 1962, enviou-lhe uma carta na qual lamentava o desacompanhamento. O seu descontentamento pela falta de tais orientações superiores, agravadas por um rol de situações precárias na Emissora Nacional, desde legislação inadequada a uma «Direcção colegial», heterogénea, com um poder directivo fragilizado, abraços com uma indisciplina interna e uma ausência de espírito de colaboração entre os serviços, permitiam-lhe, contudo, com «inteira e leal

³²³«Rádio & Televisão», 05/12/59, p.4.

³²⁴Idem, ibidem.

³²⁵Idem, ibidem.

³²⁶Idem, ibidem.

dedicação, «(...) continuar a dar a V.Ex.^a a minha modesta colaboração se essa for a vontade de V.Ex.^a e desde que me sejam facultadas prestigiantes e eficientes condições ao meu trabalho»³²⁸. No dia 24 de Outubro, Jaime Ferreira solicita a Salazar uma audiência, para apresentar-lhe os seus cumprimentos, de despedida. Naquele ano seria, assim, substituído por Sollari Allegro e para trás ficava o dia 2 de Fevereiro de 1962, quando pedira ao presidente do Conselho de Ministros que lhe autografasse uma fotografia para a EN e para a sua residência: «Seriam duas recordações muito honrosas para quem sempre tem sido fiel a seu juramento, feito há muitos anos, de o servir com dedicação e entusiasmo», escrevera³²⁹. Jaime Ferreira «(...) era um homem da situação, tinha muito a preocupação de orientar toda a informação no sentido da política da época. Era um dinamizador, era um entusiasta pela inovação, pelo progresso na rádio; tinha um espírito de luta pelas coisas, só que um pouco desordenado e nem sempre foi bem acompanhado»³³⁰.

Na cerimónia de tomada de posse de Sollari Allegro, que em 1963 rende o anterior presidente da direcção da EN, este agradece ao Presidente do Conselho e ao subsecretário de Estado a confiança nele depositada, referindo em relação a Paulo Rodrigues qualidades que «(...) aliadas a uma completa fidelidade aos princípios da Revolução Nacional e ao seu Chefe, dão às pessoas que trabalham nesta casa a garantia de que podem colaborar confiadamente com V.Ex.^a e a certeza de que, sob a sua orientação, tudo será feito para se atingir o objectivo primacial que é o de servir e prestigiar Portugal»³³¹. No seu discurso, José Luciano Sollari Allegro anunciou a sua fidelidade ao poder político: «(...) não podem os responsáveis pelo organismo permitir qualquer actuação

³²⁷ Clemento Rogeiro, em entrevista, 02/03/99.

³²⁸ Arquivo Oliveira Salazar/CP-110 3-3-8/3.

³²⁹ Arquivo Oliveira Salazar/CP-110 3-3-8/3.

³³⁰ Artur Agostinho, em entrevista, 25/03/99.

contrária à defesa e ao bom nome de Portugal ou ao cumprimento das normas que decorrem da ordem jurídica estabelecida e dos princípios da moral cristã (...)»³³², o que significa que não serão admissíveis «(...) transigências com os inimigos da Pátria, nem indiferença ou comodismo quando está em jogo o destino da Nação portuguesa, nem enfraquecimento na frente interna dum País cujos filhos defendem, em parcelas longínquas, à custa do próprio sangue, os direitos inalienáveis de Portugal»³³³. Aliás, prossegue, «(...) nem poderia pensar-se que fosse outra a posição de quem teve a honra de trabalhar, durante longos anos, no baluarte do combate número Um do Portugal restaurado; daquele cujo único pensamento, através de tantas e tantas vicissitudes, tem sido sempre o da salvaguarda dos interesses superior[es] do País; do Governante sem par no mundo de hoje que nos momentos mais difíceis soube sempre manter a serenidade, a lucidez de espírito, a firmeza de alma e a coragem indispensáveis para conduzir o País pelo único caminho compatível com a dignidade nacional e com os imperativos históricos duma Nação de oito séculos»³³⁴. Por seu lado, Paulo Rodrigues, sublinhando o carácter político do cargo, justificou a sua escolha: «(...) sendo o cargo de Presidente da Direcção da Emissora Nacional um dos de maior projecção e responsabilidade do sector em que sirvo, procurei para desempenhá-lo quem tivesse qualidades de carácter, de inteligência, espírito de disciplina e de prudência e firmeza de comando em tudo correspondentes. E sendo um dos de maior confiança quis entregá-lo a quem desse garantia indesmentível de igual fidelidade a quem fidelidade se deve»³³⁵. Mesmo Silva Dias, quando tomou posse do cargo de director dos serviços de programas, disse no seu discurso: «Esta distinção, que me enobrece, vejo-a também como uma

³³¹«Rádio & Televisão», 31/10/64, p.5.

³³²«Rádio & Televisão», 31/10/64, p.7.

³³³Idem, ibidem.

³³⁴Idem, ibidem.

confirmação da confiança que desde a primeira hora, quando funcionário do Secretariado da Propaganda Nacional e depois vogal da comissão de propaganda da U.N. e deputado à Assembleia Nacional, me dispensou bondosamente o sr. Presidente do Conselho»³³⁶.

Os Emissores Regionais (ER), que eram controlados pelas Comissões Regionais de Programas, às quais competia dar pareceres e apresentar sugestões tendo em vista a melhoria da acção local dos emissores, eram constituídas pelo governador civil do distrito, e mais quatro personalidades a designar pelo Governo, sob proposta da direcção. Por seu lado, os ER Ultramarinos eram fiscalizados pelos intendentess, nomeados após ouvido o Governo da província, que podia, sempre que o entendesse necessário, pedir a sua substituição: «Pelo que respeita aos noticiários e a todos os programas de carácter informativo e formativo, o intendente receberá orientação directa do governador da província, o qual poderá utilizar o Emissor Regional para eficiente cumprimento das suas atribuições»³³⁷. A designação dos três funcionários das Comissões de Exame que analisavam a publicidade nos ERU, embora proposta pelos respectivos directores de serviços, sector literário, musical e de exploração, era feita por despacho do presidente da EN. A EOA, subordinada aos CTT de Angola, passou, em Setembro de 1963, para a dependência do Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA).

A estrutura da Emissora Nacional ia-se, assim, formando com base na adesão ao poder, cuja confiança ia permitindo a delegação de competências de forma sucessiva, desde as funções mais altas às mais modestas. Do Presidente do Conselho ao Ministério da Presidência, deste ao presidente da Emissora Nacional que, por sua vez, delegava a sua confiança nos directores dos principais serviços e estes, ainda, nos

³³⁵ Idem, *ibidem*.

³³⁶ «Rádio & Televisão», 01/03/58, pp.4-5.

chefes de divisões, repartições e secções. Aos restantes funcionários, a adesão ao regime e à Constituição de 1933 era formalizada logo à entrada, já que, além de não estar suspenso do exercício dos direitos políticos, a admissão a concurso na Emissora Nacional, exigia «estar integrado na ordem social e constitucional vigente, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas»³³⁸. Havia elementos que podiam facilitar a entrada na Emissora, como o desempenho radiofónico no SNI, ou dificultar, através das informações prestadas pela PIDE, caso estas oferecessem dúvidas quanto à adesão ao regime.

A presidência do Conselho superintendia a Emissora Nacional através, primeiro do ministro da presidência (Pedro Teotónio Pereira, até 1961), e mais tarde do ministro do Estado Adjunto do Presidente do Conselho (Correia de Oliveira, até 1965, Mota Veiga, até 1968, Ribeiro Vaz Pinto, até 1970, Pereira de Campos, até 1974, e ainda Morais de Oliveira, também em 1974), em quem delegava competência sobre as questões relativas à emissora oficial portuguesa: «Esses não se podiam comparar aos problemas graves da guerra, que tinham outra acuidade. Não seria propriamente uma falta de interesse, mas sim uma delegação da preocupação»³³⁹. Contudo, realizavam-se habitualmente reuniões com o Presidente do Conselho, especialmente Marcelo Caetano, com quem o presidente da EN ia a despacho com uma regularidade aproximadamente quinzenal. Além dos assuntos de carácter administrativo, programático ou técnico, situação em que o presidente da direcção da Emissora era acompanhado pelo respectivo director, os problemas sobre a mesa eram geralmente de âmbito orçamental, ao nível de investimentos mais elevados. Ao presidente da EN competia «informar os assuntos que sejam submetidos a despacho ministerial ou que o

³³⁷ Decreto-lei n.º 49084, de 26/06/69, p.756.

³³⁸ Decreto n.º 46927, de 30/03/66.

Governo deseje que sejam esclarecidos ou estudados, quando a informação não deva ser prestada pela direcção» e ainda, de acordo com o artigo 2º do decreto n.º 41485, «elaborar e submeter à aprovação do Governo, depois de ouvida a direcção, os regulamentos necessários à boa marcha dos serviços»³⁴⁰. Àquele órgão cabia (por delegação do Governo) funções como a escolha de alguns dos principais responsáveis da EN, como o presidente, directores e alguns membros do Conselho de Programas, o órgão estratégico quanto à decisão sobre a inclusão ou não dos conteúdos programáticos, sendo estes cargos ocupados por entidades da confiança política de Salazar: «A inspiração vinha de cima, normalmente»³⁴¹.

³³⁹Clemento Rogeiro, em entrevista, 02/03/99.

³⁴⁰Decreto n.º 41485, de 30/12/57.

IV.3.2. Na rádio particular

A direcção do Rádio Clube Português mantinha uma estreita relação com o poder político. Jorge Botelho Moniz, fundador e presidente da direcção do RCP até à sua morte, em 1961, que permitiu o apoio do RCP aos nacionalistas, durante a guerra civil espanhola, foi um dos mais acérrimos defensores dos valores do Estado Novo. Em 1959, numa sessão de propaganda da União Nacional no Porto, no âmbito de uma campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, interveio, ironizando contra a oposição, "os espantalhos", a democracia, a "simples demagogia" inorgânica, em defesa de uma «mocidade combativa, lutando, morrendo, caindo na defesa de Portugal»³⁴², exortando, num emotivo improvisado, que terminava exortando: «Lutemos, lutemos sem descanso, lutemos unidos, porque só unidos podemos vencer. Lutemos por Portugal, lutemos por Salazar»³⁴³. Mesmo o presidente da Mesa da Assembleia Geral, entre 1961 e 1973, Sebastião Ramirez, havia sido ministro do Comércio, Indústria e Agricultura entre 1932 e 1936.

Em 1964, o filho do fundador, então vice-presidente da direcção do RCP, aquando do lançamento da primeira pedra do centro emissor Jorge Botelho Moniz, em 1964, proclamava: «Tudo o que fizermos aqui ficará ao serviço da Nação e do Governo. Que importa que seja feito pelo Estado ou por particulares se, de qualquer forma, é riqueza nacional?»³⁴⁴.

³⁴¹ Clemento Rogeiro, em entrevista, 02/03/99.

³⁴² Arquivo Histórico da RDP, AHD 13 543, faixa 2.

³⁴³ Idem, ibidem.

³⁴⁴ "Rádio & Televisão", 28/11/64, p.19.

Júlio Botelho Moniz, dirigindo-se para o ministro das Obras Públicas, Arantes de Oliveira, acrescentou: «Diga a Sua Excelência [Salazar] que o espírito do Fundador continuará a pairar nas paredes que aqui nascer (...). Que só temos em mente colaborar na política nacional (...). Que aos nossos microfones estará sempre a voz de Portugal, defendendo os verdadeiros interesses nacionais»³⁴⁵. Mais tarde, no início de 1967, quando fazia o balanço do ano anterior Júlio Botelho Moniz afirmaria: «A Rádio particular - mãe da Rádio Oficial -, sempre serviu a Nação e o Governo. A Rádio particular, ao invés de custar dinheiro ao Estado, serve-o, sem nada receber em troca: apenas a satisfação de servir o País. A Rádio particular continuará a responder «presente» sempre que lhe seja pedido»³⁴⁶. Já em 1970, aproveitando a inauguração do emissor de OM, declara: «A cobertura do País pelo RCP só pode trazer vantagens para o Governo e para a Nação. Se é sempre o RCP que, nas alturas difíceis ou nos momentos críticos, serve o Governo, considero imerecidas todas as negativas que temos recebido, dos competentes Serviços, para a instalação de emissores regionais»³⁴⁷. Na mesma ocasião, o presidente da direcção enfatizava a atitude serviçal do RCP: «servir tem sido o nosso tempo. Servir com dignidade, com justiça, com verdade. Servir por tradição, por convicção. Servir, servindo o País, a Nação e o Governo! Nada mais queremos ser do que dignos filhos do nosso velho Portugal»³⁴⁸.

Em 1967, Américo Tomás é nomeado, por aclamação, «(...) em virtude da alta categoria (...)»³⁴⁹, sócio dirigente do RCP, a cuja categoria pertenciam os fundadores signatários dos estatutos de 1931 e os eleitos que possuíssem, pelo menos, 10 acções liberadas, e pagassem o mínimo de cota fixada para os sócios efectivos. Em 1969, é aprovada, por unanimidade, a

³⁴⁵ Idem, p.20.

³⁴⁶ «Antena», 15/01/67, p.5.

³⁴⁷ «Século», 25/01/70, p.6.

³⁴⁸ Idem, ibidem.

proposta de Júlio Botelho Moniz para duplicar o donativo à Fundação Salazar: «(...) a Direcção entendeu que deveria contribuir para essa Obra Social, da iniciativa do Senhor Presidente da República, pois se não deve esquecer que o Senhor Almirante Américo Tomás é accionista desta casa e que para tão grandiosa obra os microfones de Rádio Clube Português estavam à sua disposição»³⁵⁰. Em 1959, haviam sido incluídos, na mesma categoria, três elementos da EN, um «(...) organismo com quem Rádio Clube Português tem sempre mantido as melhores relações»³⁵¹, entre os quais Manuel Bivar, Director dos Serviços Técnicos da Emissora Nacional, e António Eça de Queiroz - o que representava uma «(...) demonstração de que o Rádio Clube Português pensava que também era de utilidade aproveitar a experiência e o saber daqueles que se encontram à frente dos organismos oficiais»³⁵². Em sentido inverso, Salazar havia anotado, há anos, no livro do RCP que: «o Estado devia aproveitar os ensinamentos da competência particular»³⁵³. Quando rebenta a guerra em África, o RCP, numa saudação aos portugueses de Angola «(...) pela sua unânime e patriótica determinação de lutarem por todos os meios em defesa da soberania nacional»³⁵⁴, declara: «Em face da acção empreendida pela ONU contra a integridade da Nação Portuguesa e quando na nossa Província de Angola, homens, mulheres e crianças foram selvaticamente assassinados por terroristas vindos do exterior, a Assembleia Geral de Rádio Clube Português resolve consignar na Acta desta sessão o seu veemente protesto contra a acção dos Países que esquecem laços de amizade e de interesses comuns, aliando-se àqueles que nos pretendem aniquilar como Nação pluri-racial para mais facilmente

³⁴⁹RCP - Assembleias Gerais de 13.3.1966 a 29.3.71, pp.16-17.

³⁵⁰Idem, p.19.

³⁵¹RCP - Actas da Assembleia Geral do nº1 ao nº10, p.9.

³⁵²Idem, ibidem.

³⁵³Idem, ibidem.

³⁵⁴Idem, p.15.

conseguirem destruir a civilização ocidental e os princípios cristãos em que se baseia»³⁵⁵.

Em 1966, quando o RCP altera os seus estatutos, além de manter como objectivos a promoção da propaganda da radiodifusão em Portugal e do conhecimento nacional e internacional da terra portuguesa, participando em empreendimentos que interessem à radiodifusão ou exercendo quaisquer outras actividades de acordo com a lei e os estatutos, introduz uma alínea: «Efectuar emissões de radiodifusão de carácter recreativo, educativo, cultural e de informação, com subordinação aos princípios morais e sociais instituídos pela Constituição Política»³⁵⁶. Em 1971, ao traduzir a acção do RCP, Júlio Botelho Moniz definirá: «Defesa acérrima dos verdadeiros interesses nacionais e repúdio absoluto de tudo aquilo que contraria os altos princípios morais e cívicos da nação Portuguesa ou as boas relações entre os portugueses»³⁵⁷. Em 1968, a revista "Rádio & Televisão" assinala: «Há muito menos entraves ao trabalho dos jornalistas na nossa estação oficial do que noutros emissores particulares, nomeadamente no Rádio Clube Português, onde todas as declarações de funcionários e colaboradores têm de ser submetidas a aprovação superior da empresa»³⁵⁸.

Ao longo de quase toda a década, é Alberto Lima Basto, co-fundador da estação, o presidente do Rádio Clube Português: «(...) era um homem de muito bom senso, com uma grande experiência; um grande conselheiro... falava tecnicamente de rádio como ninguém»³⁵⁹. Durante o seu consolo era, contudo, Júlio Botelho Moniz, que actuava na orientação dos desígnios da estação. Embora em cargos de menor destaque, o filho do fundador decidia efectivamente a orientação do Rádio Clube (como a transferência dos estúdios

³⁵⁵ Idem, *ibidem*.

³⁵⁶ RCP - Assembleias Gerais de 13.3.1966 a 29.3.71, pp.1-2.

³⁵⁷ Idem, p.24.

³⁵⁸ "Rádio & Televisão", 20/07/68, p.4.

da Parede para Lisboa, a inauguração do centro emissor Jorge Botelho Moniz ou o lançamento do FM) vindo a assumir a direcção da emissora em 1969 (até 1974); «(...) era um homem de acção, de obra e que operou a grande transformação do RCP, tornando-o num órgão de comunicação social comercial»³⁶⁰. Em relação ao poder político «não vejo que houvesse sabujice, agora endeusamento, medo e o não desagradar para poder subir na vida, isso acredito»³⁶¹.

Por seu lado, a Rádio Renascença tivera uma assinalável «atitude patriótica» de acordo com o excerto de carta enviada à "Rádio & Televisão", aquando da suspensão do "Diário do Ar": «Apesar de lutar com grandes dificuldades, não se poupou nunca a esforços nem despesas para dar ao público reportagens palpitantes dos acontecimentos, particularmente os de interesse nacional, fazendo aquilo que competia à Emissora Católica Portuguesa, o que trouxe à estação até elogios de entidades oficiais»³⁶². No marcelismo, afasta alguns profissionais da estação, proibindo-os de ali exercerem a sua actividade, casos de Adelino Gomes, João Paulo Guerra e Rui Pedro. Este último, após uma entrevista concedida ao "Cinéfilo" - onde além de afirmar que pertencer aos noticiários da RR era como «entrincheirar-me numa estação de rádio, evitando assim que um inimigo ocupe aquele espaço de tempo»³⁶³, denunciava as «pressões inqualificáveis sobre as pessoas que se empenham em tratar da nossa sociedade»³⁶⁴, ficando algumas delas, por isso, proibidas de trabalhar na actividade radiofónica - recebe em Abril de 1974, ao contrário do que era habitual, uma carta de despedimento: «Atendendo a que já por várias vezes foi admoestado por transgredir as normas disciplinares que regem o trabalho do

³⁵⁹ Jorge Botelho Moniz, em entrevista, 02/03/99.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Jorge Botelho Moniz, em entrevista, 02/03/99.

³⁶² "Rádio & Televisão", 24/06/61, p.3.

³⁶³ "Público", 03/04/94, p.2.

³⁶⁴ Idem.

noticiário da Rádio Renascença que lhe foi confiado; atendendo a que veio agora a público, numa entrevista, revelar as intenções que o levaram a introduzir-se neste serviço da estação de rádio, manifestamente contrárias à sua directriz e disciplina, que bem conhece, e a que publicamente declara que está na disposição de não aceitar as normas e a disciplina de que a estação não pode abdicar, tomando assim uma posição de desobediência e de desrespeito à entidade patronal e causando manifesto prejuízo moral, social e material à Rádio Renascença, o conselho de gerência, tendo presente o art.20º, da lei geral do contrato de trabalho, ao abrigo do art.º101, comunica-lhe que a partir de agora fica despedido do seu lugar de funcionário, com justa causa»³⁶⁵.

Em 1962, quando modifica os seus regulamentos, os 60 por cento do seu capital, até então repartidos em três accionistas, passam para um único sócio, a "Progresso Administração Imobiliária, SARL. O detentor dos restantes 40 por cento é Monsenhor Manuel Lopes da Cruz, fundador e gerente até à sua morte, em 1969, altura em que é substituído pelo padre Américo Brás, Monsenhor Sezinando Rosa, e Tomás Rocha (apenas durante algum tempo). A RR estaria dividida entre o imobilismo tradicional, por isso transmitia alguns dos programas de menor valor, e uma movimentação, concentrada nos católicos progressistas, no sentido de um arejamento, daí a existência de programas de ruptura como "Página Um", "Tempo Zip" e/ou "Limite".

³⁶⁵ Idem.

IV.3.3. 1. No Rádio Clube Moçambique

O Rádio Clube de Moçambique (RCM), a mais importante estação particular no território africano, era, no entanto, explorada oficiosamente e devidamente apoiada pelo Governo: «O Rádio Clube de Moçambique tem os seus serviços de noticiários para cuja elaboração aproveita muito do que a Emissora Nacional envia para a Província em ondas curtas e retransmite também, muitas vezes, as reportagens da Emissora Nacional. Apesar de se tratar duma estação de fins comerciais, a sua grande estrutura e os meios financeiros de que dispõe têm levado os próprios governadores da Província a aproveitar os seus serviços (...)»³⁶⁶. Os agradecimentos pelo apoio prestado repetem-se: «Vinte anos depois, o reconhecimento persiste (...) acrescentando-lhe nova homenagem por outros actos de Governo subsequentes que, como aquele [auxílio prestado pelo Governo em 1942], mas praticados noutros momentos difíceis contribuíram para ajudar o Rádio Clube a vencer as dificuldades e as vicissitudes que o têm defrontado no contínuo desempenho da sua missão»³⁶⁷. O apoio da Emissora Nacional fazia-se ao nível da programação, ajuda que António Rosado, delegado do Rádio Clube de Moçambique em Lisboa, irá agradecer, aquando da homenagem que o RCM fará ao presidente da Emissora Nacional, em 1958: «Nunca será demais lembrar a obsequiosa, correcta e eficiente colaboração dos

³⁶⁶Sollari Allegro – Radiodifusão para o Império Português, 1966, p.8.

³⁶⁷“Rádio Moçambique”, Outubro, 1962, p.2.

Serviços Técnicos desta emissora à sua congénere de Moçambique; nunca serão esquecidos, de igual modo, o empenho, o sentido da oportunidade e a diligência indesmentida com que os Serviços de Intercâmbio permitem manter o elevado nível artístico e cultural da programação do Rádio Clube de Moçambique; nunca nós teremos a expressão exacta para exaltar e agradecer a compreensão e o carinho com que todos os departamentos da Emissora Nacional acolhem e satisfazem os desejos da estação moçambicana para bem desempenhar a missão que lhe compete do vasto plano dos interesses do País»³⁶⁸.

Quando foi criado o primeiro Emissor Regional em Moçambique, o ER do Norte, em Nampula, a principal finalidade era «colocar à disposição do Governo e das autoridades locais um meio de difusão de notícias, ordens e instruções, ultrapassando em eficiência e rapidez, os meios de comunicação normais»³⁶⁹. Em 1973, o Secretário Provincial de Comunicações, Vilar Queiroz, que presidia à cerimónia de inauguração do Centro Emissor de Inhambane, em representação do Governador-Geral de Moçambique, afirma: «É meu dever prestar tributo de apreço pelo muito que o Rádio Clube tem vindo a fazer seguindo as linhas de orientação que o Governo lhe tem delineado (...). Esta magnífica instituição, integrando-se perfeitamente dentro das preocupações do governo de Moçambique não hesitou em alterar estruturalmente os seus planos para seguir aquilo que o Governo estabeleceu como primeira prioridade»³⁷⁰. No âmbito do Plano de Radiodifusão, previsto pelo RCM, haviam-se investido, entre imóveis e equipamento, até 1972, 160 mil contos.

O Rádio Clube de Moçambique, como órgão particular é um exemplo paradigmático da para-oficialidade da rádio portuguesa. Quer os seus programas quer os seus serviços informativos são sobretudo orientados pelas noções de amor à

³⁶⁸«Rádio Moçambique», Julho, 1958, pp.23.

³⁶⁹«Rádio Moçambique», Fevereiro, 1961, p.8.

pátria, de recreação e educação; formação porque se tratava de publicitar ideias afectas ao regime, caso contrário, tais transmissões eram apelidadas de propagandísticas. O sistema combatia, nesse sentido, a propaganda (comunista) e “educava” o povo português, transmitindo programas de história de Portugal, de literatura portuguesa e de língua nacional, quer em território europeu quer africano. Em 1964, Maria Zorro, numa das crónicas internacionais do RCM interpretará a visita de Américo Tomás a Moçambique como uma prova da unidade nacional: «Mais difícil será que alguém os acredite [a ONU], quando disserem que a situação em Moçambique constitui uma ameaça para a Paz. Porque não só a Paz nunca esteve em perigo em Moçambique, como, a partir desta visita, a causa da paz se encontra engrandecida com a demonstração da fraternidade, de comunidade de sentimentos e de destino que está sendo aqui feita, dia a dia»³⁷¹. No mês de Julho do mesmo ano, a revista “Rádio Moçambique”, órgão oficial do RCM, terminava o seu editorial desta forma: «As manifestações de lealismo, de fervor patriótico, de portuguesismo, espontâneas e calorosas, como já haviam sido as que levadas a efeito por ocasião das outras visitas dos Chefes da Nação, em 1939 e em 1956, foram a afirmação solene de um amor pátrio que continuamente se revigora, ecoaram como expressão inabalável de uma fidelidade que não admite tibiezas. Moçambique disse ao mundo a sua vontade firme de ser parcela inseparável de Portugal, gritando com calor e entusiasmo AQUI É PORTUGAL. E não podia ser mais oportuna esta profissão de fé Nacional, esta demonstração ativa do portuguesismo de Moçambique. A jornada foi por isso maravilhosa. Mas nem outra coisa era de esperar desta grande província portuguesa. Orgulhosa do seu passado,

³⁷⁰“Rádio Moçambique”, Novembro, 1973, p.6.

³⁷¹“Rádio Moçambique”, Agosto, 1964, p.16.

confiante no seu futuro, a Província que a não roubem à protecção e ao impulso do génio português»³⁷².

Com umas instalações próprias (um sétimo andar construído de raiz) conhecidas como "Palácio da Rádio", o RCM garantia ao Governo português a cobertura do território moçambicano dentro dos valores do regime: «A Rádio é uma força. Uma estação é uma voz»³⁷³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dispositivo radiofónico foi um dos principais centros da luta política em Portugal, durante 1958 e 1974, na fase final do regime do Estado Novo. Através da rádio passou muito do combate político entre o Governo e a oposição, que a utilizaram como verdadeira arma, no esforço pela conquista da

³⁷²«Rádio Moçambique», Julho, 1964, p.1.

opinião pública para a respectiva causa. Para a rádio foram canalizados os maiores investimentos (humanos, técnicos e materiais) numa determinação de atingir a adesão das audiências. Foram criadas estações, ampliadas potências, aumentados emissores, para a utilizar como um excelente meio de propaganda. As rádios clandestinas apelavam à mobilização popular, inundando as emissões de propaganda subversiva e as rádios oficiais e oficiosas tentavam preservar a opinião pública, com propaganda de integração.

Através da rádio, os portugueses uniam-se, não por proximidade geográfica, mas ideológica e afectiva. Dispondo de um receptor de rádio, os ouvintes nacionais podiam aliar-se por afinidades políticas e já não apenas regionais ou locais. A rádio baralhava o mundo comunicacional da época ao disponibilizar novas lógicas espaciais. Inserido num contexto internacional de guerra fria e de brutais mudanças socioculturais, também Portugal viveu alterações profundas nas suas estruturas sócio-económicas, nomeadamente com a luta armada em África. Neste contexto de agressividade política e de mudanças estruturais no tecido social nacional, a rádio permitia alongar ou encurtar o espaço, conforme as preferências dos ouvintes. Estes, podiam estar em território de "Portugal Metropolitano" e banhar-se de sons incomodativos ao regime ou, pelo contrário, estar fora da Mãe-Pátria mas ligar-se a ela, através do serviço de Onda Curta da Emissora Nacional.

Com intenções distintas, os homens da situação e os democratas olhavam para a rádio como um espantoso meio de atingir as massas populares, dada a sua enorme flexibilidade e rapidez. Com as características do Portugal coevo, disperso geográfica e humanamente pelos vários continentes, intensificado com a vaga de emigrantes, a rádio era o meio mais eficaz na tentativa de aceder a toda essa massa de

³⁷³“Diário” ci. In “Rádio Moçambique”, Setembro, 1958, p.24.

potenciais ouvintes. Para o regime, era um óptimo meio de unificar, de facto, o país. A tese da rádio como factor de unidade nacional era firmemente defendida. Por isso, se continuou a emitir para Goa, mesmo após a sua ocupação pela Índia: «Sem qualquer interrupção, com a naturalidade de quem cumpre um dever, a Emissora Nacional continua [em 1971] a realizar as suas emissões para Goa, Damão e Diu, num total de 12 horas e 15 minutos semanais»³⁷⁴. É nessa perspectiva de utilização de um canal capaz de superar a dispersão territorial da nação e manter unidos os portugueses à pátria, estejam onde estiverem, que a rádio é utilizada (nomeadamente para a rápida divulgação dos discursos políticos, como o de Marcelo Caetano, de 2 de Maio daquele ano).

Para os opositores ao regime, a rádio era por seu lado, vista com um meio fundamental, com poder suficiente para ultrapassar as "mordaças da censura" e romper o silêncio imposto. Era a possibilidade de, estando fora do território português, colocar portugueses a falar com portugueses, de temas e em termos completamente proibidos e vedados em território nacional. Para os resistentes ao regime, a rádio era um instrumento privilegiado de aceder à fala com os "companheiros e camaradas" de luta, dando voz aos seus principais líderes e dirigentes, incentivando à movimentação popular na luta pelos seus direitos e reivindicações. Era a forma de mais fácil e velozmente fazer eco das últimas novidades dos movimentos estudantis, operários e grevistas, ou de sobre eles comentar, numa perspectiva e linguagem, absolutamente oposta ao regime e ao "situacionismo" de então. Por vezes utilizando iguais argumentos, de parte a parte, com o de contribuir para dividir a população, divulgar mentiras ou estar submetido ao poder exterior. Este argumento, inúmeras vezes repetido pela propaganda de integração era,

³⁷⁴Clemento Rogeiro – "A rádio factor de unidade nacional" in SEIT – Problemática Nacional da Informação, 1971, p.54.

curiosamente, igualmente utilizado pela propaganda subversiva: «Que sejam rapidamente vitoriosos os esforços do povo português para derrubar o regime fascista que, às ordens das potências estrangeiras, aterroriza o povo e prende dezenas de milhares de patriotas!»³⁷⁵. As ondas radiofônicas permitiam ainda fazer chegar bem longe a notícia das lutas onde, de outra forma, não seriam conhecidas e, portanto, incentivar, animar e incrementar o número e o vigor das lutas em curso “pelo pão e pelo trabalho”.

Portugal era um país à escuta. E se já em 1959 se admitia que «(...) o que se diz tem inegavelmente muito mais valor do que o que se pensa ou escreve»³⁷⁶, nos anos 60 a ‘temperatura’ das escutas aumenta. Inimigos, situacionistas e democratas vigiam-se; controlam-se, ouvindo-se. Através da rádio informam-se e, através dela, combatem-se. Conhecendo os argumentos uns dos outros, utilizam o meio radiofônico como esplendida arma de arremesso, contra-atacando. A EN fazia escuta regular das rádios clandestinas, utilizando depois o material recolhido para contra-argumentar, designadamente no célebre “A verdade é só uma. Rádio Moscovo não fala verdade”. Por sua vez, as rádios subversivas, mais ofensivas que defensivas, não deixavam, contudo, de ouvir, registrar e dar uma resposta. Era um ciclo. Era uma maneira de viver entre as ondas e o espaço auditivo, pleno de efervescência política e combate ideológico, mais veemente entre as rádios formalmente oficiais e mais subversivas que resistentes, casos em que as palavras comunistas, fascistas, traidores e anti-patriotas eram comuns. E à medida que o tempo avança o combate alastra. Em Portugal, em África, os esforços multiplicam-se na cruzada radiofônica nacional. No final dos anos 60, na Guiné, ao mesmo tempo que o PAIGC penetra na população através da sua “Rádio Libertação”, tentando mobilizar os populares para a

³⁷⁵RPL- Vietnam fala a Portugal, p.7.

³⁷⁶“Rádio & Televisão”, 11/07/59, p.6.

escuta, oferecendo centenas de receptores de rádio, António Spínola faz o mesmo, numa altura em que a EN integrava na sua estrutura o anterior Emissor Oficial da Guiné.

Com condições diversas, e ao mesmo tempo que o regime se aproxima da agonia, o combate intensifica-se. Ainda que controlada pela censura, que no entanto, era mais branda, compreensiva e dócil que na imprensa, feita por homens das próprias rádios, com quem os profissionais podiam negociar e discutir até onde podiam e/ou deviam fazer passar as mensagens, ainda que com o predomínio entre os programadores e o público da rádio tradicionalista, à base de, primeiro, falar sem dizer nada e, depois, nada dizer, com músicas que pouco podiam expressar, ainda assim, é neste contexto que se vai processar a mudança. Com origem na Rádio Universidade, verdadeira escola de aprendizagem radiofónica, em termos técnicos e estéticos da linguagem sonora, onde ocorreu (embora nem sempre se tivesse mantido) uma independência face ao regime e face à oposição, os estudantes, não tendo ali passado nem uma nem outra luta, fazem nascer uma nova rádio, que abrirá brechas à sonolência do estúdio, à tradição das grandes orquestras, lançando-se à descoberta do que se passa no exterior. Levar os microfones para a rua e ouvir o cidadão comum é absolutamente inovador e romper esteticamente, naquela altura, é completamente perigoso para o regime. É uma afronta. É uma mudança profunda na postura de estar aos microfones que reflecte uma alteração de mentalidades de uma nova geração de profissionais, mais competentes, cultos e rebeldes, contra a rádio tradicionalista, acomodada, imobilista e pouco verdadeira, que se fazia, quase no seu todo, nos estúdios. Os novos raios de novidade surgem com o "Diário do Ar" e a "23ª Hora" numa primeira modernização do discurso radiofónico nacional, ao qual é dado sensível lubrificação com a introdução da Frequência Modulada, que traz uma nova linguagem verbal e não verbal, musical e

estética. A meio da década de 60, tudo se agita. Apresenta-se uma nova rádio, com músicas até então absolutamente desconhecidas, os ritmos intensificam-se, os jovens aderem e a linguagem torna-se mais directa e concreta. Estava criado o caminho que haveria de levar ao desenvolvimento da rádio nova, com a criação do "PBX". As reportagens nocturnas, directas e montadas, absorvem a atenção dos ouvintes que confiantes, acreditam na nuvem de pirilampos no dia das mentiras e sofrem com as informações durante as grandes inundações, em Lisboa. No Marcelismo, a rádio nova encontra condições para desabrochar. E fá-lo, com programas como o "Página Um", o "Tempo Zip" e o "Limite", que, cada um a seu estilo, introduzem um discurso mais agressivo e socialmente empenhado, preocupado com a realidade circundante que, ali, tentam questionar, esticando até aos limites. Os primeiros são suspensos. O último estará na base da revolução.

Absolutamente revolucionária no sentido, primeiro, de introdução de estéticas de ruptura, e depois de criação de alguns conteúdos que questionam o "status quo" sociocultural e económico do regime, esta rádio nova atinge algum êxito entre o público, situando-se os seus programas entre a tabela dos dez mais ouvidos, entre as emissões publicitárias. Contudo, a sua franja de público é restrita (não ultrapassa os dois por cento) e de elite (constituído por jovens, estudantes, pessoas atentas e "esclarecidas"). Integrada nas normas da situação, com a qual tem forçosamente de conviver, se confrontar e trabalhar para poder existir, esta rádio será a única que numa situação mista, incomparável à rádio oficial ou de resistência, será a única que, acolhendo os ouvidos mais moderados e mais abertos, mais terá contribuído efectivamente para uma consciencialização dos ouvintes, num sentido de uma apresentação de realidades diversas das habitualmente transmitidas, numa perspectiva mais objectiva e distanciada das outras, mais ou menos claramente, pró ou

anti-regime. Se a RPL reivindica um papel considerável na "educação" e formação política do povo que terá permitido, não só contrariar os apelos do movimento das forças armadas e ter saído à rua em massa mas também reivindicar algumas condições, como a libertação dos presos políticos e a liberdade de expressão, e se por outro lado, a Emissora Nacional se poderá enaltecer pela campanha de mobilização da retaguarda, com apoio à defesa da integridade da Pátria e das "províncias portuguesas" de Angola, Moçambique e Guiné, os resultados efectivos na mudança de atitudes daqueles que não estavam convencidos de nenhuma destas posições não é clara. Na impossibilidade de fazer um balanço sobre o número de ouvintes que alteraram a sua posição com base na sua escuta radiofónica, resta a hipótese de, dados os conhecimentos sobre a dificuldade em aderir a uma mensagem contrária aos sentimentos, valores e perspectivas e mais difícil ainda a mudança de convicções com base na exposição aos "media", é provável que, mais do que gerar uma mudança de atitudes em relação, designadamente, à guerra em África, as "rádios de combate", com um discurso mais radical, e a rádio nova, com uma postura mais moderada, pouco tenham, de facto, na prática, contribuído efectivamente para uma mudança de crenças e princípios. Como referia Silva Dias, «(...) podemos estabelecer como princípio orientador das técnicas do jornalismo falado que, no contexto de uma campanha informativa susceptível de criar ou intensificar um clima emocional, cada grupo de ouvintes selecciona, apreende e fixa o que confirma as respectivas tendências, ideologias ou paixões. O resto, tudo o vento levou...»³⁷⁷. Na prática, o maior contributo da rádio nova (já que as rádios comprometidas tinham naturalmente o seu público residente), terá sido ter-se constituído como uma câmara de eco, na qual estes novos

³⁷⁷Silva Dias "Técnicas do jornalismo falado" in Junta de Investigação do Ultramar – Curso de jornalismo, 1963, p.155.

ouvintes encontravam reflectidas as suas preocupações e anseios vividos no quotidiano e repartidos entre as lutas estudantis e as reivindicações operárias. Ao ouvir Zéca Afonso, Ary dos Santos, Adriano Correia de Oliveira e outros nomes da "canção livre", estes ouvintes, quantitativamente escassos e qualitativamente significativos, descobriam reproduzidas num "media" sonoro as suas aspirações e interrogações. Nesse sentido, a rádio terá tido um papel específico na contribuição para um enfraquecimento das bases do regime, assentes, além das demais estruturas, numa opinião fortemente dirigida e orientada para a defesa, integridade e amor à pátria.

Além do mais, a rádio contribui ao longo dos anos, embora discretamente, através da transmissão de alguns sons, de forma decisiva para a tomada de rumo em alguns dos momentos mais decisivos e capitais na história deste período. Desde a altura das eleições de 1958, em que a EN, ao informar repetidamente durante a tarde que seria reprimida qualquer manifestação no regresso de Humberto Delgado, em campanha eleitoral, do Porto, acabou por contribuir para o banho de multidão que se viria a verificar à chegada a Lisboa. Pelo contrário, favoreceu decisivamente o regime, quando na tentativa de Golpe de Estado encabeçada por Júlio Botelho Moniz, numa antecipação, a EN informou o país que Salazar demitia sumariamente os ministros envolvidos na Abrilada. Em vez dos verdadeiros motivos, o presidente do Conselho abeirou-se dos microfones e utilizou como pretexto da súbita remodelação ministerial a necessidade de "andar rapidamente e em força" para Angola. Mas à terceira vez, a transmissão de um registo sonoro, pelo RCP, testemunhando o grau de fraqueza das forças que defendiam o regime em plena movimentação militar do 25 de Abril, o que seria decisivo para a desmobilização das forças da situação bem como para os portugueses, no dia em que mais terão devorado o som da rádio

portuguesa, culminando aí o tributo decisivo da rádio para a acção conspirativa.

Exaustivamente preparado para dar a indicação da arrancada e da confirmação do plano das operações, o sinal radiofónico sairia do seio da rádio nova, no "Limite", que havia prometido aos seus ouvintes ir mesmo até à fronteira do possível. Cumpriu. Escolhido pela cumplicidade das relações humanas, (Leite de Vasconcelos, Carlos Albino) e pelo carácter das suas emissões, socialmente empenhadas e intelectualmente elevadas, era importante para o estabelecimento de um sinal que fosse ao mesmo tempo claro, inequívoco (a leitura de versos de uma música, a sua passagem, "Grândola, vila morena", e a repetição no final da canção era pouco vulgar), mas não fugisse da linha editorial da emissão. O programa foi previamente gravado. Eram 0h25m quando rasgou dos estúdios da Rádio Renascença a senha que informaria todos os militares portugueses envolvidos nas operações que a hora era para ir em frente e cumprir o estabelecido: assaltar as principais forças do regime, forçando-o à rendição. Terá sido este o momento mais alto de sempre da história da radiodifusão portuguesa, cumprindo a profecia de Manuel Alegre:

«Que o poema seja microfone e fale
Uma noite destas de repente às três e tal
Para que a lua estoire e o sono estale
E a gente acorde finalmente em Portugal».

ÍNDICE

INTRODUÇÃO PRÉVIA -----	
-----	pág. 007
PARTE I - DISCURSIVIDADES: DA RÁDIO TRADICIONAL À RÁDIO NOVA	
I.1. Programação -----	
-----	pág. 009
I.2. Informação -----	
-----	pág. 025
I.2.1. Actividade informativa -----	
-----	pág. 025
I.2.2. Cobertura informativa -----	
-----	pág. 033
PARTE II - O DISPOSITIVO TÉCNICO E AS CONDIÇÕES DE ACTUAÇÃO	
II.1. Plano Jurídico -----	
-----	pág. 052

II.2. Plano técnico -----	
-----	pág. 058
II.3. Plano económico -----	
-----	pág. 063
PARTE III - A RÁDIO E O PODER: ESTRATÉGIAS E RELAÇÕES	
III.1. Censura radiofónica -----	
-----	pág. 069
III.2. Propaganda política -----	
-----	pág. 080
III.2.1. Propaganda subversiva -----	
-----	pág. 082
III.2.2. Propaganda de integração -----	
-----	pág. 093
III.2.3. Contrapropaganda -----	
-----	pág. 099
III.3. A rádio e o poder -----	
-----	pág. 110
III.3.1. Na rádio oficial -----	
-----	pág. 110
III.3.2. Na rádio particular -----	
-----	pág. 117
III.3.2.1. No Rádio Clube Moçambique -----	
-----	pág. 122
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	
-----	pág. 125
BIBLIOGRAFIA -----	
-----	pág. 133

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ANTUNES, José Freire - Kennedy e Salazar; o leão e a raposa. 1961. Difusão Cultural. 1991.

- , Nixon e Caetano; promessas e abandono. 1969-1974. Difusão Cultural. 1992.

AAVV - Problemática Nacional da Informação. SEIT. Lisboa. 1971.

AVILLEZ, Maria João - Soares Ditadura e Revolução. Círculo de Leitores. 1996.

AZEVEDO, Ana Paula - As rádios locais no pós-25 de Abril. Policopiado. 1998.

BASSETS, Lluís - De las ondas rojas a las radios libres. Editorial Gustavo Gili. Barcelona. 1981.

BARRETO, José - Carta ao Cardeal Cerejeira. Publicações D.Quixote. Lisboa. 1996.

BRANCO, Fernando Castelo - "A radiodifusão dos discursos de Salazar como factor da sua ascensão política" O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia 1929-1959. Vol.II. Fragmentos. S/d.

CÁDIMA, Francisco Rui - Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa. Editorial Presença. 1996.

- , História e crítica da comunicação. Século XXI. Lisboa. 1996.

CAETANO, Marcello - A opinião pública no Estado moderno. 1965.

CASTARÈDE, Marie-France - A voz e os seus sortilégios. Editorial Caminho. Lisboa. 1998.

CHION, Michel - La voix au cinéma. Cahiers du cinéma. Paris. 1993.

COSME, José Oliveira - As lições do tonecas - Diálogos humorísticos. Livraria Barata. Lisboa. 1997.

CRUZ, Olga Serra - Rádio anos 60. Universidade Nova. Policopiado. Lisboa. 1986.

DACOSTA, Fernando - Máscaras de Salazar. Editorial Notícias. 6º ed. 1998.

DIAS, Silva - "Técnicas do jornalismo falado" Curso de Jornalismo. Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa. 1963.

FERREIRA, Eduardo de Sousa - "Rádio e Televisão" O fim de uma era: o colonialismo português em África. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa. 1977.

FRANCO, Graça - A censura à imprensa (1820-1974). Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1993.

GALVÃO, Henrique - Diário de Peniche. Gráfica Imperial. Lisboa. S/d.

GARNIER, Christine - Férias com Salazar. Companhia Nacional Editora. Lisboa. 7ª ed. 1952.

GÓIS, Anabela e outros - Da rádio tradicional à rádio livre. Universidade Nova. Policopiado. Lisboa. S/d.

IPOPE - "Rádio" Os portugueses e a política. Moraes editores. Lisboa. 1973.

JEANNENEY, Jean-Noel - "A rádio: novo rejuvenescimento". Uma história da Comunicação Social. Terramar. Lisboa. 1996.

LÉONARD, Yves - Salazarismo e fascismo. Edições Inquérito. Lisboa. 1888.

MCLUHAN, Marshall - "Rádio. O tambor tribal" Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media). Editora Cultrix. São Paulo. 1988.

MAIA, Matos - A telefonia. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995.

- , Aqui Emissora da Liberdade. Rádio Clube Português. Edição do RCP. 1975.

- , A invasão dos marcianos. SPA. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1996.

MATTOSO, José (Direcção) - "A lenta agonia do salazarismo" História de Portugal. Vol.VII. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

- , "Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)" História de Portugal, Vol.VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

MARCOS, Luís Humberto - Rádios locais. A lei e a realidade. CFJ. Porto. 1989.

MEDINA, João (Direcção) - História Contemporânea de Portugal. Vol. I e II. Multilar. S/d.

MEDITSCH, Eduardo - A rádio na era da informação. Minerva. Coimbra. 1999.

MIGUEL, Aura - Rádio Renascença: os trabalhos e os dias (1933-1948). Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1992.

MINFO, Gabinete de Estudos - Relatório Preliminar da Rádio Moçambique aos trabalhos preparatórios do seminário nacional de informação. 1977.

NASCIMENTO, José do - A história da rádio. Policopiado. S/d.

NEVES, Moreira das - Para a história da Rádio Renascença Monsenhor Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa. Subsídios e comentários. Lisboa. 1980.

NOGUEIRA, Franco - Salazar. O ataque (1945-1958). Vol. IV. Livraria Civilização. Porto. 1984.

- , Salazar A resistência (1958-1964). Vol.V. Livraria Civilização. Editora. Porto. 1984.

- , Salazar. O último combate (1964-1970). Vol. V. Livraria Civilização Editora. Porto. 1984.

NOUSCHI, Marc - "A aldeia global" O século XX. Instituto Piaget. 1996.

NUNES, António - "O regime salazarista nos anos sessenta visto pelo jornal Le Monde" Do Estado Novo ao 25 de Abril. Revista de História das Ideias. Nº17. Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras de Coimbra, 1995.

OLIVEIRA, Aníbal José Ribeiro de - História da radiodifusão em Portugal (os contributos do RCP e EN). Universidade Nova. Lisboa. Policopiado. 1987.

- OLIVEIRA, Castro e - "Rádio" Comunicação. Edição do autor. 1972.
- PERDIGÃO, Rui - O PCP visto por dentro e por fora. Editorial Fragmentos. Lisboa. 1988.
- PERES, Maria José - RDP/Internacional - Rádio Portugal. Universidade Nova. Lisboa. Policopiado. S/d.
- PRÍNCIPE, César - Os segredos da censura. Editorial Caminho. 2ª ed. 1994.
- RIBEIRO, Fernando Curado - Rádio Produção-Realização-Estética. Arcádia. 1964.
- RODRIGUES, Adriano - "O campo dos media e a instituição militar" Estratégias de comunicação. Editorial Presença. 1990.
- RODRIGUES, António Simões (Coordenação) - História de Portugal em datas. Círculo de Leitores. 1994.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de - "Rádio" Dicionário de História do Estado Novo. Círculo de Leitores. Vol.II. 1996.
- SEM AUTOR - História do Rádio Clube de Moçambique. Montijo. 1959.
- SEREJO, Fernando - Apontamentos para a história da rádio. RDP. Policopiado. Lisboa. 1977.
- , A rádio - do Marcelismo aos nossos dias (1968-1990). Policopiado. 1998.
- SILVA, Virgílio Luís - Etelvina Lopes de Almeida. Lisboa. Policopiado. 1997.
- , A rádio nos anos 50. Lisboa. Policopiado. 1999.
- TEIXEIRA, João Luís Arruda e outros - A rádio em Portugal. Universidade Nova. Lisboa. Policopiado. Vol. I-II. 1988.
- , A rádio em Portugal desde o seu aparecimento até aos nossos dias. Universidade Nova. Lisboa. Policopiado. 1988.
- THOMAZ, Américo - Últimas décadas de Portugal. Vol.III. Edições FP. Lisboa. 1983.
- VÁRIOS - 60 anos de Rádio em Portugal 1925-1985. Editora Veja. Lisboa. 1986.

WILLIAMS, Neville - Cronologia enciclopédica do mundo moderno 1960-1973. Vol.VIII. Círculo de Leitores. 1990.

PERIÓDICOS

ABREU, Filomena - "Os engenheiros e a radiofonia: dos anos trinta ao limiar da RTP". História. Março. 1997.

- , "As rádios portuguesas e a causa franquista A 'Guerra do Éter'". História. Maio. 1996.

- ,No 60º aniversário da Emissora Nacional. A rádio portuguesa e a guerra civil de Espanha. História. Agosto/Setembro. 1995.

ALEGRE, Manuel - "A Argélia que eu conheci". Expresso Revista. 17/01/1998.

ALMEIDA, João Miguel - "Rupturas 'em família'". História. Novembro. 1998.

AAVV - "Os últimos 40 dias". Expresso Revista. 24/04/1993.

AAVV - "Maio 68: foi há 20 anos..." Expresso Revista. 30/04/88.

AAVV - "O regime, a PIDE e as suas vítimas". Público. 22/04/1994.

AAVV - "Memória anos 60". Diário de Notícias. 21/09/1997.

BARROS, Júlia Leitão - "Salazar sem fios". Público Magazine. 11/12/1994.

CABRITA, Felícia - "O 1º dia do fim do Império". Expresso Revista. 14/03/1998.

CÁDIMA, Francisco Rui - "A televisão e a ditadura (1957-1974)". História. Março. 1997.

CARLOS, Isabel - "A voz: ocorrências". Comunicação e Linguagens nº10/11. 1990.

CASTANHEIRA, José Pedro - "A guerra da rádio" Expresso Revista. 21/11/98.

- , "Voltaria a ser da PIDE" Expresso Revista. 21/02/1998.

- , "Como matámos Humberto Delgado". Expresso Revista. 14/02/1998.

- , "Confronto de memórias" Expresso Revista. 03/06/95.

CORREIA, Ana Paula - "Ala liberal. O último almoço com Marcello" Vida Mundial. Fevereiro. 1998.

CRESSARD, Armelle - "De la technique à l`art radiophonique!" Le Monde. 15/05/1995.

DACOSTA, Fernando - "O exílio madeirense" Público Magazine. 25/04/1993.

DUARTE, António Sousa - "O último combate de Salgueiro Maia" Expresso Revista. 03/07/1993.

GOMES, Adelino - "Consciências acordadas pela guerra" Vida Mundial. Fevereiro. 1998.

GOMES, Adelino - "Onde estavam os dirigentes africanos" Público. 11/04/1994.

LEIRIA, Luís - "A geração de 70" Vida Mundial. Dezembro 1998.

MADRINHA, Fernando - Cazal-Ribeiro Expresso Revista. 24/04/1993.

MASSADA, Jorge - "Retrato do poder enquanto jovem" Expresso Revista. 12/07/1997.

- , "Uma equipa de classe" Expresso Revista. 21/03/1998.

MAUPERRIN, Maria José - "Aqui Lisboa, Emissora Nacional" Expresso Revista. 05/08/1995.

OLIVEIRA, César - "O Governo que nunca existiu" Expresso Revista. 21/08/1993.

OLIVEIRA, Daniel - "Primavera de Praga. Só se perde uma vez" Vida Mundial. Fevereiro. 1998.

PINTO, José Silva - "Anatomia de uma renúncia" Visão. 22/01/1998.

PORTAS, Miguel - "Melo Antunes O solitário de Novembro" Vida Mundial. Dezembro 1998.

SALEMA, Isabel - "As polícias políticas de Sidónio a Caetano" Público. 24/04/1997.

"Ano de 68" Expresso Revista. 29/05/1993.

"Rádio: as mudanças no espectro" Revista Comunicações. Nº9. Novembro/Dezembro. 1986.

"O drama do "Santa Maria" Século Ilustrado. 11/02/1961.

"A rádio portuguesa na década de 70". Se7e. 13/02/80.

"Transmissões". Guerra colonial. DN. 1998.

"A voz dos ridículos". Jornal da rádio. Julho/Agosto. 1998.

ARQUIVO RDP

ALEGRIA, Dulcídio - Apontamentos para um projecto de regulamento das admissões e promoções do pessoal da ENR. Lisboa. 1960.

AZAMBUJA, Manuel - Diálogos "Falar é fácil" (arquivo pessoal de Fernando Correia)

BECKERT D`ASSUMPÇÃO, João Carlos - Para uma axiologia da rádio. Separata nº2 do Boletim de Informação. SEIT. Lisboa. 1970

BECKERT D`ASSUMPÇÃO - Teoria da informação I. ENR. Lisboa. 1971/72.

CASTANHEIRA, Amador Marini e D`ASSUNPÇÃO, J.C. - Cobertura radiofónica e princípios orientadores da programação da EN. Lisboa. 1972.

CASTANHEIRA, Amador - Limitações técnicas das Ondas Curtas. Lisboa. 1971.

CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves - Aos homens de boa vontade (1936-1970). ENR. Lisboa. S/d.

ENR - Contabilidade (1958-1969). Lisboa. S/d.

ENR - Correspondência oficial. 1967

ENR - Estudo de cobertura radiofónica de Cabo Verde em Ondas Médias. Lisboa. 1967.

ENR - Ordens de serviço. 1958-1974.

ENR - Relatório de actividades. Lisboa. 1971.

ENR - Publicidade comercial no ER de S. Tomé e Príncipe. Lisboa. 1971.

ENR - Regulamento da publicidade comercial nos ERU. 1972.

LISBOA, Parodiantes de - Notas: marginais em liberdade vigiada. 1993. (cedido por Rui de Andrade).

PATRÍCIO, João - Editoriais e notas do dia. Das realidades aos mitos. EN. 1968

PATRÍCIO, João - Notas do dia. Renovação na continuidade. EN. 1969-70.

PRINCIPE, Mário dos Reis - Aspectos sociológicos da informação no estado moderno (o papel da rádio). Lisboa. 1971.

RCP - Actas das Assembleias Gerais (1958-1974).

RCP - Actas das Assembleias Gerais. Estatutos. 1955.

RCP - Relatório do 40º exercício (1970). Lisboa. 1971.

RCP - Tomada de posse dos corpos gerentes (1958-1972).

SILVA DIAS, José Luís - "A radiodifusão sonora" A radiodifusão na sequência dos meios de comunicação social. ENR. Lisboa. 1968.

TORRE DO TOMBO

Arquivo Oliveira Salazar:

AOS/CO/PC-77^A - RVL. P.27

AOS/CO/UL-32D - Rádio Brazzaville para Angola. P.17

AOS/CO/UL-34^A - Notícias da Emissora da Guiné Portuguesa e Rádio Conakry. P.8

AOS/CO/OP-1 A - Orientação do RCP sobre publicidade. 1935. P.17

AOS/CO/OP-6 - Censura de matéria a difundir pelas estações. 1936. P.14

AOS/CO/PC.12E - Concessão do subsídio ao RCP. 1935. P.1

AOS/CO/NE-23 - Propaganda anti-portuguesa da Rádio Conakry. 1959. P.23

AOS/CO/UL-35 - Rádio Conakry (1959-1961). P.1

Emissora da Guiné Portuguesa (1959-1960). P.2

Rádio Senegal (1960). P.3

AOS/CO/NE-2C1 - Projecto dos EUA de instalar em Portugal a Rádio Europa Livre. 1950. P.26

AOS/CO/IN-10 A - Emissora da Rádio Moscovo (1957-59). P.10

AOS/CO/PC-26 - Radiodifusão para o Império Português. 1966. P.2

AOS/CO/PC-40 - Plano de Radiodifusão Nacional (1953). P.5

AOS/CO/PC - Controlo dos postos amadores de radiodifusão (1947). P.2

AOS/CO/CP-231 - António Eça Queiroz (1935-1964) p.6.3.4/9

AOS/CP-232 - António Eça Queiroz (1964-1965). P.6.3.4/10

AOS/CP-110 - Jaime Ferreira (1962-1963). P.3.3.8/3

AOS/CP - Sollari Allegro (1966). P.4.1.8/24

AOS/CO/PC - Regulamento do exercício da publicidade comercial (1955). P.3

AOS/CO/PC-81B - Cobertura radiofónica dos territórios ultramarinos portugueses. P.21

AOS/CO/PC-69 - Cabrillo Portuguesa Radio Program. P.3

AOS/CO/PC-81 - Início da guerra em Angola e Moçambique na Rádio Dar-Es-Salam. 2^a subd. P.7

AOS/CO/UL-36 - Rádio Ecclesia- Emissora Católica de Angola.
(1960). P.12

Arquivo PIDE/DGS:

Processo n.º 11045 - CI(2) - Rádios

Processo n.º 145/46/16 SR - Rádio Portugal Livre

Processo n.º 19402-CI(2) - Rádio Clube de Angola

Processo n.º 7525- CI(2) - Rádio Barlavento

Processo n.º 17462-CI(2) - Rádio Bucareste

Processo n.º 16889-CI(2) - Rádio Universidade de Lourenço
Marques

BIBLIOTECA NACIONAL

Revista "Rádio & Televisão", (1958-1974).

Revista "Rádio Moçambique", RCM, (1958-1973).

Revista "Antena", RCP, (1965-1967).

Revista "Aqui Lisboa", ENR, (1958-1959).

Suplemento "Rádio Nacional", (10/06/1958-1963).

Jornal "Diário Popular", 01/1958.

Jornal "O Século", 01-02/1961, 03/1973.

Jornal "O Século ilustrado", 11/02/1961.

Diários do Governo:

Dec. Lei n.º 4441484 de 30/12/57

Decreto n.º 41485 de 30/12/57

Decreto n.º 41486 de 30/12/57

Dec. Lei n.º 43000 de 01/06/60

Portaria n.º 18357 de 27/03/61

Dec. Lei n.º 46736 de 11/12/65

Decreto n.º 46927 de 30/03/66
Decreto n.º 48686 de 15/11/68
Dec. Lei n.º 48934 de 27/03/69
Dec. Lei n.º 49084 de 26/06/69
Dec. Lei n.º 49272 de 27/09/69
Decreto n.º 49321 de 27/10/69
III Série n.º 189 de 11/08/62

BAPTISTA, César Moreira - "Discurso pronunciado na sessão solene de entrega dos prêmios do SNI em 17 de Dezembro de 1964" Informação Cultura Popular Turismo. SNI. 1965.

S/AUTOR - Relatório, balanço e contas. A voz da terceira. 1971.

S/AUTOR - Relatório e contas da gerência. Rádio Clube de Angra. 1965.

ARQUIVO HISTÓRICO RDP (Documentação sonora)

AHD 14 340 - Gravação do arquivo do RCP

AHD 02 563 - Programa "A minha amiga rádio"

AHD 13 539 - Gravação do arquivo do RCP

AHD 13 706 - Discursos da reunião da Comissão Executiva da U.N.

AHD 14 341 - Gravação do arquivo do RCP

AHD 01 922 - Desvio do Santa Maria e Doença de Salazar

AHD 02 394 - "Sessenta anos de rádio em Portugal"
AHD 10 584 - Biografia de Humberto Delgado
AHD 13 543 - Gravação do arquivo do RCP
AHD 14 340 - Gravação do arquivo do RCP

Extractos do programa "Moçambique esta semana" (1972)
Extractos do discurso de Salazar (Eleições) em 09/11/61
Extractos do discurso de Salazar (União Nacional) em 18/02/65
Extractos do discurso de Salazar (Eleições) em 05/11/65
Inauguração da ponte sobre Lisboa em 06/08/66
Inundações em Lisboa em 26/11/67
Início da guerra em Angola em 1961
Indicativo de "Página Um"
Indicativo da "Rádio Portugal Livre"
Mensagens de militares (Angola,1965)
Partida de tropas/discurso do ministro do Exército em
28/05/61
Reportagem de Artur Agostinho, em Nuambuangongo/Declarações
do tenente coronel Maçanita
Reportagem de José Drummond (Angola, 01/09/61)
Rui Leite de Sousa (Angola, 16/03/60)

PCP (SIP) - "Fala Rádio Portugal Livre". Edições Avante. 1977 (áudio).

RPL - "Entrevista a Álvaro Cunhal". 30/05/1962 in "O Militante", Junho/1962.

RPL - "Entrevista a Álvaro Cunhal". Junho. 1963.

RPL - "Vietnam fala a Portugal". Setembro.1967.

RPL - "Entrevista a Álvaro Cunhal". 08/05/69.

RPL - "Entrevista a Sérgio Vilarigues". Agosto. 1969.

RPL - "Alocação de Álvaro Cunhal". 16/10/69.

RPL - "Lutas de massas e acções revolucionárias". Agosto. 1971.

RPL - "Um comunista português na Guiné-Libertada". S/d.

RPL - "Entrevista a Álvaro Cunhal". Janeiro. 1972.

INE

Estações emissoras (1958-1974)

Aparelhos receptores (1958-1974)

Emissores (1958-1974)

Duração semanal de emissões (1963-1974)

ARQUIVO RR

RR - Principais datas da vida da Rádio Renascença. Lisboa. S/d.

SESSÕES PÚBLICAS

"As rádios clandestinas" - Aurélio Santos, Margarida Tengarinha, Severino Coelho (RPL) e Stella Piteira Santos (RVL). 31/03/99. Grândola.

ENTREVISTAS ORAIS

ANDRADE, Rui de - "Parodiantes de Lisboa" 22/01/99. Lisboa.
AGOSTINHO, Artur - Emissora Nacional. 25/03/99. Lisboa.
BRANCO, António Jorge - "Emissora Oficial de Angola"
14/07/97. Lisboa.
CANEDO, João - "Café da noite" 17/07/97. Lisboa.
COELHO, Santos - "Operação RCP" 14/01/99. Lisboa.
CORREIA, Fernando - "Emissora Nacional" 30/10/98. Lisboa.
COSTA, Luís Filipe - "Noticiários RCP" 06/01/99. Lisboa.
COUTO, Júlio - "A voz dos Ridículos" 21/07/97. Porto.
CRUZ, Carlos - "PBX" 23/07/97. Lisboa.
GOMES, Adelino - "O jornalismo de rádio". 01/04/99. Lisboa.
LUCAS, Carlos Brandão - "Rádio Eclésia" 15/08/97. Lisboa.
MARTINS, José Nuno - "Rádio nova" 18/03/99. Lisboa.
MONIZ, Jorge Botelho - "Rádio Clube Português". 02/03/99.
Lisboa.
NUNES, José Manuel - "Página 1" 14/09/98. Lisboa.
RAFAEL, António Luís - "Rádio Clube de Moçambique". 13/04/99.
Por telefone.
ROGEIRO, Clemento - "Emissora Nacional". 02/03/99. Lisboa.
SANTOS, Aurélio - "Rádio Portugal Livre". 11/03/99. Lisboa.
STREET, Eduardo - "Teatro radiofónico". 29/01/99. Lisboa.

PROGRAMAS DE TELEVISÃO

BASTOS, Baptista - "Com Igrejas Caeiro". Conversas Secretas. Sic. 22/07/98.

CRUZ, José Mendonça e Joana PONTES - "Salazar". Sic. 11/01/98-22/02/99.

LOPES, Fátima - "As caras da rádio". Fátima Lopes. Sic. 30/03/98.

REIS, Carlos - "As imagens de Salazar". Universidade Aberta. RTP2. 13/06/98; 20/06/98.

RICO, Carlos - "A semana que abalou o regime". Jornal da noite. Sic. 30-03/98 - 03/04/98.

SOTTOMAYOR, Dinis - "Aveiro nos caminhos de Abril". RTP2. 25/04/98.

PROGRAMAS DE RÁDIO

- GARLITO, Luís - "A minha amiga rádio". Antena 1. 02/08/1997.
ROSAS, Fernando - "Era uma vez um milénio". Antena 2.
Dez.1997-Fev.1999.
COELHO, Alexandra Lucas - "Programa da manhã". Antena 1.
01/04/97.
RANGEL, Emídio - História da rádio portuguesa. TSF. S/d.

FILMOGRAFIA

- ALLEN, Woody - "Os dias da rádio". Orion Pictures. 1987.
THOMAS, Betty - "O Rei da Rádio". Columbia Tristar. 1997.
ROCHA, Luís Filipe - "Sinais de fogo". Filmes Castello Lopes.
1995.

DISCOGRAFIA

- RCP - "As vozes do 25 de Abril". S/d.
OLIVEIRA, Adriano Correia de - "Obra completa". Movie Play.
1994.

VÍDEO

- BBC - "O século do povo". Ediclube. 1997.
COMSOM - "Guerra colonial". DN. 1998.

